

Karla Juliana Onofre da Silva

**Iniciação Sexual, Primeira União e o  
Nascimento do Primeiro Filho entre as jovens  
católicas no Brasil, 1996-2006.**

Belo Horizonte, MG  
UFMG/Cedeplar  
2015

Karla Juliana Onofre da Silva

**Iniciação Sexual, Primeira União e o Nascimento do  
Primeiro Filho entre as jovens católicas no Brasil,  
1996-2006.**

Dissertação apresentada ao curso de mestrado em demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Demografia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Ana Paula de Andrade Verona

Co-orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Cibele Comini César

Belo Horizonte, MG  
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional  
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG  
2015

## Ficha catalográfica

Silva, Karla Juliana Onofre da.  
S586i 2015 Iniciação sexual, primeira união e o nascimento do primeiro filho entre as jovens católicas no Brasil, 1996-2006 [manuscrito] / Karla Juliana Onofre da Silva, 2015.  
145 f.: il., gráfs. e tabs.

Orientadora: Ana Paula de Andrade Verona.

Coorientadora: Cibele Comini César.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.

Inclui bibliografia (f. 134-140) e anexos.

1. Jovens – Comportamento sexual – Teses. 2. Religião – Teses. 3. Fecundidade humana – Teses. I. Verona, Ana Paula de Andrade. II. César, Cibele Comini. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. IV. Título.

CDD: 306.70981

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG. – NMM/044/2017

## **Folha de Aprovação**

## **AGRADECIMENTOS**

Ao chegar ao fim desta jornada tantos pensamentos me vêm a cabeça. O que fica mais forte é que o mestrado foi mais que uma qualificação acadêmica, foi um tempo de crescimento humano, relacional, educacional, espiritual... Tantas pessoas possibilitaram esta intensa e profunda trajetória na minha vida, por isso não poderia deixar de agradecer o apoio de cada uma delas.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter sido o meu grande sustento neste tempo. Por ter feito persistir até o fim e perceber que sempre vale a pena confiar tudo a Ele.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de pesquisa. Aos professores do CEDEPLAR pela dedicação em ensinar com excelência. Agradeço especialmente a Ana Paula e a Cibele pela orientação que foi essencial para a elaboração deste trabalho.

A coorte de 2013 pela experiência compartilhada. De forma particular agradeço a Laura, Carla Franco e Júlia por partilharem comigo momentos de alegria, ansiedade e auxílio no processo de aprendizagem.

Sou imensamente agradecida por toda a minha família, especialmente pelos meus pais por todos os esforços gastos a cada dia. Pela atenção, cuidado, renúncia, enfim, todo o amor que recebo deles. Ao meu irmão que também se fez presente neste tempo de diferentes maneiras. Ao meu namorado Éder por ter caminhado mais de perto, por ter feito perceber que não estava sozinha.

As minhas amigas Joyce, Mariana e Lydia que de longe ou de perto me escutaram, intercederam e me deram força para dar cada passo. Por tantas partilhas que fazem a minha vida ser mais alegre e leve.

Por fim, agradeço a Comunidade Católica Shalom que também é a minha família. A todos os meus irmãos pela oração, pelo incentivo, por me ensinarem a ter a determinada determinação em tudo o que eu vivo.

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AA – Alcoólicos Anônimos  
ABEP – Associação Brasileira de Empresa de Pesquisas  
BEMFAM – Bem-Estar Familiar no Brasil  
CA – Comunidade de Aliança  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CN – Canção Nova  
CCEB – Critério de Classificação Econômica Brasil  
CCSH – Comunidade Católica Shalom  
CEB – Comunidade Eclesial de Base  
CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional  
CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA – Catecismo da Igreja Católica  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CV – Comunidade de Vida  
FACE – Faculdade de Ciências Econômicas  
DHS – Pesquisas de Demografia e Saúde  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IURD – Igreja Universal do Reino de Deus  
JAC – Juventude Agrária Católica  
JEC – Juventude Estudantil Católica  
JIC – Juventude Independente Católica  
JMJ – Jornada Mundial da Juventude  
JOC – Juventude Operária Católica  
JUC – Juventude Universitária Católica  
MJ – Ministério Jovem  
MUR – Ministério Universidades Renovadas  
NC – Novas Comunidades  
NME – Novos Movimentos Eclesiais  
PHN – Por Hoje Não  
PJJ – Projeto Juventude Para Jesus  
PNDS – Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher  
PNSMIPF – Pesquisa Nacional sobre Saúde Materno-Infantil e Planejamento Família  
RCC – Renovação Carismática Católica  
SRSR – Pesquisa Saúde Reprodutiva, Sexualidade e Raça/cor  
TEF – Taxa Específica de Fecundidade  
TFT – Taxa de Fecundidade Total  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	15
2 COMPORTAMENTO SEXUAL, CONJUGAL E REPRODUTIVO ENTRE AS JOVENS NO BRASIL .....	21
2.1 Iniciação sexual entre as jovens no Brasil .....	21
2.1.1 Fatores associados à iniciação sexual na juventude brasileira .....	24
2.2 Primeira união entre as jovens .....	32
2.2.1 Fatores associados ao comportamento conjugal .....	35
2.3 Nascimento do primeiro filho na juventude .....	41
2.3.1 Tendências do comportamento da fecundidade brasileira .....	43
2.3.2 Fatores associados ao comportamento reprodutivo na juventude .....	44
3 CATOLICISMO NO BRASIL .....	53
3.1. Cenário religioso no Brasil .....	53
3.2 Catolicismo no Brasil: histórico, movimentos e tendências atuais .....	55
3.2.1 Histórico da Igreja Católica no Brasil .....	55
3.2.2 Diversidade de movimentos no catolicismo .....	60
3.2.2.1 Tendência Radical: Comunidade Eclesial de Base (CEB) .....	61
3.2.2.2 Tendência Modernizadora-Conservadora: Novos Movimentos Eclesiais, Renovação Carismática Católica e Novas Comunidades. ....	62
4 EFEITOS DA RELIGIÃO SOBRE O COMPORTAMENTO DOS JOVENS .....	68
4.1 Doutrina da Igreja Católica sobre iniciação sexual, matrimônio e reprodução .....	68
4.1.2 Doutrina católica e os movimentos modernizadores-conservadores .....	70
4.2 Efeitos da religião sobre o comportamento dos jovens .....	72
5 DADOS E METODOLOGIA .....	78
5.1 Base de dados .....	78
5.1.2 Descrições das variáveis utilizadas .....	80

5.2 Modelo de sobrevida para tempo discreto.....	82
5.2.1 Análise descritiva .....	85
5.2.2 Análise de dados discretos de sobrevivência, estimada a partir do modelo de regressão logística.....	88
5.2.3 Teste de Hipótese T.....	90
6 RESULTADOS DESCRITIVOS.....	91
6.1 Descrições gerais dos dados.....	91
6.2 Descrições dos dados, por evento de estudo.....	98
6.2.1 Primeira Relação Sexual.....	98
6.2.2 Primeira União .....	101
6.2.3 Primeiro Filho .....	104
6.3 Discussões dos resultados descritivos .....	107
7. RESULTADOS DOS MODELOS DE SOBREVIDA PARA TEMPO DISCRETO .	111
7.1 Primeira Relação Sexual.....	111
7.2 Primeira União .....	116
7.3 Nascimento do Primeiro Filho .....	121
7.4 Discussões dos resultados dos modelos.....	126
8 CONCLUSÃO.....	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	135
ANEXO.....	142



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1: Primeira relação sexual das mulheres brasileiras – PNDS's 1986 a 2006. ....	22
Quadro 1: Síntese dos estudos de comportamento sexual da juventude brasileira .....	30
Tabela 2: Idade mediana à primeira relação sexual, por fatores pesquisados .....	31
Tabela 3: Primeira união das mulheres brasileiras - PNDS's 1986 a 2006. ....	33
Quadro 2: Síntese dos estudos de comportamento conjugal da juventude brasileira.....	39
Tabela 4: Idade mediana à primeira união, por fatores pesquisados .....	40
Tabela 5: Nascimento do primeiro filho das mulheres brasileiras – PNDS's 1986 a 2006 .....	42
Gráfico 1: Taxas específicas de fecundidade – Brasil, 1991 a 2010 .....	44
Quadro 3: Síntese dos estudos de comportamento reprodutivo da juventude brasileira.....	50
Tabela 6: Idade mediana ao nascimento do primeiro filho, por fatores pesquisados.....	51
Tabela 7: Distribuição da filiação religiosa da população brasileira, 1940-2010 .....	54
Figura 1: Proporção da população católica no Brasil – 2010 .....	55
Quadro 4: Descrição das variáveis da base de dados .....	82
Quadro 5: Conversão de dados do formato indivíduo para o formato pessoa-período .....	84
Tabela 8: Distribuição das variáveis explicativas entre as jovens católicas de 15 a 24 anos no Brasil. PNDS's de 1996 e 2006. ....	92
Tabela 9: Distribuição percentual da primeira relação sexual, primeira união e nascimento do primeiro filho entre as jovens católicas de 15 a 24 anos no Brasil. PNDS's de 1996 e 2006. ....	93
Gráfico 2: Idade à primeira relação sexual, à primeira união, ao nascimento do primeiro filho entre as jovens católicas de 15 a 24 anos no Brasil.....	94
Tabela 10: Distribuição percentual da diferença entre as idades de ocorrência dos eventos (primeira relação sexual, primeira união e primeiro filho) entre as jovens católicas de 15 a 24 anos no Brasil. PNDS's de 1996 e 2006.....	95

Tabela 11: Distribuição percentual da primeira relação sexual, primeira união e primeiro filho, segundo envolvimento religioso das jovens católicas de 15 a 24 anos no Brasil. PNDS's de 1996 e 2006. ....	97
Tabela 12: Distribuição percentual da diferença entre as idades de ocorrência dos eventos (primeira relação sexual, primeira união e primeiro filho), por envolvimento religioso entre as jovens católicas de 15 a 24 anos no Brasil. PNDS's de 1996 e 2006. ....	97
Tabela 13: Resultados do Teste de $\chi^2$ .....	98
Tabela 14: Idade mediana à primeira relação sexual das jovens católicas brasileiras, segundo envolvimento religioso. PNDS's 1996 e 2006. ....	98
Gráfico 3: Sobrevivência estimada da idade à primeira relação sexual das jovens católicas brasileiras, segundo ano de realização da pesquisa. PNDS's 1996 e 2006. ....	99
Gráfico 4: Sobrevivência estimada da idade à primeira relação sexual das jovens católicas brasileiras, segundo envolvimento religioso - PNDS 1996. ....	100
Gráfico 5: Sobrevivência estimada da idade à primeira relação sexual das jovens católicas brasileiras, segundo envolvimento religioso - PNDS 2006. ....	101
Tabela 15: Idade mediana à primeira união das jovens católicas brasileiras, segundo envolvimento religioso. PNDS's 1996 e 2006. ....	101
Gráfico 6: Sobrevivência estimada da idade à primeira união das jovens católicas brasileiras, segundo ano de realização da pesquisa. PNDS's 1996 e 2006. ....	102
Gráfico 7: Sobrevivência estimada da idade à primeira união das jovens católicas brasileiras, segundo envolvimento religioso - PNDS 1996. ....	103
Gráfico 8: Sobrevivência estimada da idade à primeira união das jovens católicas brasileiras, segundo envolvimento religioso - PNDS 2006. ....	104
Tabela 16: Idade mediana ao nascimento do primeiro filho das jovens católicas brasileiras, segundo envolvimento religioso. PNDS's 1996 e 2006. ....	105
Gráfico 9: Sobrevivência estimada da idade ao nascimento do primeiro filho das jovens católicas brasileiras, segundo ano de realização da pesquisa, .....	105

Gráfico 10: Sobrevivência estimada da idade ao nascimento do primeiro filho das jovens católicas brasileiras, segundo envolvimento religioso - PNDS 1996. ....	106
Gráfico 11: Sobrevivência estimada da idade ao nascimento do primeiro filho das jovens católicas brasileiras, segundo envolvimento religioso - PNDS 2006. ....	107
Tabela 17: Distribuição percentual de todas as mulheres que usaram alguma vez ou estão usando método anticoncepcional. PNDS's 1996 e 2006. ....	108
Tabela 18: Sequência dos eventos 1ª Rel. Sexual, 1ª União e 1º Filho, por envolvimento religioso, elaborada a partir das idades medianas – PNDS's 1996 e 2006. ....	109
Tabela 19: Testes dos ajustes dos modelos da primeira relação sexual entre as jovens católicas brasileiras –PNDS's 1996 e 2006.....	112
Tabela 20: Logit do risco à primeira relação sexual entre as jovens católicas brasileiras - PNDS's 1996 e 2006.....	113
Tabela21: Função Chance e Função Probabilidade de Risco à primeira relação sexual entre as jovens católicas brasileiras, segundo cada período – PNDS's 1996 e 2006 ..	114
Tabela 22: Função Chance à primeira relação sexual entre as jovens católicas brasileiras, segundo as variáveis explicativas – PNDS's 1996 e 2006.....	116
Tabela 23: Testes dos ajustes dos modelos da primeira união entre as jovens católicas brasileiras – PNDS's 1996 e 2006.....	117
Tabela 24: Logit do risco à primeira união entre as jovens católicas brasileiras - PNDS's 1996 e 2006. ....	118
Tabela 25: Função Chance e Função Probabilidade de Risco à primeira união entre as jovens católicas brasileira, segundo cada período – PNDS's 1996 e 2006. ....	119
Tabela 26: Função Chance à primeira união entre as jovens católicas brasileiras, segundo variável explicativa – PNDS's 1996 e 2006.....	121
Tabela 27: Testes dos ajustes dos modelos do nascimento do primeiro filho entre as jovens católicas brasileiras – PNDS's 1996 e 2006 .....	122
Tabela 28: Logit do risco ao nascimento do primeiro filho entre as jovens católicas brasileiras – PNDS's 1996 e 2006.....	123

Tabela 29: Função Chance e Função Probabilidade de Risco ao nascimento do primeiro filho entre as jovens católicas brasileiras, segundo cada período – PNDS’s 1996 e 2006. ....	124
Tabela 30: Função Chance ao nascimento do primeiro filho entre as jovens católicas brasileiras, segundo variável explicativa –PNDS’s 1996 e 2006. ....	126
Tabela 31: Resultados do Teste t.....	127
Anexo A - Tabela de distribuição da filiação religiosa: Brasil, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2010.....	142
Anexo B - Tabela resumo das categorias excluídas das PNDS’s de 1996 e 2006 .....	143
Anexo C - Diferença em anos entre a idade atual e a idade que a jovem sofre cada evento (%). ....	144
Anexo D - Síntese das idades medianas obtidas para os eventos estudados, segundo as categorias de análise. ....	145
Anexo E - Síntese dos testes de log-rank obtidos para os eventos estudados, segundo as categorias de análise. ....	146

## RESUMO

Este estudo analisa o comportamento sexual, conjugal e reprodutivo de jovens católicas brasileiras de 15 a 24 anos. O objetivo principal é investigar a associação entre a idade à primeira relação sexual, a idade à primeira união e a idade ao ter o primeiro filho nascido vivo e o envolvimento religioso das jovens católicas. Mais especificamente este trabalho (1) estima a probabilidade de cada evento de interesse segundo a idade, por evento estudado; (2) analisa se a sequência e o *timing* entre a idade à primeira relação sexual, primeira união e primeiro filho estão associados ao envolvimento religioso entre as católicas; (3) por fim estima os diferenciais da chance de experimentar cada evento por envolvimento religioso e investiga se estas associações modificaram entre 1996 e 2006. Para a realização do estudo são usados os dados das Pesquisas Nacionais de Demografia e Saúde (PNDS) realizadas no Brasil em 1996 e 2006. A metodologia empregada é a análise de sobrevivência voltada para dados de tempo discreto. Para o estudo da associação entre a ocorrência dos eventos em análise e o envolvimento religioso entre as jovens católicas é utilizado o modelo de sobrevida para tempo discreto, estimado a partir da regressão logística. Os resultados encontrados mostram que o maior envolvimento das jovens católicas em serviços religiosos tem sido associado a uma chance menor de iniciação sexual, formação da primeira união e nascimento do primeiro filho. Só não é observada uma distinção do comportamento reprodutivo por envolvimento religioso nos dados de 2006. Por fim, não existem diferenças significativas entre estas associações nos dois períodos pesquisados.

---

**Palavras-chave:** Religião; Iniciação sexual; Fecundidade; União.

## ABSTRACT

This work aims to analyze the sexual, conjugal, and reproductive behavior among Catholic Brazilian women aged 15 to 24 years old. The main objective of this study is to examine the potential associations between age at first sexual intercourse, age at first marriage, age at first birth and attendance at religious services among Catholics in Brazil. More specifically, this research (1) assesses the probability of each event according to age; then (2) analyzes whether sequence and timing of first sexual intercourse, marriage and first birth are related to attendance at religious services; (3) lastly, whether these correlations changed between 1996 and 2006. The study uses data from the Demographic Health Surveys (DHSs) conducted in Brazil in 1996 and 2006. The study employs the discrete-time survival analysis, estimated from logistical regression, in order to study the occurrence of such events. Results show that the higher the attendance at church services, the lower the chance of sexual initiation, first marriage and first birth among young Catholic women in Brazil. Only in 2006 reproductive behavior seems unaffected by attendance at religious services. Finally, there is no significant difference between these associations during the period of analysis.

---

**Keywords:** Religion; Sexual Initiation; Fertility; Marriage

## 1. INTRODUÇÃO

A iniciação sexual, a primeira união e o nascimento do primeiro filho são eventos que marcam a vida sexual e reprodutiva dos indivíduos. Estes são passos fundamentais na formação da família e no processo de transição para a vida adulta<sup>1</sup> (HEATON et al, 2002). Em muitos países da América Latina, dentre eles o Brasil, existem normas sociais e valores que regem o comportamento sexual, conjugal e reprodutivo dos indivíduos. Dentre estas normas as religiosas ganham destaque, dado que a iniciação em cada um desses eventos é tradicionalmente abordada pelas religiões.

O catolicismo é a religião mais antiga e tradicional do Brasil. Ainda hoje aproximadamente 2/3 da população brasileira é católica, apesar da diminuição relativa desses fiéis nas últimas décadas. Investigar a associação entre iniciação sexual, comportamento conjugal e reprodutivo e religião das mulheres brasileiras é fundamental, já que a imagem do Brasil como um país católico continua bastante difundida no território nacional e também no contexto internacional. Também pelo fato dos ensinamentos relativos a essas questões serem bem claros na doutrina católica.

O Brasil tem experimentado várias transformações no campo da saúde sexual e reprodutiva das mulheres, como iniciação sexual cada vez mais precoce; o baixo nível e estrutura precoce da fecundidade e a estabilidade a idade à primeira união (HEATON et al, 2002; COSTA, 2004). Além disso, as mudanças nos valores associados à sexualidade, principalmente à sexualidade feminina, contribuem para uma maior desvinculação entre atividade sexual, união conjugal e reprodução (CAMARANO et al, 2006).

Pesquisas sobre sexualidade e comportamento reprodutivo realizadas no país, durante a década de 90 revelam que a primeira relação sexual da mulher brasileira vem acontecendo em idades mais jovens (BEMFAM, 1996). A idade mediana<sup>2</sup> à primeira relação sexual para as mulheres de 20 a 49 anos foi de 19,4 anos, em 1996, na década seguinte a mediana foi de 17 anos, no grupo etário de 15 a 49 anos (BEMFAM, 1996 e PNDS, 2006).

---

<sup>1</sup> Tradicionalmente, o processo de transição para a vida adulta é marcado pelos seguintes eventos: saída da escola, entrada no mercado de trabalho, casamento, saída da casa dos pais ou de origem e maternidade (CAMARANO et al, 2006).

<sup>2</sup> A idade mediana é a idade em que cinquenta por cento do grupo investigado experimentou o evento.

Simultaneamente ao declínio da idade à primeira relação sexual, o Brasil passa desde os anos 70 por uma rápida e expressiva queda da fecundidade e pelo rejuvenescimento no seu padrão. Há várias décadas ocorreu o processo de rejuvenescimento da fecundidade brasileira, mas em 2010 ele deixa de acontecer e com isso pode até mesmo ser observado um pequeno adiamento da fecundidade (BERQUÓ e CAVENAGHI, 2004; MIRANDA-RIBEIRO et al, 2009; BERQUÓ e CAVENAGHI, 2014).

Antes dos anos 70 a fecundidade no país se caracterizava por um número elevado de filhos por mulher. Entre os anos 40 e 60 a Taxa de Fecundidade Total (TFT)<sup>3</sup> brasileira era acima de 6 filhos. A partir dessa década inicia o processo de declínio da TFT, sendo que essa tendência de redução se intensifica em 1980, quando o nível da fecundidade chega a 4,4 filhos por mulher. No ano 2000 a fecundidade brasileira atingiu 2,35 filhos por mulher e em 2005 o país experimenta pela primeira vez uma taxa total abaixo do nível de reposição<sup>4</sup>. Em 2010, o número médio de filhos por mulher brasileira foi de 1,86.

O processo de rejuvenescimento do padrão da fecundidade brasileira se intensificou durante a década de 90 e foi observado até o Censo de 2000. Ele esteve associado à perda do peso relativo na taxa de fecundidade total dos grupos etários mais velhos e a conseqüente diminuição da idade média a fecundidade. Mesmo com o fim do rejuvenescimento, os dados censitários atuais mostram que as jovens de 20 a 24 anos persistem apresentando fecundidade relativamente mais elevada, quando se compara com as outras faixas etárias (BERQUÓ e CAVENAGHI, 2004; BERQUÓ e CAVENAGHI, 2014).

No que diz respeito à idade média ao primeiro casamento, esta se manteve estável e relativamente precoce no Brasil. Os dados censitários entre 1960 e 2000 revelam que nestes períodos a idade média ao casar foi praticamente constante, ficando em torno de 22,5 anos (FUSSEL e PALLONI, 2004). Os dados das PNDS's de 1996 e 2006 também revelam a estabilidade na idade mediana à primeira união das mulheres brasileiras. Em 1996, a idade até a qual metade das mulheres de 25 a 49 anos já se uniu pela primeira vez foi cerca de 21,1 anos, na década seguinte a mediana foi de 20 anos (BEMFAM, 1996 e PNDS, 2006).

---

<sup>3</sup> A Taxa de Fecundidade Total (TFT) representa o número médio de filhos que uma mulher teria ao finalizar o período reprodutivo (CARVALHO et al, 1998).

<sup>4</sup> Nível de reposição da fecundidade (2,1 filhos) representa o nível de fecundidade no qual uma coorte de mulheres tem o número de filhos suficientes para “repor” a si mesmas na população.



Finalmente, em relação à idade da mulher ao nascimento do primeiro filho, os dados brasileiros mostram um padrão etário jovem. Na década de 90, a idade mediana ao primeiro filho das mulheres de 25 a 49 anos foi de 22,4 anos, dez anos depois a mediana foi cerca de 21 anos (BEMFAM, 1996 e PNDS, 2006).

De uma forma geral, atualmente as mulheres mais jovens têm tido a primeira relação sexual e o primeiro filho mais cedo do que as mulheres mais velhas. Por outro lado, a idade à primeira união é praticamente igual entre as diversas coortes de mulheres (SIMÃO, 2005). Além da coorte de nascimento, outras características como escolaridade, nível socioeconômico, local de residência, raça/cor afetam a idade que as mulheres experimentam cada um desses eventos (BERQUÓ e CAVENAGHI, 2004; LEITE et al, 2004; SIMÃO, 2005; FRANÇA, 2008).

O papel da religião sobre os acontecimentos que marcam o início da vida reprodutiva também é muito relevante dado que geralmente as normas religiosas orientam o comportamento humano, em questões associadas à sexualidade, a família, os papéis de homens e mulheres. Alguns estudos já têm mostrado associação entre religião e iniciação sexual e comportamento reprodutivo entre as jovens no Brasil (LONGO et al, 2009; COUTINHO, 2011; VERONA e REGNERUS, 2014).

Diante disso, o presente estudo pretende investigar a relação entre o comportamento sexual, conjugal, reprodutivo e o envolvimento religioso (avaliado por meio da frequência as atividades religiosas) no catolicismo, das jovens brasileiras entre 15 e 24 anos. O interesse em analisar exclusivamente as jovens católicas justifica-se pelo fato do catolicismo ser a religião mais tradicional e predominante do país (OLIVON, 2013).

Além disso, o grupo de católicos é bastante heterogêneo quanto à frequência à igreja, pois compreende tanto católicos altamente participativos quanto os católicos nominais (católicos só de nome), que professam a fé católica somente para cumprir os ritos de passagem<sup>5</sup> (batizado, casamento, missa de sétimo dia). A diversidade no interior do grupo católico também ocorre no que diz respeito a assuntos como aborto, sexo entre pessoas não casadas e homossexualidade (LONGO et al, 2009; OGLAND e VERONA, 2011; OGLAND e VERONA, 2014).

Os estudos relacionados à demografia da religião no Brasil, apesar de identificarem essa pluralidade no interior do catolicismo, não têm se debruçado em uma análise mais

---

<sup>5</sup> Os ritos de passagem marcam a transição de um status social para outro, sendo geralmente momentos importantes na vida das pessoas.

aprofundada sobre este aspecto. As pesquisas nesta área direcionam-se mais aos evangélicos, devido ao crescimento expressivo do pentecostalismo no Brasil. O presente estudo reconhece esta lacuna nos estudos sobre a demografia da religião brasileira e pretende contribuir para esta discussão.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo geral: investigar se a idade à primeira relação sexual, idade à primeira união e idade ao nascimento do primeiro filho estão associados ao envolvimento religioso das jovens católicas.

Os objetivos específicos deste trabalho consistem em: (1) estimar a probabilidade de cada evento de interesse segundo a idade, por evento estudado; (2) analisar se a sequência e o *timing* entre a idade à primeira relação sexual, primeira união e primeiro filho estão associados ao envolvimento religioso entre as católicas; (3) estimar os diferenciais da chance de experimentar cada evento por envolvimento religioso e investigar se estas associações modificaram entre 1996 e 2006.

A importância em analisar este período para o tema em estudo deve-se ao fato da década de 90 ter sido marcada pela expansão do movimento carismático católico<sup>6</sup> que, neste período, contava com cerca de três milhões e oitocentos mil participantes. Nos anos 2000, o número de participantes chegou a oito milhões de pessoas. A Renovação Carismática Católica (RCC) é o movimento no interior do catolicismo que mais tem contribuído para a permanência dos fiéis na Igreja Católica do Brasil (PIERUCCI e PRANDI, 1995; CARRANZA, 2000; SOFIATI, 2011).

A partir desses objetivos as principais hipóteses de pesquisa são: (1) há uma maior proporção de jovens católicas mais participativas que segue a ordem dos eventos direcionados pela Igreja Católica, se comparado àquelas que participam com menor frequência da Igreja. (2) O comportamento sexual, conjugal e reprodutivo das jovens católicas é diferenciado segundo o envolvimento religioso. Quanto maior o envolvimento religioso das jovens católicas, menor é o risco de ter a relação sexual e ter filhos mais precocemente. Por outro lado, quanto maior o envolvimento religioso maior é o risco de se unir mais cedo. (3) Além disso, há diferencial no comportamento sexual, conjugal e reprodutivo das jovens católicas por envolvimento religioso entre os dois momentos do tempo.

---

<sup>6</sup> A Renovação Carismática Católica (RCC) será abordada no terceiro capítulo desta dissertação.

Para a realização do estudo são usados os dados das Pesquisas Nacionais de Demografia e Saúde (PNDS) realizadas no Brasil em 1996 e 2006. Trata-se de pesquisas que têm por objetivo traçar um perfil das mulheres brasileiras em período reprodutivo (15 a 49 anos), a partir de diversos pontos, como: fecundidade, reprodução, prática sexual, contracepção e morbidade.

A metodologia empregada é a análise de sobrevivência voltada para dados de tempo discreto, por meio dela é possível investigar o tempo até a ocorrência dos eventos investigados (primeira relação sexual, primeira união e nascimento do primeiro filho). Para o estudo da associação entre a ocorrência dos eventos em análise e o envolvimento religioso entre as jovens católicas é utilizado o modelo de sobrevida para tempo discreto, estimado a partir da regressão logística.

Esta dissertação está organizada em nove capítulos, sendo o primeiro esta introdução. O capítulo 2 apresenta a revisão bibliográfica dos três eventos em análise: iniciação sexual, primeira união e nascimento do primeiro filho. São apresentados dados do Brasil e da América Latina e os principais fatores que influenciam cada um desses acontecimentos, especialmente os relacionados à religião e ao envolvimento religioso.

O terceiro capítulo é dedicado ao cenário religioso no Brasil, com o objetivo de mostrar quais as religiões de maior participação relativa junto à população brasileira, ao longo do século XX e XXI. Depois a discussão concentra-se exclusivamente no catolicismo. Esta parte é composta pelo: (1) histórico da religião católica no Brasil; (2) principais movimentos da Igreja Católica no país, detendo na Renovação Carismática Católica, nas Novas Comunidades e nos Novos Movimentos Eclesiais.

O capítulo 4 aborda os principais ensinamentos da doutrina católica sobre iniciação sexual, matrimônio e reprodução, com ênfase no papel dos movimentos moderno-conservadores na preservação da moral católica. Logo em seguida, é realizada uma revisão de literatura que tem por objetivo compreender como a religião influencia o comportamento dos jovens.

Depois, no capítulo 5, as fontes de dados e os métodos empregados no estudo são apresentados. A primeira parte deste capítulo dedica à descrição das PNDS's 1996 e 2006, as vantagens e limitações das bases para a realização deste estudo. A segunda parte se destina a apresentação do modelo de sobrevida para tempo discreto, sendo subdivida em duas seções: (1) análise descritiva em que são apresentadas, as principais funções deste modelo: função de sobrevivência e função risco; (2) análise de tempo discreto, estimado a

partir do modelo de regressão logística é composta pelo objetivo, definição e pressupostos do modelo.

Os capítulos 6 e 7 são destinados aos resultados. O primeiro deles se dedica a análise descritiva. Nele são apresentadas as frequências das variáveis de estudo, as idades medianas relativas a cada evento e as idades medianas por envolvimento religioso. A partir disso, parte-se para o próximo capítulo dos resultados, que se trata dos modelos de sobrevivência para tempo discreto, segundo cada evento de interesse. Nesta parte são interpretados os achados quanto ao risco das jovens católicas sofrerem cada um dos acontecimentos e as associações entre o comportamento sexual, conjugal e reprodutivo do grupo estudado e o envolvimento religioso.

A conclusão é apresentada no capítulo 8. Ela é composta pelos principais achados do estudo, as limitações encontradas para o desenvolvimento do trabalho e as sugestões para pesquisas futuras. As referências bibliográficas e os anexos são apresentados logo depois deste capítulo.

## **2 COMPORTAMENTO SEXUAL, CONJUGAL E REPRODUTIVO ENTRE AS JOVENS NO BRASIL**

Este capítulo é dividido em três partes, cada uma delas aborda um dos eventos em análise. Inicialmente é realizada uma apresentação do evento em questão mostrando a sua importância para a demografia. Depois são apresentados os dados relativos às PNDS's de 1986 a 2006, especialmente as informações sobre a idade mediana ao experimentar cada acontecimento. Também são descritos os resultados de outros estudos relativos não só ao Brasil, mas a América Latina. Por fim, são apresentados os principais fatores associados à primeira relação sexual, à primeira união e ao nascimento do primeiro filho.

### **2.1 Iniciação sexual entre as jovens no Brasil**

A iniciação sexual é um evento marcante na vida do indivíduo e na sociedade em geral. Ela é influenciada por normas, valores, traços culturais e vivências pessoais. Além disso, a iniciação sexual é socialmente compreendida como um rito de passagem na vida do jovem. A discussão sobre a iniciação sexual na literatura demográfica enfatiza a idade à primeira relação sexual por ser um indicador que influencia a sequência e o tempo em que acontecerão os demais eventos que marcam o processo reprodutivo feminino.

Os dados sobre iniciação sexual no Brasil mostram que as mulheres iniciam cada vez mais cedo sua experiência sexual<sup>7</sup>. As pesquisas das PNDS's de 1986 a 2006, por traçarem o perfil da população feminina em idade fértil, apontam de forma bem detalhada essa tendência do comportamento sexual brasileiro.

Em 1986, a idade mediana à primeira relação das mulheres brasileiras entre 20 a 24 anos foi de 20,3 anos. Já a idade média à primeira relação sexual pré-marital para as jovens de 15 a 24 anos foi de 16,6 anos. Aproximadamente 17% dessas jovens tiveram a primeira experiência sexual antes dos 15 anos de idade e cerca de 34% delas iniciaram a vida sexual entre 15 e 16 anos (PNSMIPF, 1986).

Ao comparar os dados brasileiros da década de 80 com outros quatro países da América Latina (Costa Rica, Panamá, México e Guatemala), foi observada uma grande semelhança na idade média à primeira relação sexual para as mulheres latino-americanas

---

<sup>7</sup> As relações sexuais antes dos 14 anos são classificadas pela legislação brasileira como estupro, ou seja, legalmente considerada uma violação de direitos, um crime.

de 15 a 24 anos, sendo cerca de 17 anos. Outro dado que foi bem parecido refere-se à proporção de mulheres que tiveram experiências sexuais pré-maritais. Das jovens brasileiras de 15 a 19 anos, 14% reportaram que a primeira relação sexual foi antes do casamento, nos demais países o percentual ficou entre 12% e 18%. Para as mulheres de 20 a 24 anos, a porcentagem varia de 35% a 41% nos países latino-americanos, comparado com os 36% no Brasil (PNSMIPF, 1986).

Em 1996, a idade mediana à primeira relação sexual das mulheres de 20 a 49 anos foi de 19,4 anos. Para as mulheres de 20 a 24 anos a mediana passou para 18,7 anos. Houve, portanto, uma diminuição de 1,6 anos em uma década (20,3 anos, em 1986). Na faixa etária de 15 a 19 anos, 67,2% das mulheres nunca tiveram relações sexuais e, em consequência disso, não foi possível estimar a mediana neste grupo etário. Já entre as mulheres de 20 a 24 anos o percentual de mulheres virgens diminuiu para 26,6% (BEMFAM, 1996).

Por fim, os dados da PNDS de 2006 mostram que a idade mediana à primeira relação sexual das mulheres de 15 a 49 anos diminuiu para 17 anos. Os dados indicam uma diminuição da idade mediana à primeira relação sexual à medida que se reduz a idade da mulher. Para as mulheres de 45 a 49 anos a mediana foi de 19 anos, dos 35 a 44 anos ela caiu para 18 anos, depois diminuiu em mais um ano entre as idades de 25 a 34 anos e, passou para 16 e 13 anos nos grupos etários de 20-24 e 15-19 anos, respectivamente.

Ao comparar o percentual de jovens de 15 a 24 anos que nunca tiveram relações sexuais, foi observada uma forte redução em relação aos dados das décadas de 80 e 90. Em 2006, aproximadamente, 44,8% e 12,6% das jovens, com respectivamente 15-19 e 20-24 anos, reportaram ser virgens, enquanto em 1996 os percentuais eram respectivamente iguais a 67,2% e 26,6%. Na década de 80, os percentuais de jovens que nunca tiveram relações sexuais foram ainda maiores (BEMFAM, 1996; PNDS, 2006).

**Tabela 1: Primeira relação sexual das mulheres brasileiras – PNDS's 1986 a 2006.**

PNDS	Idade Mediana (20 a 24 anos)	% nunca teve relação sexual	
		15-19 anos	20-24 anos
1986	20,3	80,2	35,8
1996	18,7	67,2	26,6
2006	16,0	44,8	12,6

Fonte: Relatório de Pesquisa das PNDS's 1986, 1996 e 2006.

Esta tendência de diminuição da idade mediana ao ter a primeira relação sexual foi verificada por Heaton, Forste e Otterstrom (2002) em um estudo sobre transições familiares na América Latina. Ao analisar a iniciação sexual para as coortes de nascimentos de 1940 a 1970, o Brasil foi o único país dentre os 13 estudados<sup>8</sup> que apresentou uma queda notável da idade mediana à primeira relação sexual. Ela foi igual a 20,2 anos para as mulheres nascidas na década de 40 e chegou a 18,7 anos para a coorte de nascimento de 1970. Ao analisar a proporção de adolescentes e jovens que reportaram sexo antes do casamento os únicos países que apresentaram uma tendência de crescimento constante foi novamente o Brasil, juntamente com a Colômbia. No Brasil a proporção de sexo pré-marital aumentou de 20,3% para 43,7%, para as gerações nascidas entre as décadas de 40 e 70. Na Colômbia o crescimento foi de 26,9% para 34,9%.

Diante destes resultados se pode indagar quais são os principais fatores que influenciam o comportamento sexual das jovens brasileiras. Coutinho (2008) apresenta uma extensa lista de fatores que estão relacionados à iniciação sexual. Eles podem ser divididos em várias dimensões: (1) variáveis sociodemográficas (escolaridade, idade, raça/cor, sexo, condição socioeconômica, região geográfica, grau de urbanização, residência durante a infância, religião, religiosidade); (2) variáveis de oportunidade (ter ou já ter tido namorado; idade que começou a namorar, idade do parceiro, grau de compromisso no relacionamento, dentre outros); (3) variáveis da comunidade, do domicílio e da família (tamanho da família, escolaridade e emprego da mãe, morar com pais biológicos etc); (4) variáveis individuais (comportamento de risco, repetência escolar, participação no mercado de trabalho, acesso à informação).

A seguir são apresentados os principais achados de pesquisas que enfocaram especialmente as características sociodemográficas<sup>9</sup> associadas à iniciação sexual na juventude brasileira.

---

<sup>8</sup> Lista dos países pesquisados por Heaton, Forste e Otterstrom (2002): Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, El Salvador, República Dominicana, Guatemala, Haiti, México, Nicarágua, Paraguai, Peru e Trindade e Tobago.

<sup>9</sup> A escolha pela revisão da literatura que abarca os fatores sociodemográficos associados à iniciação sexual na juventude é em virtude do melhor desenvolvimento dos objetivos deste trabalho.

### **2.1.1 Fatores associados à iniciação sexual na juventude brasileira**

A literatura mostra a existência de muitos fatores que afetam a iniciação sexual na juventude brasileira (GUPTA, 2000; LEITE et al 2004; LONGO, 2009; VERONA, 2010; COUTINHO, 2011; VERONA e DIAS JUNIOR, 2012; VERONA e REGNERUS, 2014). Sendo que uma variável ainda pouca explorada pela literatura nacional é a religião. Geralmente, os estudos utilizam esta variável como controle ou a variável é medida de forma muito abrangente, o que acaba dificultando uma análise mais aprofundada dos resultados. Alguns trabalhos (MCKINNON, POTTER, e GARRARD-BURNETT, 2008; LONGO, 2009; VERONA, 2010; COUTINHO, 2011; VERONA e DIAS JUNIOR, 2012; VERONA e REGNERUS, 2014) têm avançado no estudo da demografia da religião ao incorporar em suas análises o envolvimento religioso, através dessa informação é possível investigar outra dimensão da religião, além da denominação religiosa.

O estudo de Gupta (2000) é um dos trabalhos que se destacam na análise do comportamento sexual e contraceptivo ao incorporar a variável religião. Ela investigou as adolescentes do Nordeste brasileiro utilizando os dados das PNDS's de 1986, 1991 e 1996. Os resultados encontrados mostraram que a denominação religiosa (católicas e não-católicas/sem religião) não está associada à iniciação sexual no grupo estudado. Também foi observado que as adolescentes nordestinas que participam dos serviços religiosos pelo menos mensalmente possuem chances mais reduzidas de ter a primeira relação sexual antes do casamento.

Leite et al (2004) utilizou três categorias religiosas (católica, outra e não tem religião) para analisar os determinantes relacionados ao comportamento sexual e reprodutivo de jovens de 15 a 24 anos das regiões Nordeste e Sudeste brasileira, empregando os dados da PNDS de 1996. No entanto, diferentemente de Gupta (2000) foi observado que as jovens que reportaram ser da religião católica ou de outra religião apresentaram um menor risco de iniciar-se sexualmente do que as jovens sem religião.

Estudos mais recentes (MCKINNON, POTTER, e GARRARD-BURNETT, 2008; LONGO, 2009; VERONA, 2010; COUTINHO, 2011; VERONA e DIAS JUNIOR, 2012; VERONA e REGNERUS, 2014) utilizam categorias religiosas menos agrupadas e incorporam informações sobre o envolvimento religioso das participantes, o que facilita a comparação do comportamento sexual das jovens brasileiras inter e intra-religioso.

Verona (2010) em um estudo de âmbito nacional analisou as associações entre religião, envolvimento religioso e a iniciação sexual, entre as jovens de 15 a 24 anos, a



partir dos dados das PNDS's de 1986 a 2006. De forma geral, os resultados mostraram uma relação significativa entre iniciação sexual pré-marital e denominação religiosa e envolvimento religioso. Ao comparar o comportamento sexual por afiliação religiosa, as jovens pentecostais foram as que apresentaram um menor risco de ter relações sexuais antes do casamento em comparação às católicas, para todos os anos pesquisados. Maior participação aos serviços religiosos está diretamente associada a um risco menor de iniciação sexual pré-marital. Esta diferença de comportamento sexual intra-religioso pode ser explicada pelo fato de jovens com maior envolvimento religioso conseguirem internalizar os valores e ensinamentos de sua religião e, assim, são capazes de colocá-los mais em prática.

O contexto religioso da comunidade também interferiu na prática sexual, dado que jovens que residem em comunidades com menor participação religiosa apresentou um maior risco de envolver-se em relações sexuais antes do casamento, durante as três décadas analisadas.

Neste mesmo estudo, Verona (2010) estimou as idades médias à primeira relação sexual das mulheres brasileiras. Entre 1986 e 2006 não foi observado um padrão estável da idade média por denominação religiosa. Para a coorte de mulheres nascidas em 1940, a idade média à primeira relação sexual foi menor para as evangélicas (20,9 anos) do que para as católicas (21,5 anos). Contudo, esta diferença diminuiu em 1950 e deixou de ser observada em 1970, quando a idade média passou para 19,1 anos em ambas as religiões. Entre as mulheres nascidas na década de 80, a idade média em relação a este evento é novamente maior entre as evangélicas em comparação às católicas.

Quanto a idade média à primeira relação sexual por envolvimento religioso, à medida que aumenta a participação nas atividades religiosas a idade média também foi mais alta. Sendo que esta tendência foi mantida ao longo do tempo (VERONA, 2010).

Por meio destes resultados descritivos parece que o envolvimento religioso é mais consistente para a explicação do comportamento sexual do que a denominação religiosa. A religião que a jovem foi criada, a religiosidade da família e da comunidade também são informações relevantes para compreender este comportamento.

Coutinho (2011) usando outra base de dados, "Pesquisa Jovem" de 2008, analisou a relação entre religião, religiosidade e iniciação sexual de adolescentes de 15 a 19 anos de ambos os sexos, estudantes do ensino médio público da região metropolitana de Belo Horizonte. Os achados foram bem semelhantes aos reportados anteriormente. A denominação religiosa e a frequência à igreja foram associadas negativamente à iniciação

sexual. Isso significa que os adolescentes sem religião possuíam maiores chances de iniciar a atividade sexual do que os adolescentes com alguma religião. No entanto, os católicos menos praticantes tinham um comportamento mais permissivo quanto ao sexo pré-marital, aproximando do comportamento dos indivíduos sem religião. Outro resultado relevante refere-se à alta proporção de adolescentes que já tiveram experiência sexual independente do envolvimento religioso. As diferenças intra-religião variam em virtude da participação religiosa do indivíduo. Sendo assim, a capacidade de influência da religião foi maior para os mais praticantes.

Em um estudo recente Verona e Regnerus (2014) a fim de melhor entenderem o efeito do pentecostalismo e iniciação sexual pré-marital estudaram esta relação, usando os dados da PNDS de 2006. Os achados mais relevantes foram a forte relação entre postergação da prática sexual e pentecostalismo, sendo que essa relação também foi verificada quando analisou o envolvimento religioso. Quando se comparou pentecostais e católicos que mais frequentam à igreja, os pentecostais tinham um menor risco de ter relações sexuais antes do casamento do que os católicos.

Os resultados destes poucos estudos para o contexto brasileiro sugerem que a religião é um fator que contribui para o adiamento da prática sexual e o tempo do adiamento é bastante influenciado pelo envolvimento religioso do indivíduo. Sendo que a postergação difere tanto em função da denominação religiosa, quanto da própria religiosidade no interior da mesma religião.

Diferentemente da religião, outros fatores como: idade, escolaridade, nível econômico e local de residência são frequentemente abordados nos estudos sobre iniciação sexual na juventude.

A idade, além de ser uma das principais variáveis demográfica, é bastante usada em estudos desse tipo, pois permite conhecer em qual período da vida as jovens experimentaram pela primeira vez a relação sexual. Em geral, observa-se uma relação direta entre idade e iniciação sexual. Sendo que nos estudos que analisaram as faixas etárias com um intervalo menor que o quinquenal foi observado que a chance de ter a primeira relação sexual cresceu até os 17 anos, depois houve uma redução (LEITE et al, 2004). Verona (2010) ao comparar as mulheres de 20-24 anos com as de 15-19 anos constatou que as mulheres pertencentes à coorte mais velha apresentaram um risco maior de iniciar a atividade sexual antes do casamento do que as mais jovens.

A escolaridade também é um dos principais fatores relacionados à iniciação sexual feminina. Geralmente, há uma forte correlação entre aumento nos níveis de escolaridade e

idades mais avançadas de início da atividade sexual. (HEATON, FORSTE e OTTERSTROM, 2002; LEITE et al, 2004; FRANÇA, 2008; VERONA, 2010; VERONA e REGNERUS, 2014).

O estudo de Heaton et al (2002) e os dados das PNDS's de 1996 e 2006 sobre a idade mediana à primeira relação sexual, segundo os anos de estudo mostraram esta relação. Heaton et al (2002) ao investigarem as coortes de nascimentos de 1940 a 1970 verificaram que a menor mediana associada a primeira relação sexual foi entre as brasileiras sem escolaridade (17,5 anos). Entre aquelas com um a cinco anos de estudo a mediana aumentou em um ano, indo para 18,5 anos. Já as mulheres com nove ou mais anos de estudo a mediana chegou a 21,8 anos.

Em relação às pesquisas de demografia e saúde da década de 90 os dados apontaram que, enquanto para as mulheres de 20 a 24 anos sem nenhuma escolaridade a vida sexual começava com uma idade mediana de 15,6 anos, a idade mediana mais elevada foi observada para aquelas com quatro anos de estudo (18,1 anos) (BEMFAM, 1996). Em 2006, para as mulheres de 20 a 24 anos sem nenhuma escolaridade a idade mediana da iniciação sexual foi igual a 15 anos, já a idade mediana para aquelas com doze ou mais anos de estudo foi de 18 anos (PNDS, 2006).

Um aspecto que é necessário ressaltar da relação entre escolaridade e iniciação sexual é a direção da causalidade. Na verdade, a direção não é clara, dado que as jovens podem adiar o início da prática sexual em virtude da busca de maior escolaridade e as jovens que começaram precocemente as relações sexuais são mais prováveis de evadir da escola, se elas têm um filho (OLIVEIRA, 2005).

A escolaridade, juntamente com o status econômico, são fatores relevantes de diferenciação do comportamento sexual entre as jovens brasileiras.

Berquó et al (2012) ao analisar as características sociodemográficas e do comportamento sexual e reprodutivos das jovens brasileiras, com os dados da PNDS 2006 verificou que quanto menor a condição econômica, maior a chance de iniciar a vida sexual antes dos 20 anos. Utilizando os mesmos dados Verona e Regnerus (2014) verificaram que o maior status socioeconômico do domicílio onde a jovem reside está relacionado a um menor risco da prática sexual antes do casamento.

Outra variável bastante utilizada nos estudos sobre iniciação sexual é o local de residência. Diferentemente da escolaridade e classe econômica que possuem uma associação clara com o comportamento sexual, a relação entre situação do domicílio e comportamento sexual é variada.

Leite et al (2004) investigaram os fatores relacionados ao comportamento sexual e reprodutivo das adolescentes nordestinas e do Sudeste brasileiro e verificaram que as mulheres residentes em área urbana tinham uma chance maior de ter relações sexuais, se comparado as residentes em áreas rurais. Resultados semelhantes foram encontrados por Verona (2010) e Verona e Regnerus (2014).

Por outro lado, os resultados sobre a idade mediana à primeira relação sexual apresentados no trabalho de Heaton et al (2002) e os dados das PNDS's de 1996 e 2006 não apresentaram diferenças notórias. No estudo sobre as transições familiares da América Latina (HEATON, FORSTE E OTTERSTROM, 2002) os dados relativos ao Brasil mostraram que para as gerações nascidas entre as décadas de 40 a 70 a idade mediana à primeira relação sexual foi muito próxima, sendo igual 19,1 anos na área rural e 19,5 anos na área urbana. Na PNDS de 1996, a idade mediana para as mulheres de 20 a 24 anos foi de 18,6 e 19,1 anos, para o espaço urbano e rural, respectivamente (BEMFAM, 1996). Em 2006, a idade mediana passou para 17 anos para mulheres residentes em domicílio urbano e 16 anos para aquelas que moram em domicílio rural (PNDS, 2006).

Além da situação do domicílio outra variável que não tem uma relação clara com a idade à primeira relação sexual é a região brasileira. Os dados da PNDS 1996 mostraram que entre as mulheres de 20 a 24 anos, as residentes no Norte e Centro-Oeste foram as que começaram mais precocemente sua vida sexual, (idade mediana de 18,2 anos) e, as residentes no Centro-Leste<sup>10</sup>, são as que começaram mais tarde (idade mediana de 19,1 anos) (BEMFAM, 1996). Em 2006, as regiões Sudeste e Nordeste apresentaram a mesma idade mediana (17 anos) e as demais regiões também tiveram resultados semelhantes (idade mediana de 16 anos).

Um dos principais resultados de Leite et al (2004) ao estudarem as adolescentes do Nordeste e Sudeste brasileiro, usando a PNDS de 1996 foi que a região de moradia não estava associada à prática de iniciação sexual. Por outro lado, Verona (2010) verificou com os dados das PNDS's de 1996 e 2006 que as jovens nordestinas tinham um risco inferior de ter relações sexuais pré-maritais se comparado às outras regiões brasileiras. Os achados de Verona e Regnerus (2014) com a PNDS 2006 corroboram os achados acima.

Por fim, a variável raça/cor é outra variável geralmente utilizada para explicar o comportamento sexual brasileiro. No entanto, a relação entre raça/cor e início da prática sexual não é uniforme entre as diferentes pesquisas.

---

<sup>10</sup> A região Centro-Leste é composta pelos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Leite et al (2004) verificaram que a raça/cor branca comparada as outras não foi significativa ao analisar o comportamento sexual das jovens brasileiras da região Nordeste e Sudeste. Por outro lado, França (2008) verificou uma influência marginal da raça/cor sobre a iniciação sexual. As adolescentes brancas tinham uma chance menor de começarem a prática sexual se comparada às negras ou indígenas.

Simão (2005) investigou os comportamentos sexual, nupcial e reprodutivo de mulheres brancas e negras, entre 20-29 anos e entre 50-59 anos do município de Belo Horizonte. Foi observado que entre as mulheres mais jovens a idade à primeira relação sexual é bem similar para as brancas e negras, enquanto as mulheres mais velhas a prática sexual começou mais cedo para as mulheres brancas. A razão desta diferença, segundo a autora, deve-se ao fato de que entre as mulheres mais velhas, geralmente, a idade à primeira relação sexual era similar à idade ao se casar, sendo que as negras apresentavam maiores dificuldades de entrar no mercado de casamento se comparado as brancas.

Os resultados da associação entre raça/cor e iniciação sexual é fruto em certa medida da relação entre raça/cor, nível econômico e educacional. Em geral, o impacto da variável raça/cor sobre a iniciação sexual é minimizado ou até mesmo deixa de existir quando é controlado pelo nível educacional e econômico da jovem (OLINTO & OLINTO, 2000; LEITE et al 2004). Isso é observado, porque normalmente as mulheres negras e pardas são em geral mais pobres e com menor escolaridade que as mulheres brancas.

Abaixo seguem o Quadro 1, contendo o resumo baseado na revisão de literatura dos fatores relacionados a iniciação sexual da juventude brasileira e a Tabela 2 que sintetiza as idades medianas à primeira relação sexual, segundo alguns fatores analisados:

**Quadro 1: Síntese dos estudos de comportamento sexual da juventude brasileira**

Autor	Ano	Base de dados	Variável/ Associação							
			Religião	Envol. religioso	Idade	Escolaridade	Status econômico	Situação do domicílio	Região de residência	Raça/Cor
Gupta	2000	PNDS 1986, 1991 e 1996	NS*	Sig	Sig	Sig	-	NS e Sig	-	-
Heaton et al	2002	DHS 1991 e 1996	-	-	-	Sig	-	NS	-	-
Leite et al	2004	PNDS 1996	Sig**	-	Sig	Sig	-	Sig	NS	NS
Simão	2005	SRSR 2002	-	-	Sig	-	-	-	-	NS
França	2008	SRSR 2002	NS	-	Sig	Sig	-	-	-	Sig
Verona	2010	PNDS 1986, 1996 e 2006	Sig	Sig	Sig	Sig	-	Sig	Sig	-
Coutinho	2011	Pesquisa Jovem 2008	Sig	Sig	Sig	-	-	-	-	-
Berquó et al	2012	PNDS 2006	-	-	-	Sig	Sig	-	-	NS
Verona e Regnerus	2014	PNDS 2006	Sig	Sig	Sig	Sig	Sig	Sig	Sig	-

\*NS: corresponde aos estudos que não encontraram resultados significativos.

\*\* Sig: corresponde aos estudos que encontraram resultados significativos.

Fonte: Elaboração própria, feita a partir da revisão de literatura.

Tabela 2: Idade mediana à primeira relação sexual, por fatores pesquisados

Autor/Ano	Variável	Idade média por coorte de nascimento			
		1940	1960	1970	1980
VERONA, 2010	<b>Religião</b>				
	Católicas	21,5	20,3	19,1	17,6
	Evangélicas	20,9	19,9	19,1	18,1
	<b>Envolvimento religioso</b>				
	Uma ou mais vez por semana	21,7	20,6	19,5	18
	Menos de uma vez por semana	21,1	20,2	19,1	17,6
	Menos de uma vez por mês	21,2	20,1	18,8	17,7
	Nunca	21,1	19,8	18,4	17,0
BEMFAM, 1996 e PNDS, 2006		<b>Idade mediana (20-24 anos)</b>			
	<b>Escolaridade</b>	<b>1996</b>		<b>2006</b>	
	Sem escolaridade	15,6		15,0	
	5- 8 anos	17,9		16,0	
	9 a 11 anos	-		17,0	
	12 ou mais anos de estudo	-		18,0	
	<b>Situação do Domicílio</b>				
	Rural	19,1		16,0	
	Urbano	18,6		17,0	
	<b>Região Brasileira</b>				
	Norte	18,2		16,0	
	Nordeste	19		17,0	
	Centro-Oeste	18,2		16,0	
	Sul	18,6		16,0	
	Sudeste	-		17,0	
	Centro-Leste*	19,1		-	
	Rio	18,7		-	
	São Paulo	18,5		-	

\*Centro-Leste: Minas Gerais e Espírito Santo

Fonte: Elaboração própria feita a partir de revisão da literatura.

## 2.2 Primeira união entre as jovens

Em grande parte das sociedades, a constituição de uma união, aqui entendida como formal e informal, é vista como um evento de destaque na vida social e pessoal. O início de uma união sinaliza a emergência da vida adulta para homens e mulheres. Além disso, a ocorrência deste evento coloca em movimento uma diversidade de transformações na vida dos indivíduos, é a partir disso que se começa uma nova família, novas obrigações e responsabilidades passam a existir, papéis sociais são delineados. Especialmente entre as mulheres unir-se significa um reordenamento das prioridades. Por isso, a idade ao iniciar a vida conjugal é uma informação muito relevante para a mulher, dado a capacidade de influenciar os eventos posteriores de sua vida. Sobretudo nos casos em que os nascimentos ocorrem dentro do casamento, mulheres que se casam mais jovens têm uma maior exposição ao risco de engravidar. (FUSSEL E PALONI e PALLONI, 2004; SIMÃO, 2005; VIEIRA e ALVES, 2014).

O contexto brasileiro sobre o regime conjugal tem sido marcado pelo aumento de uniões informais, aumento e aceitação do número de divórcio, adiamento do casamento, queda da fecundidade marital, crescimento de nascimentos extraconjugais, sobretudo entre as jovens. Por outro lado, observa-se uma estabilidade na idade ao unir. A idade mediana da mulher ao experimentar a primeira união tem sido em torno de 21 e 22 anos durante a segunda metade do século XX<sup>11</sup>. (HEATON, FORSTE e OTTERSTROM, 2002; FUSSEL e PALLONI, 2004; SIMÃO, 2005; ESTEVE, LÓPEZ-RUIZ e SPIJKER, 2013; VIEIRA e ALVES, 2014).

Os dados das PNDS's de 1986 a 2006 ajudam a visualizar esta tendência. Em 1986, a idade mediana ao se casar da mulher brasileira de 25 a 44 anos foi de 21,2 anos. Para as jovens brasileiras de 15 a 24 anos não foi possível estimar a idade mediana, dado que menos da metade destas mulheres eram unidas. As mulheres de 25 a 44 anos apresentaram um comportamento bastante semelhante quanto à idade ao se casar pela primeira vez. Em cada grupo etário a proporção de mulheres que estava casada antes dos 15 anos de idade é bem pequena, cerca de 4%. E, cerca de 40% delas estavam casadas aos 20 anos (PNSMIPF, 1986).

---

<sup>11</sup> No Brasil, a idade mínima para o casamento é de 18 anos. Entre os 16 e 18 anos os indivíduos podem se casar com a autorização dos pais ou responsáveis legais (Código Civil, 2002).



Em 1996, a idade mediana à primeira união apresentou-se constante em torno de 21,1 anos para as diferentes gerações de mulheres (25 a 49 anos). Novamente não foi possível estimar a idade mediana para as mulheres mais jovens, dado que 83,2% das adolescentes de 15 a 19 anos e, 47,4% das jovens entre 20 e 24 anos nunca foram unidas (BEMFAM, 1996).

Os dados da última PNDS mostraram que a idade mediana foi de 19 anos para as mulheres entre 20 e 49 anos e, se for excluída as mulheres mais jovens (20-24 anos) a idade mediana ficou em 20 anos (25-49 anos). Ao comparar a idade mediana pelas diferentes coortes de mulheres verificou-se que a idade mediana à primeira união foi de 20 anos para as mulheres com mais de 30 anos, para as mulheres de 20 a 24 anos e 25 a 29 anos foi respectivamente 18 e 19 anos. Para as adolescentes (15 a 19 anos) não foi possível estimar a idade mediana, pois 72,1% delas nunca foram unidas (PNDS, 2006).

Nos três anos analisados observa-se uma estabilidade da idade mediana à primeira união para os diferentes grupos etários, esse resultado mostra que a idade da mulher brasileira ao se casar praticamente não variou ao longo do tempo. Diante disso, pode-se afirmar que o padrão conjugal brasileiro é relativamente jovem e estável, esse comportamento conjugal também é verificado em grande parte dos países latino-americanos (GARCÍA e ROJAS, 2002; HEATON, FORSTE e OTTERSTROM, 2002; FUSSEL e PALLONI, 2004; ESTEVE, LÓPEZ-RUIZ e SPIJKER, 2013).

**Tabela 3: Primeira união das mulheres brasileiras - PNDS's 1986 a 2006.**

PNDS	Idade Mediana (25-49)	% nunca unidas	
		15-19 anos	20-24 anos
1986	21,2*	85,3	44,2
1996	21,0	83,2	47,4
2006	20,0	72,1	38,5

\*Na PNDS 1986 o valor da mediana refere ao grupo etário de 25 a 44 anos.

Fonte: Relatório de Pesquisa das PNDS's 1986, 1996 e 2006.

Heaton et al (2002) analisaram as transições familiares na América Latina para as coortes de nascimentos de 1940 a 1970. Entre os países pesquisados, as jovens da Nicarágua apresentaram a menor idade mediana ao iniciar a vida conjugal, sendo cerca de 18 anos para as diferentes gerações de mulheres. Por outro lado, as jovens colombianas foram as que se casaram mais tarde, a idade mediana para as mulheres que nasceram na década de 40 foi de 20,5 anos, depois de trinta anos a mediana chegou a 21,7 anos. As jovens brasileiras apresentaram uma mediana de 21,2 anos, em 1940 e 21,5 anos, em 1970.

Na maioria dos países estudados, a idade mediana cresceu ligeiramente, principalmente na Colômbia, México, Peru e República Dominicana. Em nenhuma população foi observado um declínio notável na idade à primeira união.

Dados da década de 80 sobre união conjugal mostraram que grande parte dos países latino-americanos tinha uma idade média entre 20 e 21 anos. Os países do cone sul (Argentina, Brasil, Chile e Uruguai) apresentaram a idade média mais elevada, em torno de 23 anos. Enquanto, nos países da América Central e Caribe a idade média foi menor, sendo próxima de 18 e 19 anos (GARCÍA e ROJAS, 2002).

Um aspecto importante de se destacar é que a estabilidade da idade ao se unir na América Latina ocorre em um contexto de diminuição das taxas de casamento, aumento da coabitação e expansão educacional. Segundo Esteve et al (2013) a ampliação do sistema educacional não propiciou o adiamento da idade ao constituir uma união, pois a ocorrência de uniões precoces predomina entre as mulheres com menor nível educacional, sendo o grupo com maior peso nesta região. Por outro lado, entre as mulheres mais escolarizadas não houve mudanças quanto à idade ao se unir.

Também se observa uma grande expansão das uniões informais na região. Esteve et al (2011) afirmam que o *boom* da coabitação vem acontecendo desde os anos 60 e se intensificou na década de 90. É interessante perceber que o crescimento desse tipo de união tem ocorrido, sobretudo, nos países em que a sua prevalência era baixa. Este é o caso da Argentina, Chile e Brasil (WESTOFF, 2003; ESTEVE et al, 2011; ESTEVE et al, 2013). Os últimos dados censitários brasileiros indicaram um crescimento de 42,9% para 49,4% de pessoas acima de 10 anos que estão unidas consensualmente (VERONA et al, 2012).

Outro aspecto relevante é que o aumento de uniões informais tem acontecido nos diferentes níveis de ensino da mulher. Esse é um ponto importante, pois a coabitação de natureza histórica e étnica, mais característica dos países centro-americanos e do Caribe, predominava uma relação inversa entre união informal e escolaridade. Sendo que atualmente, também, se observa de forma mais expressiva esse tipo de união entre as mulheres mais escolarizadas (WESTOFF, 2003; ESTEVE et al, 2011; ESTEVE et al, 2013).

Além da diferenciação regional, a presença de união informal varia de acordo com a idade das pessoas. Normalmente, a união informal acontece mais cedo que o casamento e é mais frequente entre os jovens. Essa tendência foi observada nos dados dos países da América Latina e Caribe de 1990 a 2002 que verificaram o percentual de mulheres entre 15-39 anos que estão unidas informalmente. Dos nove países estudados foi observada uma

maior proporção de união informal entre as mulheres de 15-19 e 20-24 anos, principalmente entre as mais jovens. Além disso, durante a década pesquisada houve uma tendência de crescimento da união informal entre as mulheres mais jovens, para todos os países. A República Dominicana apresentou a maior prevalência desse tipo de união, independente do grupo etário. Entre as adolescentes (15-19 anos) mais de 80% estavam unidas informalmente, na faixa etária de 35-39 anos a porcentagem também foi alta, sendo mais de 50% dos casos das mulheres unidas. Já o Brasil foi o país com menor porcentagem de união consensual. Entre as mulheres de 15-19 anos, a proporção cresceu de 34% para 50%, de 1986 para 1996. Entre as jovens (20-24 anos) a porcentagem foi bem menor para os dois anos analisados, sendo respectivamente igual a 20% e 31%. É interessante notar que nos dois grupos etários houve ao longo do tempo um crescimento percentual da união informal no Brasil (WESTOFF, 2003).

Diante de tudo isso, Fussell e Palloni (2004) perceberam a existência de dois tipos de regime de casamento nos países latino-americanos, no período de 1950 a 2000. No primeiro, predominou as uniões formais e a idade mediana à primeira união foi relativamente mais alta. Os países que representaram este regime de casamento foram a Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica e Uruguai. O segundo padrão de casamento foi marcado por uma maior prevalência de uniões consensuais, neste caso a idade mediana foi menor e os níveis de primeira união também foram mais elevados. Alguns países deste grupo foram: Bolívia, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela.

### **2.2.1 Fatores associados ao comportamento conjugal**

Os fatores que influenciam o comportamento conjugal no Brasil são pouco abordados pela literatura brasileira devido à indisponibilidade de dados, sendo que a maior parte dos estudos enfoca os tipos de união. No entanto, como esse aspecto do comportamento conjugal não é de interesse deste estudo, não serão apresentados os fatores que interferem nesta escolha do casal. Além disso, vários estudos que procuram investigar as possíveis causas relacionadas à idade ao se casar concentram-se em análises descritivas, o que possibilita perceber uma provável relação entre o evento e a variável em análise. Levando em consideração estas limitações são apresentados os achados das pesquisas.

Dos estudos revisados para este trabalho somente três (MCKINNON, POTTER e GARRARD-BURNETT, 2008; CASTANHA e VERONA, 2012; VERONA et al, 2012)

utilizaram informações sobre religião. Eles investigaram a relação entre os tipos de união (formal e informal) e a religião de jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro, mineiras e brasileiras, respectivamente<sup>12</sup>.

Os resultados dos artigos indicaram que as jovens de igrejas evangélicas (tradicionais e pentecostais) comparado às católicas tinham um menor risco de estarem em união informal do que não estarem unidas. Além disso, as jovens evangélicas apresentaram um risco superior de optarem pela união formal e preferem casar mais cedo.

Verona et al (2012) também analisaram se o tipo de união varia de acordo com o envolvimento religioso. Independente da religião verifica-se que a participação religiosa está diretamente relacionada ao risco de viver em união formal. Além disso, católicas com alta frequência à igreja apresentaram uma menor chance de estarem em união informal do que não estarem unidas, em comparação as católicas de pouco envolvimento religioso. Quando se comparou protestantes e católicas que participam das atividades religiosas menos de uma vez por semana, as protestantes tinham um risco bem inferior de estarem em união informal.

Outras variáveis mais comuns de se encontrar nos estudos sobre comportamento conjugal são: escolaridade, situação do domicílio e aspectos culturais.

A educação é considerada um dos mais importantes fatores para a formação de união. Geralmente, os maiores níveis educacionais estão associados ao postergamento da constituição da primeira união (HEATON, FORSTE e OTTERSTROM, 2002; WESTOFF, 2003).

No estudo de Heaton et al (2002) os dados das medianas à primeira união para as gerações de brasileiras nascidas entre os anos 40 foi de 18,9 anos, para as mulheres sem escolaridade. Para aquelas com um a cinco anos de estudo a mediana foi um pouco maior (19,8 anos) e entre as mais escolarizadas, ou seja, as mulheres com nove ou mais anos de estudos a mediana chegou a 24,2 anos.

Ao analisar os resultados da PNDS de 1996 para as mulheres de 25 a 29 anos sem nenhuma instrução foi identificado uma idade mediana de 17,8 anos, em contraste entre aquelas com 9 a 11 anos de estudo a mediana foi de 23,0 anos (BEMFAM, 1996). Em 2006, essa tendência também foi observada, as jovens (25-29 anos) sem escolaridade

---

<sup>12</sup> Não foram encontrados estudos que mostraram a relação entre religião e envolvimento religioso e a idade ao casar.

tinham uma idade mediana de 17 anos, já para aquelas com 12 ou mais anos de estudo a mediana passou para 23 anos (PNDS, 2006).

Diferentemente da educação, a influência da situação do domicílio sobre a idade ao unir não é muito clara. (HEATON, FORSTE e OTTERSTROM, 2002; WESTOFF, 2003). O trabalho de Heaton et al (2002) também estimaram a mediana relativa a idade à primeira união por área rural e urbana, sendo respectivamente igual a 21,4 anos e 20,2 anos. A PNDS de 1996 mostrou que a idade mediana à primeira união para as mulheres de 25 a 29 anos foi um pouco maior no domicílio urbano (21,3 anos) do que no rural (19,7 anos) (BEMFAM, 1996). Em 2006, a idade mediana foi de 18 anos entre as jovens de 25 a 24 anos, independente da área de residência. Já para as mulheres de 25 a 29 anos houve uma diferença de um ano na idade mediana por situação do domicílio, sendo de 19 anos nas moradias urbanas e 18 nas rurais.

O aspecto cultural também é de grande importância para ser analisado quando se tem o interesse de compreender os motivos da estabilidade da idade ao se unir na América Latina (HEATON, FORSTE e OTTERSTROM, 2002; FUSSELL E PALLONI, 2004; ESTEVE, LÓPEZ-RUIZ e SPIJKER, 2013).

O valor dado às famílias que se estende intra e intergerações nestas populações ajuda a explicar este regime de casamento estável que se mantém mesmo na presença de transformações políticas e socioeconômicas, como a urbanização, modernização, expansão educacional. O suporte familiar acaba sendo uma segurança diante dos problemas socioeconômicos que afetam a região, sendo isso um recurso fundamental na vida dos indivíduos.

A continuidade da estabilidade etária à primeira união também é explicada pela prevalência de uniões informais que são comuns em idades mais jovens, sendo que a coabitação também faz parte de um dos aspectos culturais latino-americano. Parte dos casais que escolhem unir-se informalmente legalizam a união após algum período de tempo juntos, quando a relação parece estar mais consolidada e as condições econômicas são mais favoráveis (VIEIRA e ALVES, 2014).

Por outro lado, outras variáveis como região de residência e raça/cor foram pouco analisadas na literatura que se destina a constituição da primeira união. Por exemplo, na literatura revisada não foram encontradas análises que consideram a relação entre região de residência e o momento da primeira união.

Somente nas PNDS's de 1996 e 2006 é que foi reportada a idade mediana à primeira união, segundo as regiões brasileiras. Na década de 90, a idade mediana para as

mulheres de 25-29 anos ficou entre 20 e 22,4 anos. A menor idade mediana ao unir pela primeira vez foi encontrada no Centro-Oeste e a maior foi entre as cariocas (BEMFAM, 1996). Em 2006, para as mulheres do mesmo grupo etário a mediana foi de 18 anos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nas demais regiões a mediana foi de 19 anos (PNDS, 2006).

No que tange a relação entre raça/cor e a idade ao se casar pela primeira vez este trabalho identificou apenas o estudo de Simão (2005). Entre as mulheres de 20-29 anos as negras se casaram mais cedo do que as brancas. Este resultado pode ser fruto do maior nível de escolaridade das mulheres brancas, que poder interferir no adiamento da união. Por outro lado, entre as mulheres de 50 a 59 anos não houve diferenças estatisticamente significativas na idade ao se unir por raça/cor.

Abaixo se encontram o Quadro 2 que apresenta um resumo fundamentado nos estudos sobre os fatores relacionados ao comportamento conjugal da juventude brasileira e a Tabela 4 que também resume as idades medianas associadas a este evento.

**Quadro 2: Síntese dos estudos de comportamento conjugal da juventude brasileira**

Autor	Ano	Base de dados	Variável/ Associação							
			Religião	Envol. religioso	Idade	Escolaridade	Status econômico	Situação do domicílio	Região de residência	Raça/Cor
Heaton et al	2002	DHS 1991 e 1996	-	-	-	Sig	-	NS	-	-
Westoff	2003	PNDS 1996	-	-		Sig		NS		
Simão	2005	SRSR 2002	-	-	NS**	-	-	-	-	NS e Sig
McKinnon et al*	2008	Censo brasileiro 2000	Sig	-	Sig***	Sig	Sig	-	-	NS e Sig
Castanha e Verona*	2012	Censo brasileiro 2000	Sig	-	Sig	Sig	-	Sig	-	Sig
Verona et al*	2012	PNDS 2006	Sig	Sig	Sig	Sig	Sig	Sig	Sig	NS

\*Trabalhos que investigam a associação entre tipo de união e religião.

\*\*NS: corresponde aos estudos que não encontraram resultados significativos.

\*\*\*Sig: corresponde aos estudos que encontraram resultados significativos.

Fonte: Elaboração própria, feita a partir da revisão de literatura.

**Tabela 4: Idade mediana à primeira união, por fatores pesquisados**

Autor/Ano	Variável	Idade mediana (25 a 29 anos)	
		PNDS 1996	PNDS 2006
<b>BEMFAM, 1996 e PNDS, 2006</b>	<b>Escolaridade</b>		
	Sem escolaridade	17,8	17,0
	5- 8 anos	20,5	17,0
	9 a 11 anos	23	20,0
	12 ou mais anos de estudo	-	23,0
	<b>Situação do Domicílio</b>		
	Rural	19,7	18,0
	Urbano	21,3	19,0
	<b>Região Brasileira</b>		
	Norte	20,3	18,0
	Nordeste	20,6	18,0
	Centro-Oeste	21,4	18,0
	Sul	20,3	19,0
	Sudeste	-	19,0
	Centro-Leste*	21,4	-
	Rio	22,4	-
	São Paulo	21,6	-

\*Centro-Leste: Minas Gerais e Espírito Santo

Fonte: Elaboração própria feita a partir de revisão da literatura.



### 2.3 Nascimento do primeiro filho na juventude

O nascimento do primeiro filho é um evento marcante na vida dos indivíduos, dado que uma nova vida traz consigo responsabilidades, obrigações e novos planos. Além disso, a idade em que a mulher tem o primeiro filho pode influenciar a sua vida de diversas formas. Ter o primeiro filho em idades mais jovens aumenta a probabilidade da mulher ser mãe pela segunda vez, mas também pode dificultar a permanência na escola. Problemas financeiros podem favorecer um ingresso mais cedo do que o desejado no mercado de trabalho. Além disso, o nascimento de um filho pode contribuir para a formação de uma união (SIMÃO, 2005).

A idade ao ter o primeiro filho também tem consequências de ordem demográfica. Se por um lado as idades à primeira relação sexual e à primeira união sinalizam o início da exposição ao risco de procriar, por outro lado o nascimento do primeiro filho é responsável pela contribuição da mulher para a fecundidade e ajuda na definição do comportamento reprodutivo futuro. Nesse sentido, a idade ao ter o primeiro filho impacta tanto nos padrões quanto nos níveis de fecundidade (SIMÃO, 2005).

No Brasil há uma tendência de declínio da idade da mulher na época do nascimento do primeiro filho. Em 1986, a idade mediana ao ter o primeiro filho foi de 22,4 anos para os grupos etários de 25 a 44 anos (PNSMIPF, 1986).

Na década seguinte, a idade mediana ao nascimento do primeiro filho ficou em torno de 22,3 anos para as mulheres de 25 a 44 anos, somente no grupo etário de 45 a 49 anos é que a idade mediana foi maior, sendo igual a 23 anos. Em relação às jovens de 15-19 anos, mais de 85% não tinham sido mães. Já aquelas com 20 a 24 anos, cerca de 16% tiveram seu primeiro filho antes dos 17 anos, sendo que menos de 11% das mulheres entre 45 e 49 anos relataram ter tido o seu primeiro filho antes desta idade (BEMFAM, 1996).

Em 2006, a idade mediana ao ter o primeiro filho foi de aproximadamente 21 anos para as mulheres de 25 a 49 anos e com tendência à redução, se comparado às várias coortes de nascimentos. Por exemplo, a idade mediana para o grupo etário mais jovem (25-29 anos) foi igual a 19 anos. Em contrapartida, as mulheres mais velhas (45-49 anos) apresentaram uma idade mediana de 22 anos.

**Tabela 5: Nascimento do primeiro filho das mulheres brasileiras–  
PNDS's 1986 a 2006.**

PNDS	Idade Mediana (25-44)	% sem filhos	
		15-19 anos	20-24 anos
1986	22,4	89,7	49,3
1996	22,3	85,7	50,8
2006	21,0*	83,4	52,0

\*Na PNDS 2006 o valor da mediana refere ao grupo etário de 25 a 49 anos.

Fonte: Relatório de Pesquisa das PNDS's 1986, 1996 e 2006.

Ao comparar o comportamento reprodutivo juvenil brasileiro com doze países latino-americanos para as coortes de nascimentos de 1940 a 1970, observa-se que a Nicarágua e a Guatemala foram os países que apresentaram as menores idades medianas ao nascimento do primeiro filho ao longo do tempo, ficando respectivamente em torno de 19,6 e 19,9 anos. Por outro lado, as idades medianas mais elevadas foram no Brasil e no Haiti, sendo ambas iguais a 22,3 anos. Ao analisar a ocorrência de nascimentos antes da união, observa-se que a frequência é bem reduzida entre as jovens, sendo menos de 10% dos casos em todos os países analisados, exceto para a Bolívia e o Paraguai. Por outro lado, o Brasil é o único país que apresenta um aumento constante de nascimentos antes do casamento, passando de 2,5% para a coorte de nascimento de 1940 para 7,5% para a coorte de 1970 (HEATON et al, 2002).

Rosero-Bixby et al (2009) em um estudo mais recente para a América Latina verificaram a partir de dados censitários do ano 2000 a crescente proporção de mulheres com menos de trinta anos que não fizeram a transição para a maternidade na maior parte destes países. Este comportamento reprodutivo se constitui em uma nova tendência, dado que até recentemente uma das características marcantes desta região era a queda rápida e permanente da fecundidade e, por outro lado a estabilidade no tempo da maternidade, observado desde a década de 70. No entanto, as jovens latino-americanas estão se distanciando do padrão precoce de maternidade ao adiar a idade à maternidade. A explicação para esta tendência emergente são as melhorias educacionais no nível superior. A educação universitária diferentemente da educação primária vem impactando o momento de transição para a maternidade. Por isso, as melhorias educacionais ocorridas no passado, que se concentraram nos níveis primário e secundário em grande parte dos países latino-americanos, não conseguiram influenciar o momento de entrada na maternidade.

Os dados anteriores mostraram mudanças ao longo do tempo na idade ao ter o nascimento do primeiro filho no Brasil. No próximo item é abordado de forma mais detalhada como essas transformações influenciam nos padrões e nos níveis de fecundidade.

### **2.3.1 Tendências do comportamento da fecundidade brasileira**

O Brasil passa desde os anos 70 por uma rápida e expressiva queda da fecundidade. A TFT brasileira em 1940 era de 6,2 filhos por mulher, em 1970 o número de filhos por mulher passou para 5,8, e em 2010 a fecundidade chegou a um nível abaixo da reposição, 1,9. Simultaneamente ao declínio da TFT, houve uma elevação no nível da fecundidade das adolescentes de 15 a 19 anos, observada até os anos 2000. Em 1970, a participação das adolescentes na fecundidade total era de 6,5%, tendo aumentando para 9,3% em 1980, na década seguinte passou para 13,3% e no início do século XXI chegou a 19,8% (BERQUÓ e CAVENAGHI, 2004; BARBOSA, 2008; BERQUÓ e CAVENAGHI, 2014).

Nas décadas de 70 e 80, as mulheres entre 25 e 29 anos tinham o maior número médio de filhos, em comparação com as demais mulheres que estavam no período reprodutivo. Na década seguinte, as jovens de 20 a 24 anos passaram a serem as que mais contribuíram na fecundidade total. No período de 1991 e 2000 a fecundidade diminuiu para todos os grupos etários em idade reprodutiva, exceto as jovens de 15 a 19 anos que experimentaram um crescimento de aproximadamente 18%. Este crescimento é explicado, principalmente pela perda do peso relativo da fecundidade das mulheres acima de 25 anos. Diante disso, o grupo etário mais jovem passou a ter uma maior contribuição na taxa de fecundidade total, sendo que esta tendência de rejuvenescimento da fecundidade brasileira permaneceu no país nos anos 2000 (BERQUÓ e CAVENAGHI, 2004; BARBOSA, 2008; BERQUÓ e CAVENAGHI, 2014).

É interessante ressaltar que este aumento no nível da fecundidade brasileira para as mulheres mais jovens foi observado, sobretudo na década de 90, sendo um comportamento bem distinto da grande parte dos países em desenvolvimento que experimentaram uma redução no nível da taxa de fecundidade de adolescentes e jovens, no período de 1980 a 1990 (BERQUÓ e CAVENAGHI, 2004).

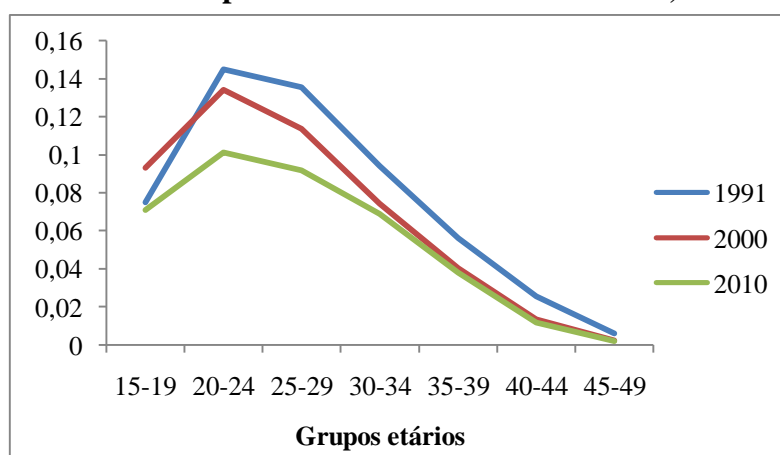
Outro aspecto importante sobre a fecundidade entre as mulheres de 15 a 19 anos entre os anos de 1991 a 2000, é que a distribuição dos nascimentos aumentou para aquelas com 15 aos 17 anos e, diminuiu a participação relativa nas idades de 18 e 19 anos, ainda

que a distribuição relativa de nascimentos continue majoritária entre as jovens mais velhas. (BERQUÓ e CAVENAGHI, 2004; BARBOSA, 2008)

Os dados do censo demográfico de 2010 apontaram para um novo comportamento da fecundidade entre as adolescentes brasileiras. A TEF para a faixa etária de 15 a 19 anos apresentou uma redução de 93 nascimentos por mil mulheres de 2000, para 71 em 2010. Diante destes resultados, deixa de ocorrer no Brasil o rejuvenescimento da fecundidade que existia há várias décadas (BERQUÓ e CAVENAGHI, 2014).

O Gráfico 1 sobre as taxas específicas da fecundidade brasileira de 1991 a 2010 ilustra o comportamento reprodutivo mencionado anteriormente.

**Gráfico 1: Taxas específicas de fecundidade – Brasil, 1991 a 2010**



Fonte: Censos demográficos 1991, 2000 e 2010.

De maneira geral, o principal determinante da transição da fecundidade brasileira é o uso de métodos contraceptivos. O Brasil é um dos países da América Latina que mais utiliza algum tipo de método contraceptivo, sendo que se destaca principalmente o uso de pílula e a esterilização. Outros fatores que também propiciaram a queda da fecundidade foram: a educação, a urbanização, os meios de comunicação, o adiamento do nascimento do primeiro filho, desvinculação entre maternidade e união, crescimento de coabitação, divórcios e separações, aumento da participação feminina no mercado de trabalho, mudança nos valores relacionados à sexualidade da mulher (WONG, 2000). A seguir são destacados os fatores que influenciam o comportamento reprodutivo das jovens brasileiras.

### **2.3.2 Fatores associados ao comportamento reprodutivo na juventude**

Vários estudos analisam os fatores associados ao comportamento reprodutivo entre as jovens brasileiras (GUPTA e LEITE, 1999; HEATON et al, 2002; LEITE et al, 2004;

MCKINNON et al, 2008; FRANÇA, 2008; VERONA e DIAS JÚNIOR, 2012). A religião e o envolvimento religioso são fatores ainda pouco explorados quando se analisa a fecundidade da população jovem do país.

Um dos trabalhos que utiliza dados sobre religião é o estudo de Gupta e Leite (1999) que investigou o comportamento da fecundidade entre as adolescentes nordestinas, usando os dados das PNDS's de 1986, 1991 e 1996. Eles compararam o grupo de católicas e não católicas/sem religião e verificaram que em 1986 existe diferença no risco de ter o primeiro filho entre as adolescentes católicas comparada ao outro grupo religioso, porém em 1991 e 1996 não houve diferença estatisticamente significativa entre as categorias religiosas.

Outros estudos que analisam a associação entre as duas variáveis são os de Leite (2004) e França (2008). O primeiro estudo investigou as jovens brasileiras residentes nas regiões Nordeste e Sudeste por meio dos dados da PNDS 1996. Ele agrupou as variáveis de religião em três categorias: católica, outra e sem religião. Não houve uma distinção entre as diferentes denominações evangélicas e também não ocorreu uma separação dos espíritas, por exemplo. Ou seja, todas as religiões diferentes da católica foram agrupadas como outra religião. Já França (2008) no estudo realizado para Belo Horizonte e Recife com os dados da Pesquisa Saúde Reprodutiva, Sexualidade e Raça/cor (SRSR), dividiu a categoria religião em cinco categorias: nenhuma, católica, protestantismo histórico, pentecostal e outras. Nos dois estudos não foram encontradas relações significativas entre comportamento reprodutivo e religião. Segundo França (2008), uma das possíveis explicações para o resultado do seu estudo não ter sido significativo foi o tamanho reduzido da amostra que pode ter sido insuficiente para suportar uma categorização mais desagregada.

Por outro lado, McKinnon, Potter e Garrard-Burnett (2008) e Verona e Dias Júnior (2012) encontraram resultados significativos em seus estudos. No primeiro estudo foram utilizados os dados censitários de 2000 e foi investigada a associação entre protestantismo e a chance de ter um filho na adolescência, entre as jovens de 15 e 17 anos residentes na região metropolitana do Rio de Janeiro. Sendo que as seguintes denominações religiosas foram consideradas: católica; batista; outras protestantes tradicionais; Igreja Assembléia de Deus; Igreja Universal do Reino de Deus; outras igrejas pentecostais e sem religião. Sendo que foram excluídas da análise todas as outras afiliações religiosas. Os achados encontrados foram que a chance de ter um filho na adolescência foi bem menor entre as adolescentes que participam da Igreja Batista, de outras protestantes tradicionais, da

Assembléia de Deus ou de outras igrejas pentecostais, quando comparadas com as católicas. Ou seja, todas as denominações evangélicas, exceto a Igreja Universal do Reino de Deus, apresentaram uma chance menor de ter filho do que as católicas, por outro lado as adolescentes sem religião tinham chances maiores que as católicas de serem mães precocemente. Por fim, entre as jovens evangélicas, foram as pentecostais que tiveram um risco reduzido de realizar a transição para a maternidade durante a adolescência.

O estudo de Verona e Dias Júnior (2012) além de examinar a religião das jovens levou em consideração o envolvimento religioso. Os autores investigaram a associação entre a idade ao ter o primeiro filho durante a adolescência e antes do casamento e a participação religiosa, para isso foi empregado os dados das PNDS's de 1996 e 2006. A categorização da variável religião foi feita da seguinte forma no ano de 1996: católica, protestante, outras religiões, sem religião. Em 2006, o grupo de protestante foi subdividido em: protestante tradicional e pentecostal. Já as categorias do envolvimento religioso foram estas: uma ou mais vezes por semana, menos de uma vez por semana, menos de uma vez por mês ou nunca. Os resultados encontrados para ambos os anos foi a existência de uma forte relação entre fecundidade antes do casamento na adolescência e envolvimento religioso. Em 1996, a participação religiosa foi mais importante que a denominação religiosa na idade ao nascimento do primeiro filho, para todas as religiões. Por outro lado, em 2006 ser membro da igreja pentecostal foi o aspecto que mais explicou a idade ao ter o primeiro filho durante a adolescência e numa relação sexual pré-marital. Outro dado relevante em 2006 foi que, independente do envolvimento religioso, as jovens pentecostais apresentaram um risco inferior de terem filhos na adolescência e antes do casamento do que católicas que participam da igreja menos de uma vez por semana.

Diferentemente da religião, outras variáveis, como: escolaridade e status econômico são bem consolidadas, neste tipo de análise.

Os estudos indicaram uma relação inversa entre escolaridade e a chance de ter um filho na juventude (HEATON, FORSTE e OTTERSTROM, 2002; LEITE et al, 2004; FRANÇA, 2008; MCKINNON, POTTER e GARRARD-BURNETT, 2008; VERONA e DIAS JUNIOR, 2012).

O estudo de Heaton et al (2002) verificaram que a idade mediana ao nascimento do primeiro filho entre as brasileiras nascidas entre 1940 e 1970 é relativamente próxima entre aquelas sem escolaridade (20,0 anos), com um a cinco anos de estudo (20,9) e entre seis e oito anos de estudo (21,9 anos). Já para as mulheres com escolaridade maior que oito anos a idade mediana ao ter o primeiro filho é bem maior, sendo de 26,0 anos.

Os dados das PNDS's de 1996 e 2006 também mostraram grandes diferenciais da idade mediana ao primeiro filho por nível educacional. Em 1996, 51% das jovens adultas (25-29 anos) sem nenhuma escolaridade foram mães na adolescência, enquanto somente 4% entre as que possuíam 9 a 11 anos de estudos passaram pela mesma experiência. A idade mediana ao ter o primeiro filho para as jovens adultas (25-29 anos) sem nenhuma escolaridade foi de 18,6 anos. Não foi possível estimar a mediana para as jovens com maior escolaridade, dado que a proporção dessas jovens que sofreram o evento não chegou a 50% dos casos observados (BEMFAM, 1996). Já os dados da PNDS 2006 mostraram uma diferença de 2 anos entre a idade mediana ao primeiro filho das mulheres de 25 a 29 anos, sem nenhuma escolaridade (19 anos) e aquelas com 9 e 11 anos de estudo (21 anos) (PNDS, 2006).

Juntamente com o nível de escolaridade, a condição econômica é um determinante de diferenciação do comportamento reprodutivo juvenil no Brasil. Mckinnon, Potter e Garrard-Burnett (2008) e Verona e Dias Junior (2012) verificam que níveis mais elevados de status socioeconômico estão associados a um menor risco de fecundidade na adolescência.

Outros fatores associados ao comportamento reprodutivo que ainda precisam ser melhores analisados são: idade, região de residência e raça/cor, pois os resultados encontrados nos estudos são distintos.

A maior parte dos estudos revisados neste trabalho apontou que a idade é diretamente associada à chance de ter um filho na juventude (LEITE et al., 2004; FRANÇA, 2008; MCKINNON, POTTER e GARRARD-BURNETT, 2008). Contudo, Verona e Dias Junior (2012) não encontraram associação estatisticamente significativa entre a idade e o risco de ter o primeiro filho antes do casamento e durante a adolescência entre as mulheres de 15 e 24 anos no Brasil. Esse resultado pode ser fruto do agrupamento da variável idade que comparou as mulheres de 15-19 anos com aquelas de 20-24 anos.

A diferença entre os resultados pode ter sido ocasionada pelo nível de agregação da variável idade, uma vez que os estudos que encontraram uma relação direta entre as duas variáveis analisaram a variável idade de forma mais desagregada.

Outra variável que falta consenso na literatura sobre a relação com o comportamento reprodutivo é a região de residência. Os dados descritivos que reportaram a idade mediana na época do nascimento do primeiro filho para 1996 apontaram que as menores idades medianas das mulheres de 25 a 29 anos foram verificadas entre as residentes da região Norte (20,7 anos) e Centro-Oeste (20,9 anos), por outro lado as

maiores medianas foram encontradas no Rio de Janeiro (24,1 anos) e São Paulo (23,1 anos). Em 2006, as diferenças nas idades medianas segundo as grandes regiões foram menores. As mulheres de 25 a 29 anos residentes no Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiro apresentaram uma mediana de 19 anos, já aquelas residentes no Sudeste e Sul a mediana foi de 20 anos.

Já os estudos que investigaram a existência dessa relação encontraram resultados diferentes. Leite et al (2004) observou que residir no Nordeste ou Sudeste brasileiro não tem efeito na chance da jovem ter filhos. Por outro lado, Verona e Dias Junior (2012) verificaram que a região de residência é estatisticamente relacionada à idade ao ter o primeiro filho na adolescência e antes do casamento.

A relação entre raça/cor e comportamento reprodutivo também é diversa. Em Leite et al (2004) a associação entre as duas variáveis não foi significativa. Ou seja, o fato de a adolescente ter tido filho não é influenciado se a raça/cor dela é branca ou outra. Por outro lado, o estudo de Mckinnon et al (2008), ao comparar as adolescentes brancas com pretas, pardas e outras, verificou que as pretas e pardas tinham uma maior chance de ter filho na adolescência que as brancas no Rio de Janeiro. No entanto, não existe diferença no comportamento reprodutivo entre as adolescentes brancas e de outra raça/cor.

Já Simão (2005) encontrou resultados diferentes por grupo etário. As mulheres belo-horizontinas de 20-29 anos, que declararam brancas e negras apresentaram um comportamento bem parecido no que tange ao nascimento do primeiro filho, muito embora as negras transitassem para a maternidade um pouco mais cedo. Já entre as mulheres de 50 a 59 anos, as brancas tinham filho mais cedo do que as negras, porque na verdade as brancas se casavam mais jovem e o nascimento do primeiro filho ocorria, normalmente, depois da constituição da união.

Por fim, os estudos que utilizaram a variável sobre a situação do domicílio não encontraram um efeito significativo com o evento (LEITE et al., 2004; VERONA e DIAS JUNIOR, 2012).

Os dados apresentados por Heaton et al (2002) e os dados das PNDS's de 1996 e 2006 não apresentaram diferenças expressivas nas idades medianas em relação a idade ao ter o primeiro filho, por situação do domicílio. No primeiro trabalho, a mediana para o domicílio rural foi de 21,3 anos, enquanto para o domicílio urbano foi um pouco maior (22,5 anos). Já os dados da pesquisa de demografia e saúde de 1996 apontaram a mesma tendência. A idade mediana para as mulheres de 25 a 29 anos residentes na área rural foi um pouco menor (20,9) que a apresentada na área urbana (22,4 anos). Em 2006, a idade



mediana para o mesmo grupo etário não variou por situação do domicílio, sendo igual a 19 anos.

A seguir se encontram o Quadro 3 fundamentado na revisão de literatura dos fatores do comportamento reprodutivo entre as jovens do Brasil e a Tabela 6, que apresenta as idades medianas relacionados ao evento, segundo as causas analisadas.

**Quadro 3: Síntese dos estudos de comportamento reprodutivo da juventude brasileira**

Autor	Ano	Base de dados	Variável/ Associação							
			Religião	Envol. religioso	Idade	Escolaridade	Status econômico	Situação do domicílio	Região de residência	Raça/Cor
Gupta e Leite	1999	PNDS 1986, 1991 e 1996	Sig e NS	-	Sig e NS	Sig	-	-	NS	-
Heaton et al	2002	DHS 1991 e 1996	-	-	-	Sig	-	NS	-	-
Leite et al	2004	PNDS 1996	NS*	-	Sig	Sig	-	NS	-	NS
Simão	2005	SRSR 2002	-	-	NS	-	-	-	-	Sig e NS
McKinnon et al	2008	Censo brasileiro 2000	Sig**	-	Sig	Sig	Sig	-	-	Sig e NS
França	2008	SRSR 2002	NS	-	Sig	Sig	-	-	-	NS
Verona e Dias Júnior	2012	PNDS 1996 e 2006	Sig	Sig	NS	Sig	Sig	NS	Sig	-

\*NS: corresponde aos estudos que não encontraram resultados significativos.

\*\* Sig: corresponde aos estudos que encontraram resultados significativos.

Fonte: Elaboração própria feita a partir de revisão da literatura.

Tabela 6: Idade mediana ao nascimento do primeiro filho, por fatores pesquisados

Autor/Ano	Variável	Idade mediana (25-29 anos)	
		PNDS 1996	PNDS 2006
BEMFAM, 1996 e PNDS, 2006	<b>Escolaridade</b>		
	Sem escolaridade	18,6	19,0
	5- 8 anos	21,5	18,0
	9 a 11 anos	-	21,0
	12 ou mais anos de estudo	-	25,0
	<b>Situação do Domicílio</b>		
	Rural	20,9	19,0
	Urbano	22,4	19,0
	<b>Região Brasileira</b>		
	Norte	20,7	19,0
	Nordeste	21,3	19,0
	Centro-Oeste	20,9	19,0
	Sul	22,4	20,0
	Sudeste	-	20,0
	Centro-Leste*	21,4	-
	Rio	24,1	-
	São Paulo	23,1	-

\*Centro-Leste: Minas Gerais e Espírito Santo

Fonte: Elaboração própria feita a partir de revisão da literatura.

Este capítulo abordou o comportamento sexual, reprodutivo e conjugal da juventude brasileira e os principais fatores associados a cada um destes eventos. Depois de se dedicar a explicação dos eventos de interesse deste trabalho, o próximo capítulo apresenta o contexto da religião católica no Brasil.

### 3 CATOLICISMO NO BRASIL

Esta parte do trabalho tem por objetivo caracterizar o catolicismo no Brasil. Para isso, são apresentados o histórico da religião no país, os movimentos de maior destaque e as tendências atuais da Igreja Católica junto a população brasileira.

#### 3.1. Cenário religioso no Brasil

O cenário religioso brasileiro começou a apresentar rápidas transformações nas últimas três décadas. Dentre estas mudanças destacam-se: a redução da proporção de católicos, o crescimento acentuado dos evangélicos, principalmente os pentecostais, o aumento dos sem-religião<sup>13</sup> e das pessoas que integram o grupo das outras religiões brasileiras<sup>14</sup> (PRANDI e SOUZA, 1996; LIMA et al, 2009; VERONA, 2010; ALVES et al, 2012).

Até os anos 70, mais de 90% da população brasileira era católica. Na década seguinte, inicia de forma expressiva o declínio do catolicismo no país e na primeira década do século XXI essa queda se torna mais forte. De 2000 para 2010, observa-se pela primeira vez o número de católicos reduzirem em termos absolutos, que corresponde a uma perda de quase um milhão e setecentos mil católicos. Por outro lado, continua crescendo o número de evangélicos e de pessoas que se declaram sem religião, chegando em 2010, a respectivamente 22,2% e 8,0% da população brasileira. Tais mudanças tornaram o campo religioso brasileiro mais diverso e heterogêneo (Tabela 7).

---

<sup>13</sup> Os indivíduos sem religião são aqueles que não se identificam com nenhuma religião, não significa necessariamente os indivíduos que se declaram ateus ou agnósticos. Ainda que o grupo de quem declara não ter religião seja formado por eles também (ateus e agnósticos).

<sup>14</sup> O grupo formado pelas outras religiões brasileiras é composto por espíritas, umbandistas, candomblecistas, budistas, muçulmanos, hinduístas. Além dos indivíduos sem declaração e que não sabe a religião pertencente.

**Tabela 7: Distribuição da filiação religiosa da população brasileira, 1940-2010**

Censos	Católica*		Protestante		Sem-religião		Outras religiões**		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
<b>1940</b>	39.116.725	95	1.070.687	2,6	87.261	0,2	894.648	2,2	41.169.321	100
<b>1950</b>	48.558.854	93,5	1.741.430	3,4	274.236	0,5	1.369.877	2,6	51.944.397	100
<b>1960</b>	65.329.520	93,1	2.824.775	4	353.607	0,5	1.683.468	2,4	70.191.370	100
<b>1970</b>	85.472.022	91,8	4.814.728	5,2	701.701	0,8	2.146.395	2,3	93.134.846	100
<b>1980</b>	105.861.113	89	7.885.846	6,6	1.953.096	1,6	3.310.997	2,8	119.011.052	100
<b>1991</b>	121.812.760	83	13.189.284	9	6.946.244	4,7	4.867.511	3,3	146.815.799	100
<b>2000</b>	124.980.132	73,6	26.184.941	15,4	12.492.403	7,4	6.215.380	3,7	169.872.856	100
<b>2010</b>	123.280.172	64,6	42.275.440	22,2	15.335.510	8	9.864.677	5,2	190.755.799	100

Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1940-2010.

\*Católica Apostólica Romana.

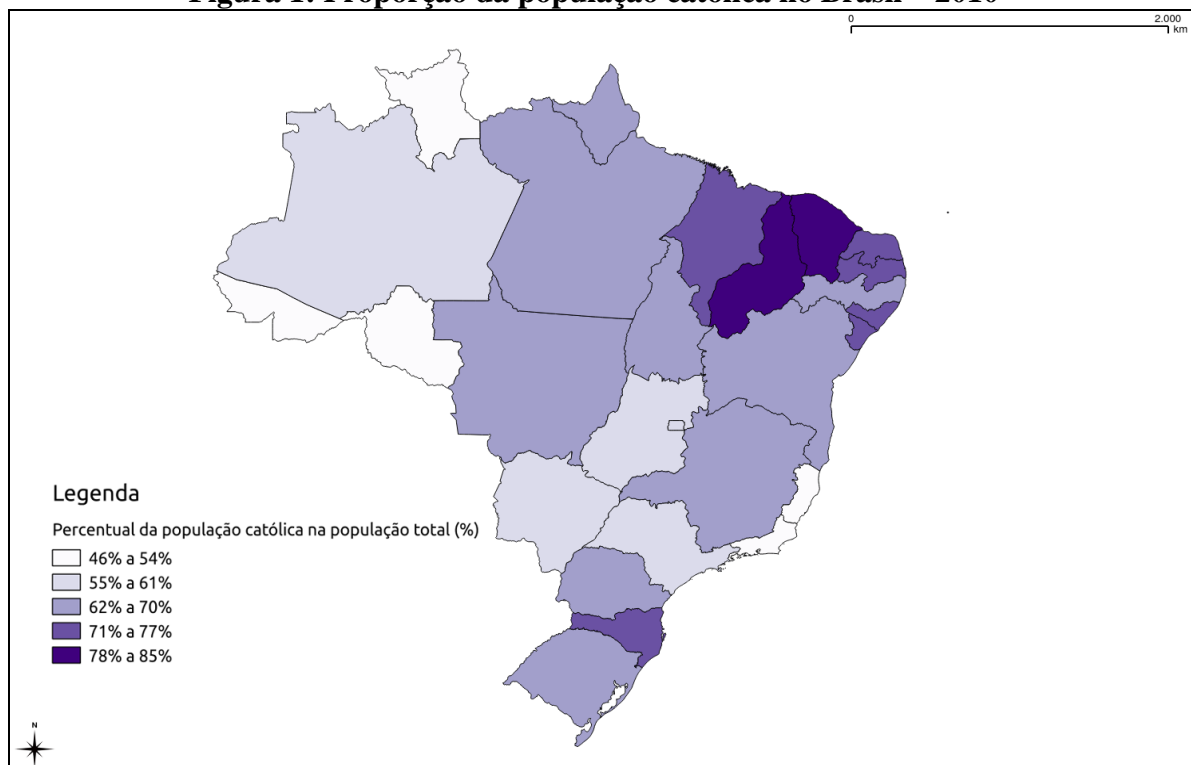
O pluralismo religioso no Brasil ocorre principalmente no interior do cristianismo, dado que mais de 86,5% da população do país se declarou cristã em 2010. Em primeiro lugar, esta diversidade é o resultado do crescimento acelerado dos evangélicos pentecostais (JACOB, 2003). Somam-se a isso as subdivisões existentes entre os evangélicos, como pode ser visto a seguir: (1) evangélicos tradicionais (Igreja Anglicana, Igreja Luterana, Igreja Presbiteriana, Igreja Metodista e Igreja Batista); (2) pentecostais (Assembléia de Deus e Congregação Cristã no Brasil) e (3) neopentecostais (Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), Renascer em Cristo, Deus é Amor, Igreja Internacional da Graça de Deus e Comunidade Evangélica Sara a Nossa Terra). Também existem diferentes movimentos dentro da Igreja Católica, tais como: Opus Dei, Arautos do Evangelho, Maristas, Salesianos, Pastorais da Juventude, Comunidades Eclesiais de Base, Renovação Carismática Católica, Novas Comunidades, Novos Movimentos Eclesiais, dentre outros. Normalmente, cada um destes movimentos possui uma missão, objetivo e espiritualidade particular.

Esta diversidade religiosa no país também pode ser verificada ao analisar nos censos brasileiros o aumento das categorias sobre denominação religiosa. O primeiro censo a incluir perguntas de natureza religiosa foi o realizado em 1940. O quesito sobre a religião praticada pelo entrevistado é aberto, com exceção do censo de 1970, em que houve seis opções de escolha. As categorias de religião criadas após o agrupamento das respostas abertas cresceram ao longo do tempo, em 1980 foram construídas nove categorias, elas foram estendidas para 47 em 1991, 143 em 2000 e 146 em 2010 (LIMA et al, 2009).

Quanto à localização das religiões no território nacional observa-se que a presença de católicos é mais forte na região Nordeste e depois no Sul do Brasil. Já a região Norte tem a maior proporção de evangélicos, seguida do Centro-Oeste e Sudeste. Os indivíduos que declaram não ter religião e o grupo composto pelas outras religiões brasileiras têm os maiores percentuais no Sudeste brasileiro. Em relação às variações por unidade da

federação, o Piauí se destaca como o estado mais católico do Brasil. Por outro lado, o Rio de Janeiro é o estado menos católico, onde existe o maior percentual de indivíduos que declaram não ter religião e do grupo formado pelas outras religiões (Figura 1)<sup>15</sup>.

**Figura 1: Proporção da população católica no Brasil – 2010**



### 3.2 Catolicismo no Brasil: histórico, movimentos e tendências atuais

#### 3.2.1 Histórico da Igreja Católica no Brasil

O catolicismo chegou ao Brasil junto com a Coroa Portuguesa. Após quatro dias do “descobrimento”, 26 de abril de 1500, foi realizada a primeira missa no Ilhéu da Coroa Vermelha, localizada no sul da Bahia. A missa foi presidida por frei Henrique de Coimbra, um dos oito franciscanos que integravam a expedição de Cabral. A carta escrita por Pêro Vaz de Caminha ao rei de Portugal, Dom Manuel I, relata de forma detalhada o “descobrimento” das novas terras e a presença da Igreja Católica, nesses primeiros momentos após a chegada da frota de Cabral na Terra de Vera Cruz<sup>16</sup> (CAMINHA, 2005).

<sup>15</sup> ANEXO A - Tabela de distribuição da filiação religiosa: Brasil, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2010, encontram-se informações mais detalhadas referente à Figura 1.

<sup>16</sup> Primeiro nome dado ao Brasil, no momento do seu “descobrimento”.

Até 1822 o catolicismo era a religião oficial do país, sendo obrigatória a adesão à Igreja Católica. De 1500 a 1890 prevaleceu o Regime de Padroado no Brasil. O padroado é uma manifestação específica da cristandade, que se fundamenta na ideia da construção de uma sociedade totalmente cristã. Neste caso, há uma união do poder religioso-político e que o monarca é a pessoa de convergência de todos os poderes. O cristianismo na Península Ibérica funcionava segundo o modelo da cristandade. O direito do padroado como umas das expressões da cristandade, sugere a noção de “proteção”, “tutela”, “apadrinhamento”. Trata-se de um compromisso entre o Estado, ou seja, o monarca, e a Igreja de Roma, por meio da pessoa do papa. Através deste compromisso o governo português passava a ter domínio civil e religioso, sobretudo em suas colônias. Deste modo, Portugal une a missão de colonizar e evangelizar (HOORNAERT, 1979; MATOS, 2011).

O Regimento de 17 de dezembro de 1548, principal documento do período colonial, evidencia o direito de padroado dado que neste documento o rei de Portugal, Dom João III, assume a função de chefe religioso do Brasil. Como pode ser visto em dois trechos do Regimento:

*Eu El Rei faço saber a vós Thomé de Souza fidalgo de minha Casa que vendo eu quanto serviço de Deus e meu é conservar e enobrecer as Capitâneas e povoações das terras do Brazil e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando para exaltamento da nossa Santa Fé e proveito de meus reinos e senhorios e dos naturais deles (...) (Regimento de 1548, Primeiro Parágrafo, p 1. – grifos meus -).*

*Porque a principal coisa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente dela se convertesse à nossa Santa Fé Católica (...) (Regimento de 1548, VigésimoTerceira Parágrafo, p. 5 – grifos meus -).*

De forma geral, uma análise do padroado feita por Cândido Mendes que se encontra em Hoornaert (1979) afirma que o regime de padroado favoreceu mais as demandas do rei de Portugal do que as necessidades da Igreja Católica que se constituía no Brasil. Uma vez que não havia uma comunicação entre a Igreja no Brasil e a Igreja em Roma, dado que o chefe da Igreja era o rei e não o papa.

Dentro deste contexto, o cristianismo implantado no Brasil veio da tradição do catolicismo português. As práticas de devoção aos santos e outros costumes religiosos (procissões, romarias, promessas, votos, culto a Maria) foram trazidas de Portugal e continuou no Brasil colônia, o que contribuiu para a prática do catolicismo de natureza mais popular no país. A fé católica era praticada principalmente entre os leigos, sendo transmitida de forma particular no ambiente doméstico. A relação entre os habitantes e o



clero era bem distante, principalmente entre as pessoas que moravam em regiões mais afastadas, o que minimizou a influência da Igreja como instituição oficial e favoreceu o exercício de crenças e práticas populares (NEGRÃO, 2008; MATOS, 2011).

Os jesuítas foram à ordem religiosa de caráter mais independente no catolicismo brasileiro, sendo a expressão de um corpo apostólico coeso e organizado. Os jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, tendo o padre Manuel de Nóbrega como superior. A missão da Companhia de Jesus era evangelizar os índios, sendo responsáveis pela elevação religiosa e cultural dos habitantes brasileiros. Além disso, os jesuítas foram os precursores do ensino no Brasil Colônia. Eles tiveram uma função essencial no que diz respeito à educação, quando se faz referência a um sistema educacional estruturado no Brasil. Os jesuítas foram expulsos em 1759 por Marques de Pombal, por serem considerados traidores do Rei de Portugal. Os jesuítas tinham influência política e prestígio junto ao segmento social mais letrado do país, o que gerava desconforto em Pombal. (HOORNAERT, 1979; DE KADT, 2003; MATOS, 2011).

O século XIX foi um período de transformações no cenário religioso nacional. Em 1808, com a vinda da Coroa Portuguesa para o Brasil, Dom João assinou um decreto abrindo os portos do Brasil às nações amigas. Isso favoreceu a chegada do volume mais expressivo de imigrantes protestantes no Brasil, no entanto, apesar da permissão da realização de cultos protestantes no território nacional, o cenário religioso brasileiro não modificou muito, até o início do século XX (NEGRÃO, 2008; MATOS, 2011).

O campo religioso brasileiro passa por mudanças expressivas a partir da Proclamação da República (1889) em que o Brasil é declarado um Estado laico. Os novos líderes políticos influenciados pelo pensamento positivista não percebiam mais a necessidade da continuidade do Padroado. Com isso, em janeiro de 1890, ocorreu a separação institucional da Igreja e do Estado. A Constituição de 1891 dá continuidade ao processo de laicismo do Estado brasileiro ao permitir à liberdade de culto, o ensino público laico, a administração estatal dos cemitérios, que anteriormente era de responsabilidade da Igreja Católica e a legitimidade pelo Estado do casamento civil (NEGRÃO, 2008; MATOS, 2011; AQUINO, 2012)

Depois dessa separação a Igreja Católica vive um processo de romanização da Igreja como instituição, que tinha por objetivo aproximar a Igreja Católica do Brasil da Igreja Católica de Roma. O processo de romanização do catolicismo brasileiro iniciou no Segundo Reinado (1831-1889). No primeiro momento a romanização estava mais voltada à esfera clerical da Igreja, visando à reforma dos seminários, enfatizando a espiritualidade

sacramental, a fim de homogeneizar as crenças e práticas dos católicos. Também neste período a Igreja Católica começa a ser governada pelo Vaticano, visto que antes a dimensão eclesiástica da Igreja era dirigida pela Mesa de Consciência e Ordens, localizada em Lisboa (GONZALEZ, 2006).

No entanto, foi somente com o fim do Padroado que o processo de romanização se desenvolveu no país, sendo capaz de atingir o laicato da Igreja. Durante a Primeira República (1889-1930), a grande estratégia adotada foi a criação de dioceses pelo território nacional, com a finalidade de expandir a presença do clero na população brasileira. É importante destacar que a descentralização do estado brasileiro, principalmente no Brasil Colônia, proporcionou o desenvolvimento do catolicismo de forma mais descentralizada, o que contribuiu para o crescimento do pluralismo religioso no interior do catolicismo popular brasileiro. Portanto, a diocesanização do catolicismo no Brasil visou em grande medida aproximar o clero dos fiéis (NEGRÃO, 2008; AQUINO, 2012).

No governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e com a Constituição de 1934 há uma reaproximação entre a Igreja Católica e o Estado. Neste período algumas conquistas foram alcançadas pela Igreja Católica, tais como: o ensino religioso facultativo em escolas públicas; o reconhecimento do casamento religioso para efeitos civis; a autorização de cemitérios religiosos; a presença de capelães nas forças armadas; a lei que garantia a propaganda contra movimentos de esquerda; o voto de religiosos nas eleições civis; reconhecimento de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil; inauguração da estátua do Cristo Redentor no Rio de Janeiro, que naquele período era a capital do país (GONZALEZ, 2006).

Durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) foi criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A CNBB surgiu em 1952 por iniciativa de Dom Hélder Câmara e apoio dos reformistas do Vaticano, tendo como objetivo inicial transformar a face da Igreja Católica brasileira, animando os leigos na participação no interior da Igreja. Outros fatores que também favoreceram a criação da CNBB foram o extenso tamanho do território brasileiro que contribuía para a precariedade da comunicação entre as Arquidioceses e a necessidade de mudanças na esfera litúrgica e institucional da Igreja no país. O objetivo geral da CNBB é exercer funções pastorais e dinamizar a missão evangelizadora da Igreja Católica no Brasil (GONZALEZ, 2006).

A década de 50, principalmente nos seus últimos anos, foi marcada pelo envolvimento da Igreja em questões sociais como, por exemplo, a fome e o desemprego. Nos anos 50 e 60 várias organizações leigas foram criadas: a Juventude Operária Católica

(JOC), a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Independente Católica (JIC), com inclinação socialista. No entanto, com a Ditadura Militar (1964-1985) estes movimentos de esquerda foram considerados ilegais. Além disso, vários padres foram expulsos e torturados, militantes de esquerda também foram presos, o que contribuiu para aumentar os conflitos entre a Igreja e o Estado (GONZALEZ, 2006; SALES, 2006).

Neste período os acontecimentos de ordem religiosa também influenciaram a história da Igreja Católica no Brasil. Entre 1962 e 1965 aconteceu o Concílio Vaticano II, um evento de natureza pastoral, voltado para a vida cristã e eclesial. Este Concílio marcou a grande reforma da Igreja Católica no século XX, pois apresentou propostas de mudanças na liturgia católica que possibilitaram uma maior participação do leigo cristão dentro da Igreja. Além disso, alguns temas tratados no evento conciliar foram: o envolvimento da Igreja com questões de caráter sociopolítico, ecumenismo, mudanças ritualísticas, na doutrina espiritual e na forma que o cristão deve se inserir no mundo secular. (GONZALES, 2006; SALES, 2006)

Em 1968, ocorreu a II Conferência Geral em Medellín, composta pelo episcopado latino-americano. O resultado do evento foi a implantação de um movimento progressista diante das situações socioeconômicas do continente. Este ano foi marcado pela propagação de movimentos sociais de contestação da sociedade burguesa. Concomitantemente aos fatos sociais e políticos que ocorreram na América Latina, nas décadas de 60 e 70 surgiram as propostas de caráter progressista na Igreja (GONZALES, 2006; SALES, 2006).

Seguindo esta tendência progressista surge nos anos 60 a Comunidade Eclesial de Base (CEB). No Brasil o auge do movimento aconteceu no final dos anos 70 e início dos anos 80, tornando-se referência para as Igrejas dos países subdesenvolvidos. A CEB propiciou a participação concreta dos leigos na comunidade eclesial em vista da transformação social. (PRANDI e SOUZA, 1996).

Em sentido contrário a este movimento, chega ao Brasil em 1970, a Renovação Carismática Católica (RCC), que vem a ser o maior e mais ativo movimento leigo católico. O objetivo do movimento é renovar a Igreja através da reconversão aos dogmas e a preservação dos sacramentos cristãos. Sendo um movimento centrado nos carismas do Espírito Santo, voltado para a intimidade<sup>17</sup>. Os anos 80 e 90 são marcados, principalmente

---

<sup>17</sup> Os movimentos existentes no interior da Igreja Católica como a CEB e a RCC serão tratados de forma detalhada na próxima parte deste capítulo.

pelo crescimento da RCC no Brasil e a perda da influência da CEB. (PRANDI e SOUZA, 1996; SILVA, 2001).

Em 1980, pela primeira vez um papa visita o Brasil. A vinda de João Paulo II aconteceu na ocasião da beatificação do jesuíta espanhol José de Anchieta, fundador da cidade de São Paulo. Nesta visita aproximadamente 4,5 milhões de brasileiros foram às ruas para receber o papa. João Paulo II retornou ao Brasil mais duas vezes em 1991 e 1997 para participar do 2º Congresso Mundial das Famílias. Em 2007, o pontífice Bento XVI visita o país em virtude da Quinta Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho. Por fim, em 2013, o Brasil recebe a visita do Papa Francisco, devido a Jornada Mundial da Juventude<sup>18</sup>, realizada no Rio de Janeiro, que contou com a presença de aproximadamente 3,7 milhões de participantes de diversos países do mundo.

Depois deste histórico da presença da Igreja Católica no Brasil, a próxima parte do capítulo concentra-se na apresentação dos diferentes movimentos existentes no interior da Igreja Católica.

### **3.2.2 Diversidade de movimentos no catolicismo**

Ao longo do tempo surgiram vários tipos de experiências de vida comunitária no interior da Igreja Católica. No final do século III surge o movimento monástico de origem laical. Nos séculos XII-XIII foram criadas as ordens mendicantes, em que as ordens terceiras podiam ser compostas por homens e mulheres comuns. Destacam-se neste período os franciscanos, dominicanos e templários. Os movimentos de evangelização realizados pelos jesuítas datam no século XVI. Já o século XIX foi voltado para as obras de natureza caritativa e assistencialista, com destaque para os movimentos marianos. O século XX é marcado pelas associações laicais e movimentos eclesiais, em que se observa a participação atuante do leigo na missão de evangelizar. Alguns movimentos eclesiais que podem ser citados são os vicentinos, cursilhos, congregações marianas. Na segunda metade do século XX surgem a CEB e a RCC, ambas são frutos do Concílio Vaticano II (SALES, 2006; CARRANZA, et al, 2009; FERREIRA, 2011).

Por meio deste breve histórico das agregações laicais da Igreja Católica é possível perceber a existência de distintas vertentes no interior do catolicismo. A fim de melhor

---

<sup>18</sup> Jornada Mundial da Juventude (JMJ) é um evento religioso fundado pelo Papa João Paulo II, em 1985. É um evento direcionado principalmente aos jovens e agrega milhões de católicos de todo o mundo.

compreender esta diversidade Sofiati (2011) recorre aos estudos de Löwy e Gramsci em que foram descritas as tendências orgânicas do catolicismo. Nesta classificação foram encontradas quatro tendências dentro do catolicismo: (1) Tradicionalistas: composta pelos movimentos Opus Dei, Tradição Família e Propriedade e Arautos do Evangelho; (2) Reformistas: destacam-se as congregações voltadas à educação, como por exemplo, salesianos, lassalistas, redentoristas e maristas; (3) Radicais: composta pela CEB, Pastorais Sociais, Pastorais da Juventude e (4) Modernizadores-Conservadores: formada pela RCC, Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades.

No contexto brasileiro esta tendência orgânica do catolicismo também pode ser observada. Nos últimos cinquenta anos as correntes classificadas como radicais e modernizadores-conservadores tiveram maior expressividade no cenário religioso nacional. A seguir é apresentado de forma mais detalhada os principais movimentos que compõem cada uma dessas tendências do catolicismo.

### **3.2.2.1 Tendência Radical: Comunidade Eclesial de Base (CEB)**

A CEB foi um grande movimento católico popular, com orientação da Teologia da Libertação. A segunda metade do século XX inflamou o povo a almejar liberdade de expressão e maior posicionamento político diante dos governos totalitários que se instalavam na América Latina.

Diante deste contexto sociopolítico, a CEB permitiu a união entre a fé e o compromisso social. Procurando mostrar que a fé está inserida no mundo e, além disso, deve-se reivindicar a conquista da cidadania. Com isso a CEB propiciou a participação concreta dos leigos na comunidade eclesial em vista da transformação social (PRANDI e SOUZA, 1996).

No Brasil o auge do movimento aconteceu no final dos anos 70 e início dos anos 80, tornando-se referência para o catolicismo nos países subdesenvolvidos. A CEB no Brasil encontra suas primeiras raízes nos grupos de reflexão bíblica, criados na década de 50, vinculados a zona rural. Além disso, os Movimentos da Educação de Base (MEB) e a Ação popular propiciam a expansão da CEB.

Nos primeiros anos do movimento houve uma relação amistosa com o Vaticano, dado que no regime militar a Igreja foi a grande instituição que deu espaço para os movimentos populares, contrários à ditadura. A partir da década de 80, o Vaticano posicionou-se contrário ao movimento. Neste novo cenário alguns fatores contribuíram

para o enfraquecimento da CEB. O Brasil vivia uma nova política partidária advinda com o período democrático, que levou a retração dos movimentos de esquerda. Além dos fatores de ordem política podem ser citados aspectos da esfera religiosa, como as ações tomadas pelo controle institucional da Igreja como a desautorização e sanções aos integrantes da Teologia da Libertação, a perda de fiéis do catolicismo em virtude do crescimento do pentecostalismo e a introdução da Renovação Carismática Católica (RCC) no Brasil, que desde o seu início contou com o apoio do Vaticano (PRANDI e SOUZA, 1996).

### **3.2.2.2 Tendência Modernizadora-Conservadora: Novos Movimentos Eclesiais, Renovação Carismática Católica e Novas Comunidades**

O Concílio Vaticano II favoreceu o surgimento de uma nova onda de movimentos ao valorizar o lugar e a missão do leigo na Igreja e na sociedade como um todo. João Paulo II – citado por Ferreira, 2011- afirmou que na atualidade há um novo fenômeno de agregação dos leigos:

(...) um notável impulso nos tempos modernos que têm visto o nascer e o irradiar de múltiplas agregativas: associações, grupos, comunidades, movimentos. Pode-se falar de uma nova agregativa dos fiéis leigos. Com efeito “ao lado do associativismo tradicional e, por vezes nas suas próprias raízes, brotaram movimentos sodalícios novos, com fisionomia e finalidade específicas: tão grande é a riqueza e a versatilidade de recursos que o Espírito infunde no tecido eclesial e tamanha é a capacidade de iniciativa e a generosidade do nosso laicato” (FERREIRA, 2011, p.48)

A valorização dos leigos na Igreja é um aspecto essencial para o surgimento dos Novos Movimentos Eclesiais (NME) e das Novas Comunidades (NC).

Os NME originam a partir de um carisma próprio e participado; objetiva o serviço eclesial, sendo composto de diferentes tipos de pessoas (leigos, casados, solteiros, sacerdotes). Cada um desses movimentos tem uma estrutura, espiritualidade, carisma, orientação e líderes particulares (CNBB, 1997; SALES, 2006; FERREIRA, 2011).

No Brasil, de acordo com o documento da CNBB (1997), os Novos Movimentos Eclesiais mais expressivos são: Comunhão e Libertação, Folcolares, Movimento de Schönstatt, Neocatecumenais e a Renovação Carismática Católica.

A RCC tem um grande destaque no cenário católico brasileiro dado que ela se tornou o maior e mais ativo movimento leigo católico no país, em um contexto marcado pela diminuição na proporção de fiéis católicos e pelo crescimento do pentecostalismo. Estima-se que nos anos 2000 havia cerca de 40 milhões de participantes no mundo em 270

mil grupos de oração presentes em aproximadamente 140 países, dos quais 30% estão na América Latina. Neste mesmo período, no Brasil havia 8 milhões de pessoas cadastradas em 61 mil grupos (CARRANZA, 2000; SOFIATI, 2011).

A RCC chegou ao Brasil na cidade de Campinas, no interior de São Paulo, nos anos 70. A Renovação Carismática Católica<sup>19</sup> encontra suas raízes no protestantismo dos Estados Unidos, entre o final do século XIX e início do século XX, os denominados *holiness revival* - grupos de fiéis de igrejas protestantes de caráter mais avivado -. A RCC surgiu em Pittsburg, no estado da Pensilvânia, Estados Unidos. Foi fruto de um encontro espiritual entre os professores e alunos da Universidade de Duquesne, realizado nos dias 17 a 19 de fevereiro de 1967. Neste encontro, considerado o marco inicial do movimento os participantes experimentaram a Efusão do Espírito Santo<sup>20</sup> e os dons carismáticos<sup>21</sup>. O objetivo inicial do movimento era renovar a Igreja através da reconversão aos dogmas e a preservação dos sacramentos cristãos (SILVA, 2001; SOFIATI, 2011).

A RCC é embasada no acontecimento de Pentecostes, descrito no livro de Atos dos Apóstolos<sup>22</sup>. É um movimento centrado na terceira pessoa da Santíssima Trindade, o Espírito Santo, com ênfase nos dons e carismas<sup>23</sup>. Os objetivos do movimento consistem em reintegrar todos os carismas na vida integral da Igreja, ressaltar a vida no Espírito e a libertação total da humanidade. Tendo como missão particular: fazer discípulos de Jesus Cristo a partir da experiência da efusão do Espírito Santo (CNBB, 1994; SILVA, 2001; SOFIATI, 2011).

---

<sup>19</sup> Inicialmente denominada por Movimento Pentecostal Católico.

<sup>20</sup> A Efusão do Espírito Santo é uma experiência espiritual pela qual o Espírito Santo, recebido no batismo (sacramento), emerge na vida do cristão. A Efusão do Espírito Santo não é um sacramento, mas através dela as graças recebidas nos sacramentos (batismo, crisma e eucaristia) podem ser vivenciadas em plenitude. É a própria graça de Pentecostes que se manifesta com os dons de santificação e os dons carismáticos para o bem comum.

<sup>21</sup> Os dons carismáticos, também conhecidos como dons efusos, são os carismas, ou seja, os dons de poder para o serviço da comunidade cristã. Estes são os dons carismáticos: línguas, interpretação das línguas; profecia; cura; milagres; discernimento; ciência e sabedoria.

<sup>22</sup> No dia de Pentecostes (no fim das sete semanas pascais), a Páscoa de Cristo se realiza na efusão do Espírito Santo, que é manifestado, dado e comunicado como Pessoa Divina: de sua plenitude, Cristo, Senhor, derrama em profusão o Espírito. Este acontecimento é narrado em Atos dos Apóstolos 2,1-4:<sup>1</sup> Chegado o dia de Pentecostes, estavam todos reunidos no mesmo lugar. <sup>2</sup>De repente, veio do céu um ruído, como se soprasse um vento impetuoso, e encheu toda a casa onde estavam sentados. <sup>3</sup>Apareceu-lhes então uma espécie de línguas de fogo que se repartiram e pousaram sobre cada um deles.<sup>4</sup> Ficaram todos cheios do Espírito Santo e começaram a falar em línguas, conforme o Espírito Santo lhes concedia que falassem.

<sup>23</sup> “Os carismas são graças do Espírito Santo que, direta ou indiretamente, têm uma utilidade eclesial, pois são ordenados à edificação da Igreja, ao bem dos homens e às necessidades do mundo” (Catecismo da Igreja Católica, Parágrafo 799). Os carismas se enraízam em sete dons de santificação (sabedoria, entendimento, conselho, fortaleza, ciência, piedade e temor a Deus).

As principais características do movimento são: a obediência à hierarquia da Igreja, preservação da unidade católica, fidelidade ao papa, prática sacramental, devoção mariana; espiritualidade intimista, que busca a santidade pessoal, defesa e crença nos carismas do Espírito Santo, que é marcado pela oração e cânticos carismáticos, dom de línguas<sup>24</sup>, profecias<sup>25</sup>, curas<sup>26</sup>, repouso no Espírito Santo<sup>27</sup> (PRANDI e SOUZA, 1996; SILVA, 2001; SOFIATI, 2011).

O grupo de oração é a célula fundamental da Renovação Carismática. Trata-se de um encontro semanal em que os carismáticos participam para a renovação espiritual. Ele é marcado pela oração de qualquer natureza: louvor, ação de graças, contemplativa, em línguas, libertação, cura, perdão. Sendo, portanto, o ponto culminante da experiência carismática. No entanto, este encontro não substitui os sacramentos da Igreja (SILVA, 2001; SOFIATI, 2011).

Além do grupo de oração, existem vários encontros de massa: seminários de vida no espírito, cenáculos, rebanhões, encontrões, festivais. Outras atividades também são realizadas, como: barzinhos de Jesus, ravers católicas, cristotecas (SILVA, 2001; SOFIATI, 2011).

Para o funcionamento do grupo de oração existem vários serviços que constituem na verdade nos ministérios da RCC. Existem 15<sup>28</sup> ministérios, dentre eles existem dois destinados aos jovens: Ministério Jovem (MJ) e Ministério Universidades Renovadas (MUR). O Ministério Jovem tem como missão evangelizar a juventude. Para isso, ele ajuda os grupos de oração nas atividades voltadas aos jovens, elaborando material e auxiliando na formação de outros jovens evangelizadores. Ele é composto por um coordenador

---

<sup>24</sup> O dom de línguas é uma oração feita por meio de sons emitidos, movidos por inspiração e que o Espírito Santo lhes dá o sentido. Ele é a primeira manifestação sensível e visível da presença do Espírito Santo, sendo a porta para todos os outros dons carismáticos, porque abre todo o ser do homem para a ação do Espírito Santo e para o crescimento da vida no Espírito (NOGUEIRA et al, 2010).

<sup>25</sup> Profecia significa expressar uma mensagem de Deus sob a ação do Espírito Santo. A profecia diz respeito principalmente ao fato de ser Deus a falar pessoalmente àqueles de que jamais se esquece (NOGUEIRA et al, 2010).

<sup>26</sup> O dom da cura é um carisma do Espírito Santo para o bem comum. Ele pode se manifestar de três formas, de acordo com as três dimensões do homem: corpo, alma e espírito. Sendo assim, existem a cura física, cura interior e cura espiritual ou libertação.

<sup>27</sup> Repouso no Espírito é uma experiência que consiste em cair no chão durante uma oração. Quanto ao significado que esta experiência abrange não existe uma descrição simples. Segundo Degrandis (2004), as definições acerca do repouso estão relacionadas à submissão, entrega, renúncia ou repouso da atividade e dos sentidos do corpo físico para que Deus possa se manifestar mais claramente ao íntimo do homem.

<sup>28</sup> Ministérios da RCC: (1) Música e Artes; (2) Comunicação Social; (3) Para as crianças; (4) Cura e Libertação; (5) Para as famílias; (6) Fé e Política; (7) Formação; (8) Jovem; (9) Intercessão; (10) Pregação; (11) Promoção Humana; (12) Para as religiosas; (13) Cristo Sacerdote; (14) Seminaristas e (15) Universidades



nacional, coordenadores estaduais e diocesanos. Já o Ministério Universidades Renovadas (MUR) é responsável por evangelizar as pessoas que se encontram em instituições do ensino superior. O MUR é estruturado em duas frentes: GOU (Grupo de Oração Universitário), voltados aos estudantes e a outra frente dirige-se aos Profissionais do Reino, ou seja, jovens que estão no mercado de trabalho.

Diante de tudo isso, a RCC no Brasil, segundo Prandi e Souza (1996) pode ser entendida da seguinte forma:

(...) um duplo movimento de reação conservadora da Igreja: a) como reação voltada para dentro do próprio catolicismo, contrária ao tipo de religiosidade das comunidades eclesiais de base (...) e b) como reação voltada para fora do catolicismo, agora em oposição ao evangelismo pentecostal, em competição por devotos, adotando do pentecostalismo traços essenciais<sup>29</sup>, mas mantendo forte identidade católica, com o culto a Maria, a fidelidade ao papa e a frequência aos sacramentos” (PRANDI e SOUZA, 1996, p.88)

A posição do episcopado brasileiro sobre a RCC não é homogênea. A preocupação do episcopado trata-se principalmente da espiritualidade carismática, que envolve o uso dos carismas, manifestações em línguas e as curas. Em 1994, foi publicado um documento intitulado por Orientações Pastorais à Renovação Carismática. Neste documento demanda-se orientação no discernimento dos dons do Espírito Santo, cautela com o uso do dom de cura, preocupação com o repouso no espírito, leituras fundamentalistas e intimistas da Bíblia, preocupação com a tradição litúrgica da Igreja (CNBB, 1994; SOFIATI, 2011).

O que contribui para uma maior legitimação do movimento no interior da Igreja são a expansão dos grupos de oração nas paróquias das dioceses e a adesão da RCC à organização eclesial da Igreja. Ainda analisando o movimento, só que a partir de uma perspectiva histórica Carranza (2009) considera que a RCC está vivendo a sua quarta fase.

Os anos 60 e 70 caracterizam-se pela fundação do movimento tanto a nível nacional, quanto internacional, sendo a primeira fase do movimento. Em 1973, acontece o reconhecimento da RCC pelo Papa Paulo VI. Em 1975, o movimento já tinha alcançado 54 países.

No Brasil, em meados dos anos 70, a RCC estava presente em 58 das 128 dioceses brasileiras. Após três décadas no país, o movimento já tinha expandido para 90% das dioceses. Atualmente, a RCC se consolidou em todas as unidades federativas e no Distrito

---

<sup>29</sup> Semelhanças entre a RCC e os pentecostais: busca pela santidade, valorização da bíblia, valorização da castidade, dom de línguas, repouso no Espírito Santo (PRANDI e SOUZA, 1996).

Federal, com 285 coordenações arquidiocesanas. Existem 11.731 grupos de oração cadastrados pelos coordenadores, a maior parte deles localiza-se em São Paulo, Minas Gerais e Paraná (CARRANZA, 2000; SOFIATI, 2011).

A segunda fase, nas décadas de 80 e 90, caracteriza-se pela consolidação social e cultural da RCC. Neste período são criadas diversas atividades socioreligiosas - Cristotecas, Barzinhos de Jesus, Rebanhões, Encontrões, Carnafolia de Jesus, Tocão, Baladas Santas – que procuram através da música, do lazer e da oração a consolidação de uma nova forma de evangelizar. É a partir de 1990 que ocorre a grande "explosão" do movimento carismático atingindo milhões de brasileiros.

O início do século XXI é marcado pela cultura midiática. Nos anos 90 a Igreja Católica no Brasil percebe a insuficiência da utilização dos meios de comunicação de massa com o intuito de evangelizar. A RCC é o movimento no interior do catolicismo que tem procurado utilizar mais frequentemente os meios de comunicação de massa. No que tange ao cenário televisivo destaca-se a Rede Vida; TV Século XXI; TV Canção Nova. Também é notória a presença de padres cantores como o Padre Marcelo Rossi e o Padre Fábio de Melo.

A partir dos anos 2000 também há a proliferação de Novas Comunidades. De acordo com o site da Canção Nova, em 2013 existiam cerca de oitocentas Novas Comunidades, as principais são: Comunidade Católica Shalom, Canção Nova e Toca de Assis.

As Novas Comunidades emergem do seio do movimento carismático, mas são totalmente independentes deste movimento. Elas têm como grande diferencial a vida comunitária. Além disso, enfatizam a pessoa do fundador, dado que ele é o primeiro portador do carisma, possuem regras, estatutos, registro civil e casas de missões (CARRANZA, 2009; FERREIRA, 2011).

Os membros das Novas Comunidades podem viver segundo duas formas: Comunidade de Vida (CV) ou Comunidade de Aliança (CA). A CV reproduz o modelo de vida das primeiras comunidades cristãs, colocando tudo em comum. Seus membros deixam o convívio familiar e a vida profissional e se dedicam inteiramente ao serviço da Comunidade que fazem parte. Já a CA é chamada a ser “sal” e “luz” nos meios seculares. Portanto, faz parte do modo de vida o exercício profissional e à vivência familiar (CARRANZA, 2009).

De forma geral, os elementos fundamentais das novas agregações eclesiais (Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades) são as experiências de vida fraterna e

comunitária, compromisso com a nova evangelização, formação de acordo com o carisma específico, mesmo estando inserida na doutrina da Igreja Católica (CARRANZA, 2009; FERREIRA, 2011).

A fim de garantir a caracterização do catolicismo no Brasil, o presente capítulo foi dividido em três partes. A primeira delas se concentrou na apresentação do cenário religioso no país, mostrando as principais transformações que ocorreram neste campo. Logo após, foi descrito um pouco da história do catolicismo no Brasil, desde o período do “descobrimento” até os dias atuais. Por fim, foi dedicado aos principais movimentos católicos, sobretudo a RCC por ser o movimento de maior destaque no território nacional, quando se diz respeito à Igreja Católica.

O próximo capítulo dedica-se às principais normas e regras da Igreja Católica, no que diz respeito, sobretudo, aos eventos investigados neste estudo. Além disso, é feita uma revisão da literatura sobre a influência da religião sobre o comportamento dos jovens.

## 4 EFEITOS DA RELIGIÃO SOBRE O COMPORTAMENTO DOS JOVENS

De forma geral, os objetivos dos capítulos 2 e 3 desta dissertação foram mostrar a importância e influência do catolicismo ao longo da história do Brasil e apresentar a associação entre o comportamento sexual, conjugal e reprodutivo e o envolvimento religioso. No entanto, ainda é necessário apresentar qual é a visão da Igreja Católica sobre cada um desses eventos e como a religião é capaz de influenciar o comportamento dos jovens.

### 4.1 Doutrina da Igreja Católica sobre iniciação sexual, matrimônio e reprodução<sup>30</sup>

As normas da Igreja Católica acerca da prática sexual, do casamento e da reprodução são bastante conhecidas pelos fiéis católicos, pela mídia e pelos estudiosos da área de religião. A finalidade desta parte do quarto capítulo é apresentar os ensinamentos da Igreja Católica que estão relacionados aos eventos investigados neste trabalho. Inicia-se a apresentação da doutrina católica a partir da explicação do papel da sexualidade humana na vida do indivíduo.

A sexualidade é um componente fundamental da personalidade humana, sendo um modo de se relacionar, de comunicar com os outros, de expressar e de viver. Ela caracteriza o ser humano em suas várias dimensões: física, biológica, psicológica, espiritual, marcando com isso toda a sua expressão. Para São João Paulo II, “*a sexualidade deve ser orientada, elevada e integrada pelo amor que é o único a torná-la verdadeiramente humana*” (MARTINS, 2014, p. 41).

Dentro deste contexto, a sexualidade torna-se verdadeiramente humana quando é bem integrada na relação interpessoal. Para a doutrina católica, a castidade consiste nesta integração correta da sexualidade no indivíduo, em que ocorre uma unidade entre o plano corporal e espiritual do ser humano. Além disso, a vivência da castidade é um chamado a todo o batizado. Sendo que as formas de vivê-la variam de acordo com o estado de vida (matrimônio, celibato e sacerdócio) de cada pessoa. Os casados são convidados a viver a

---

<sup>30</sup> Esta parte foi baseada principalmente no Catecismo da Igreja Católica (1993), livro que expõe a fé e a doutrina católica. O catecismo é fundamentado na Sagrada Escritura, na Tradição apostólica e no Magistério da Igreja.

castidade conjugal, as pessoas virgens ou celibatárias são chamadas a praticarem a castidade na continência. (Catecismo da Igreja Católica, 1993).

Os namorados e noivos também são motivados a viver a castidade na continência.

Nessa provação eles verão uma descoberta do respeito mútuo, uma aprendizagem da fidelidade e da esperança de se receberem ambos da parte de Deus. Reservarão para o tempo do casamento as manifestações de ternura específicas do amor conjugal. Ajudar-se-ão mutuamente a crescer na castidade (Catecismo da Igreja Católica, §2350, 1993)

Para ter uma vida casta são recomendadas algumas práticas aos cristãos: a disciplina dos sentidos e da mente, a vigilância e a prudência para evitar às ocasiões de quedas, a guarda do pudor, a moderação nas diversões, buscar frequentemente à oração e os sacramentos da Penitência e da Eucaristia. Além disso, existem alguns conselhos direcionados aos jovens, como por exemplo: a necessidade de serem instruídos convenientemente e a tempo sobre a dignidade, a função e o exercício do amor conjugal, fomentar a devoção a Maria, ter como modelo de vida os santos e outros cristãos que cultivaram uma vida casta (Congregação para a Educação Católica, 1983; Catecismo da Igreja Católica, 1993).

Como dito anteriormente, a vivência da castidade se diferencia segundo o estado de vida dos indivíduos. Segundo o Catecismo da Igreja Católica (1993), somente ao amor conjugal é que deve pertencer a doação sexual, dado que no matrimônio há uma união total e exclusiva de duas pessoas, tanto no que diz respeito à dimensão corporal, quanto à dimensão espiritual.

No matrimônio, o ato sexual tem duas finalidades: a unitiva, que diz respeito ao fortalecimento do amor e a santificação do casal e, a finalidade procriadora. Outro aspecto importante de ser destacado é a questão do prazer no ato sexual. O Catecismo da Igreja Católica (1993) afirma não existir nenhum problema em os esposos desejarem sentir prazer no ato sexual, desde que sejam mantidos os justos limites. (Catecismo da Igreja Católica, §2362, 1993).

A partir dos ensinamentos da doutrina católica, o sistema marital católico pode ser esquematizado da seguinte forma: (1) namoro e noivado castos; (2) sacramento do matrimônio; (3) relação sexual, depois do casamento e (4) nascimento do primeiro filho.

#### 4.1.2 Doutrina católica e os movimentos modernizadores-conservadores<sup>31</sup>

Diante do que foi exposto anteriormente observa-se que a posição da Igreja Católica é bastante clara acerca do comportamento sexual e conjugal. Na contemporaneidade a RCC, os Novos Movimentos Eclesiais e as Novas Comunidades, movimentos de caráter modernizador-conservador, exercem um importante papel no interior do catolicismo por ressaltarem a doutrina católica.

A RCC enfatiza a prática sacramental, a devoção mariana e a obediência ao papa. Um dos aspectos de destaque do movimento é a preservação da doutrina católica, especialmente em relação a questões associadas à família, ao sexo pré-marital e a vivência da castidade (PRANDI e SOUZA, 1996; SILVA, 2001; SOFIATI, 2011). Enfim, “*o movimento carismático adota, defende e programa uma moralidade tradicional centrada na família, na sexualidade e nos costumes estreitos da vida cotidiana*” (PRANDI, 1997, p.135).

A valorização de temáticas associadas ao corpo deve-se ao importante papel da sexualidade na vida dos indivíduos, para a tradição católica. Segundo esta doutrina, o corpo é o lugar do cumprimento da vontade de Deus, local habitado pelo Espírito Santo (MARTINS, 2014). Por isso, a necessidade de ter zelo com todos os aspectos que envolvem a sexualidade humana. Seja no vestir, no alimentar, no uso de bebidas alcoólicas com sobriedade, no relacionar com as outras pessoas, na prática sexual após o casamento, no planejamento familiar natural, enfim, em qualquer ação humana.

O movimento carismático tem a virgem Maria como modelo de castidade, pureza e inteireza a Deus. Ela é o grande exemplo a ser seguido pelos participantes da RCC, neste caminho de busca pela santidade pessoal (PRANDI e SOUZA, 1996; SILVA, 2001; SOFIATI, 2011).

As Novas Comunidades também favorecem a preservação da doutrina católica. Segundo Carranza (2009), elas se caracterizam pela defesa de um catolicismo intransigente, pelo primado da autoridade e pela subserviência a Roma, estabilidade doutrinal e defesa da moralidade.

---

<sup>31</sup> Esta parte foi baseada principalmente no Catecismo da Igreja Católica (1993), livro que expõe a fé e a doutrina católica. O catecismo é fundamentado na Sagrada Escritura, na Tradição apostólica e no Magistério da Igreja.

De forma particular, os membros das Novas Comunidades geralmente fazem compromissos privados ou votos de pobreza, castidade e obediência, com a finalidade de lutar contra as concupiscências do ter, prazer e poder.

O consagrado “imita mais de perto, e perpetuamente representa na Igreja aquela forma de vida que o Filho de Deus assumiu ao entrar no mundo para cumprir a vontade do Pai, e por Ele foi proposta aos discípulos que O seguiam” (Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, §44, 1997).

Outro aspecto importante de salientar no interior dos movimentos modernizadores-conservadores é a evangelização dos jovens católicos, à luz da doutrina católica. Na RCC existem estratégias específicas para a evangelização juvenil como, por exemplo, o Ministério Jovem (MJ) e o Ministério Universidades Renovadas (MUR)<sup>32</sup>. Esses ministérios procuram inserir os jovens dentro da identidade carismática a partir da realização de atividades de formações humana, espiritual, vocacional que são próprias deste período da vida (SOFIATI, 2011).

A Comunidade Canção Nova (CN) tem um movimento de grande repercussão voltada aos jovens: o PHN (Por Hoje Não vou mais pecar). O PHN foi criado por um membro da CN, Francisco José dos Santos, conhecido como Dunga quando ele apresentava o programa Resgate Já na televisão. Neste programa eram mostradas ações desenvolvidas pela Igreja aos mais necessitados (presidiários, crianças, idosos, drogaditos). Também neste período Dunga convivia com pessoas que frequentavam os alcoólicos anônimos (AA) e que buscavam apenas por um dia serem sóbrios. Em 1998, em um acampamento de jovens na Canção Nova, Dunga pregou pela primeira vez sobre o PHN. Esse movimento enfatiza a vivência dos sacramentos da Igreja, dos dogmas, tradições, leitura da Palavra de Deus (SOFIATI, 2011).

Outro exemplo é a Comunidade Católica Shalom (CCSH) que tem um setor destinado aos jovens: o Projeto Juventude Para Jesus (PJJ). Esse setor tem por missão evangelizar e formar os jovens com ousadia e criatividade por meio do carisma Shalom. Para cumprir a sua missão as principais atividades voltadas aos jovens são: Jovem em Missão que consiste em uma experiência missionária voltada a jovens que anseiam se dedicar somente ao serviço à Igreja, na evangelização da humanidade, no período de um ano; o Congresso de Jovens Shalom e o Acampamento de Jovens Shalom que se trata de uma alternativa de lazer e entretenimento durante as férias.

---

<sup>32</sup> No Capítulo 3: Catolicismo no Brasil foi apresentado de forma mais detalhada as funções do Ministério Jovem (MJ) e o Ministério Universidades Renovadas (MUR).

Como mostrado acima a RCC, as Novas Comunidades e os Novos Movimentos Eclesiais são movimentos de tendência conservadora no interior da Igreja Católica. Eles preservam a doutrina católica e posicionam de forma clara em assuntos como sexualidade, família e reprodução.

Por fim, é preciso destacar que as fontes utilizadas nesta parte do trabalho tratam-se das normas, orientações dadas pela Igreja Católica e pelos movimentos modernizadores-conservadores aos seus participantes, ou seja, refere-se aos ensinamentos católicos que se dirige aos assuntos investigados neste trabalho. A segunda parte deste capítulo se destina aos estudos que buscam analisar os mecanismos através dos quais as religiões podem influenciar a vida dos fiéis.

#### **4.2 Efeitos da religião sobre o comportamento dos jovens**

As religiões estão entre as instituições mais importantes da sociedade. Elas são uma fonte primária de normas, ensinamentos e valores que orientam a vida dos fiéis. Como de fato a religião é capaz de influenciar o comportamento sexual, reprodutivo e conjugal dos jovens? A seguir são apresentadas correntes teóricas e modelos conceituais que ajudam a responder esta indagação.

A religião e a família são importantes instituições que buscam integrar e manter a ordem social. Elas instituem e fixam determinados modos de agir sobre os indivíduos, ou seja, exercem algum controle social sobre as pessoas. Segundo a teoria do controle social, os seres humanos são naturalmente inclinados ao desvio, sendo que as organizações sociais procuram conter o comportamento desviante das pessoas (DURKHEIM, 1951). Por exemplo, no caso dos jovens mesmo que exista uma tendência para o envolvimento sexual precoce, para ter filhos antes do casamento dentre outras coisas, quando eles fazem parte de alguma religião que é contrária a essas condutas, há uma motivação religiosa para evitar ações que são consideradas desviantes. (HARDY e RAFFAELLI, 2003; SMITH, 2003; ROSTOSKY et al. 2004).

Além disso, dentro deste escopo teórico considera-se que nas instituições sociais existem consequências para o desvio, dado que existe a necessidade social de regular o comportamento dos indivíduos em uma direção particular. Para a religião, algumas implicações do desvio são: os sentimentos de culpa, vergonha, constrangimento público, ameaça ou expectativa de punição divina (SMITH, 2003; ROSTOSKY et al. 2004). À



medida que os jovens têm conhecimento dessas consequências, as motivações para concordarem com as doutrinas religiosas são reforçadas.

Em consonância com a teoria de controle social, existe a teoria da dissonância cognitiva que parte do pressuposto que o indivíduo se esforça para sustentar a coerência entre suas convicções e opiniões e o seu comportamento. No entanto, quando há uma contradição entre essas partes ocorre uma situação de dissonância (FESTINGER, 1962).

No contexto religioso quando os membros se afastam das condutas existentes na instituição na qual pertencem, podem sentir-se indignos de pertencerem àquela religião. Assim, para diminuir a dissonância cognitiva os fiéis podem escolher mudar de comportamento. Por exemplo, em relação aos jovens que já tiveram uma experiência sexual e fazem parte de uma religião que defende apenas o sexo conjugal, os jovens, para reduzir a dissonância cognitiva, podem escolher viver a castidade novamente ou podem mudar de crença religiosa (HARDY e RAFFAELLI, 2003).

Seguindo a mesma direção das correntes teóricas anteriores existem abordagens que afirmam que a religião deve ser compreendida a partir de um modelo ecológico ou modelo de influência na socialização, em que a religião é vista como uma das fontes e forças que são responsáveis pela socialização dos indivíduos. Nesses modelos teóricos, o nível de influência da religião sobre a socialização e o comportamento das pessoas pode ocorrer em diversos níveis: individual (crenças religiosas, trajetória de vida); familiar (valores e práticas dos pais); extrafamiliar (participação religiosa da vizinhança, da escola); e esfera macro (suporte sociocultural, econômico, estatal, intolerância religiosa) (ROSTOSKY et al. 2004).

O estudo de McQuillan (2004) destaca como a influência das instituições religiosas pode variar na esfera individual, social e comunitária. A capacidade do alcance da religião nesses diferentes níveis depende dos meios existentes para a religião comunicar os valores aos seus membros. Além disso, depende dos mecanismos oferecidos para promover o cumprimento das normas e os mecanismos capazes de exercer um ato punitivo diante do comportamento desviante. Isso significa que o papel exercido pela religião requer tanto atenção às estruturas sociais e aos valores existentes na população, que por sua vez depende do contexto sociopolítico que as instituições religiosas estão inseridas.

Além das correntes teóricas que buscam explicar como a religião é capaz de influenciar o comportamento dos jovens, Smith (2003) elaborou um modelo conceitual, que incorpora um pouco dessas abordagens ao explicar os vários mecanismos através dos quais a religião pode influenciar a vida dos adolescentes norte-americanos. O autor

apresenta nove mecanismos de influência agrupados em três dimensões: ordem moral, competências aprendidas e laços sociais e organizacionais.

A ordem moral consiste na orientação das ações e comportamentos dos indivíduos acerca do que é considerado bom e mau, certo e errado, justo e injusto. Os códigos morais são internalizados pelos jovens durante o processo de socialização e utilizados para orientar e motivar as suas decisões da forma mais adequada possível (SMITH, 2003).

Neste modelo conceitual, Smith (2003) subdivide a ordem moral em três fatores: o primeiro deles trata-se das diretrizes morais que são provenientes das tradições, das normas religiosas, servindo como norteador das escolhas de vida dos jovens. As diretrizes morais não estão, portanto, relacionadas às preferências, opiniões e desejos dos fiéis. Por exemplo, as religiões fornecem orientação moral sobre a gravidez na adolescência, uso de substâncias químicas, obediência aos pais, uso do corpo como templo do Espírito Santo.

Já as experiências espirituais referem-se aos momentos vividos pelos jovens que ajudam a enraizar e reforçar os compromissos morais definidos pela religião. Por meio dessas experiências há uma internalização das diretrizes morais, tornando-as mais legítimas devido à prática realizada pelo fiel. Por exemplo, os jovens que passam por uma experiência de conversão, uma resposta proveniente de uma oração e o testemunho de uma cura e milagre, após viverem tais experiências reforçam o que a religião já tinha ensinado.

Por fim, os modelos de comportamento referem-se normalmente as lideranças que se tornam exemplos de vida moldada pelas ordens morais religiosas. Os jovens engajados no interior da igreja incentivam o comportamento de outros jovens, por meio do exemplo. No movimento carismático existem vários líderes jovens que são responsáveis por grupos de oração e se tornam referência para os outros jovens. Seja no modo de namorar, de vestir, de rezar, de enfrentar os problemas cotidianos.

A segunda chave de influência presente no modelo conceitual de Smith (2003) são as competências aprendidas. Estas contribuem para melhorar o bem-estar e oportunidades de vida dos jovens a partir de habilidades e conhecimentos aprendidos na organização religiosa. Por exemplo, educação bíblica e musical e lideranças de grupo.

As competências aprendidas são divididas por sua vez em três mecanismos de influência. A primeira competência refere-se às habilidades para a vida comunitária e de liderança. Normalmente, as religiões fornecem contextos organizacionais em que a juventude pode observar, aprender e praticar habilidades para a vida comunitária que ultrapassam a esfera religiosa. Em grande parte das igrejas, por exemplo, há a necessidade dos indivíduos coordenarem grupos, realizar pregações e organizar eventos. Essas

habilidades aprendidas podem ser úteis em diversos contextos, como nas associações de bairro, ativismo político e atividades profissionais entre outros.

As habilidades de enfrentamento são adquiridas por meios das crenças e práticas religiosas que podem ajudar os jovens a lidar com situações difíceis (morte, doenças, pobreza, conflitos familiares e pessoais). As igrejas oferecem muitos recursos que ajudam a enfrentar os problemas, tais como: a confissão, a oração, partilha de vida em pequenos grupos, acompanhamento espiritual.

Por fim, o capital cultural é o terceiro mecanismo das competências aprendidas. Ele é definido como tipos de conhecimento, habilidades e educação que conferem vantagens àqueles que os adquirem. O capital cultural pode ser incorporado (em formas de discurso ou comportamento corporal), objetificado (em produtos culturais como obras de arte) ou institucionalizado (em qualificações educacionais) (BOURDIEU, 1999). As religiões oferecem aos jovens oportunidades alternativas (além da família, escola, meios de comunicação) para adquirir elementos do capital cultural que podem facilitar a qualidade de vida dos jovens e podem ser utilizados em outros contextos da vida dos jovens. Por exemplo, as denominações cristãs ao incentivar a leitura da Bíblia, ao ensinar sobre a história do povo de Deus (judeus, israelitas, egípcios) favorecem o acúmulo de capital cultural.

A terceira dimensão apresentada por Smith (2003) consiste nas relações sociais e organizacionais. Isto é, as estruturas das relações que os jovens estão inseridos podem afetar as oportunidades e restrições em suas vidas. O papel das relações sociais e organizacionais no comportamento dos jovens pode ocorrer por três formas distintas.

A primeira maneira refere-se ao capital social que são os recursos emergentes do contexto que subsidiam as decisões racionais. Esses recursos têm o papel comum de facilitar as ações individuais ou coletivas e possuem diversos componentes, agrupados em três formas de capital social: obrigações, expectativas e confiabilidade das estruturas; canais de informação; normas e sanções efetivas (COLEMAN, 1988).

A aquisição de capital social é possível por meio da religião, dentro outros motivos, porque a religião é uma das principais instituições que propiciam relações intergeracionais, uma vez que não existe uma estratificação tão rígida quando se leva em consideração a idade dos membros. Esse maior contato intergeracional pode facilitar o acesso a informação, recursos e oportunidades. Por exemplo, os jovens que estão inseridos em um grupo religioso ao interagirem com pessoas adultas podem através dessa relação ser

indicado para uma vaga de emprego, pode ajudar a reforçar os comportamentos adequados e inadequados na juventude.

O capital social pode resultar na formação de redes sociais que são conjuntos de indivíduos ligados entre si pela troca de recursos materiais ou emocionais (GIDDENS, 2012). Para Smith (2003), o fechamento da rede é uma das características das relações sociais existentes na esfera religiosa. A intensidade dos laços sociais existentes na rede depende da combinação da quantidade de tempo, da intensidade emocional, da intimidade e dos serviços que caracterizam os laços sociais (GRANOVETTER, 1973). O fechamento da rede no interior de uma religião, portanto, é fruto da combinação de todos esses fatores. Uma rede fechada, segundo Granovetter (1973), é capaz de conservar os valores ali existentes, já que os indivíduos agem de acordo com a rede de relações na qual estão inseridos. No caso da religião, o fechamento da rede pode facilitar a supervisão, o controle e o cuidado com os jovens.

Por fim, as ligações extra-comunitárias estão relacionadas aos contatos com organizações nacionais e transnacionais que as instituições religiosas mantêm. Essas ligações para além do local geográfico onde a igreja está inserida podem expandir os horizontes, competências e aprendizado dos jovens. Por exemplo, a organização eclesial e administrativa da Igreja Católica ocorre da seguinte forma: as paróquias estão ligadas a uma forania. Esta, por sua vez, se liga a um vicariato, que faz parte de uma diocese, que finalmente pertence a uma arquidiocese, que está vinculada a Igreja Católica localizada em Roma. Logo, o envolvimento religioso do jovem que se dá de forma local é capaz de interagi-los com outros jovens por meio de retiros, missões, jornadas mundiais.

De forma geral, a sistematização teórica de Smith apresentou nove mecanismos positivos da religião sobre a vida dos adolescentes americanos. É interessante perceber que se trata de efeitos distintos, mas que estão conectados entre si. Além disso, esses mecanismos sugerem dois tipos de influência da religião sobre o comportamento dos indivíduos: direta e indireta.

As influências diretas são as mais perceptíveis, pois afetam diretamente o comportamento, atitudes e percepções das pessoas por meio dos ensinamentos, crenças e valores religiosos. Essas influências estão associadas à ideia da religião como uma instituição capaz de exercer o controle social sobre a ação das pessoas. Algumas influências diretas são a ordem moral (presente na elaboração conceitual de Smith, 2003), sanções religiosas e consequências do desvio. (REGNERUS, 2003; REGNERUS e SMITH, 2005).

Como a maioria das religiões normatiza determinadas ações dos fiéis, os participantes de comunidades religiosas podem estar de acordo com as normas religiosas, porque temem possíveis sanções sociais e também pelo próprio temor divino (VERONA, 2010; VERONA, 2011).

A outra influência direta consiste na consequência do desvio. O não cumprimento dos ensinamentos religiosos pode gerar diversos resultados psicológicos, tais como: culpa, arrependimento, vergonha, acusação dentre outros (ELLISON e LEVIN, 1998). O efeito do desvio sobre a vida dos indivíduos depende em grande medida do envolvimento religioso e da importância que a religião tem na vida do indivíduo. Assim, para as pessoas que os valores religiosos se tornam também valores de vida, a transgressão de um ensinamento religioso possivelmente ocasionará consequências mais fortes (VERONA, 2010).

Além das influências diretas da religião sobre a vida das pessoas, existem muitos casos que o efeito da religião é imperceptível nas ações humanas, porém ele está presente por meio da influência indireta. (REGNERUS, 2003; REGNERUS e SMITH, 2005) Os efeitos indiretos da religião sobre o comportamento dos indivíduos tratam-se, portanto, de “*subprodutos sociais não intencionais que as pessoas realizam por motivações religiosas e acaba facilitando resultados de distintas esferas da vida*” (REGNERUS e SMITH, p.24, 2005)<sup>33</sup>. Por exemplo, os mecanismos contidos nas dimensões das competências aprendidas e relações sociais e organizacionais da sistematização de Smith (2003) são tipos de influência indireta da religião na vida dos adolescentes americanos.

Esses efeitos diretos e indiretos são capazes de influenciar o comportamento dos jovens no que tange a iniciação sexual, a constituição de união e ter filhos. Sendo que esses eventos também influenciam um ao outro, a medida em que o jovem experimenta pela primeira vez um deles é maior a probabilidade de ocorrência dos demais eventos.

Diante disso, verifica-se que a religião pode afetar a vida dos jovens tanto de forma perceptível, quanto de forma mais sutil. A religião, portanto, acaba sendo um canal de socialização primária, de construção de valores e de normas na juventude.

---

<sup>33</sup> Trecho original em inglês: “Religion is also thought to produce indirect influences: unintentional social byproducts when religious people doing things for religious reasons (e.g.. gathering together for worship) facilitate other distinctive outcomes (e.g.. fostering relational networks that aid in psychological coping, or getting better jobs, or success in school)”(REGNERUS e SMITH, p.24, 2005).

## 5 DADOS E METODOLOGIA

Depois da apresentação dos três capítulos teóricos e contextuais, esta parte é dedicada à apresentação das bases de dados utilizadas e a metodologia empregada para o cumprimento dos objetivos deste presente trabalho.

### 5.1 Base de dados

Este estudo utiliza informações das Pesquisas Nacionais de Demografia e Saúde realizadas no Brasil em 1996 e 2006. Elas fazem parte do programa mundial de Pesquisas e Demografia e Saúde (DHS) implementado pelo Macro International Inc. As pesquisas do programa DHS são do tipo domiciliar, cuja amostra é probabilística em dois estágios: as unidades primárias são os setores censitários, e as unidades secundárias, são as unidades domiciliares<sup>34</sup>. Tais pesquisas trabalham com amostras de mulheres com idade de 15 a 49 anos, com representatividade nacional, das 5 macroregiões e dos contextos urbano e rural. As informações coletadas referem-se à fecundidade, saúde materna infantil e características socioeconômicas.

As pesquisas de demografia e saúde de 1996 e 2006 são compostas de 3.562 e 3.153 casos de mulheres católicas de 15 a 24 anos, respectivamente<sup>35</sup>. No entanto, a base final para a realização deste estudo é formada por um número menor de casos, em 1996 é um total de 3.444 e 2.996, em 2006, porque foi necessária a exclusão de informações

---

<sup>34</sup> Por se tratar de amostras probabilísticas em dois estágios é preciso especificar os pesos e unidades amostrais, no momento da análise dos dados. Para 1996 as informações necessárias sobre as unidades amostrais encontram-se nas variáveis de estrato (sete regiões) e de conglomerado (842 setores). Em 2006, estes dados também se referem ao estrato (10 unidades) e conglomerado (1.088 setores). Já em relação aos pesos amostrais, para 1996 utilizou-se o fator de ponderação do grupo investigado (peso da mulher elegível dentro do domicílio) e em 2006, o fator de expansão do grupo em análise. Após especificar os pesos e unidades amostrais das PNDS's de 1996 e 2006 é possível compará-las, uma vez que as análises descritivas e estatísticas são corrigidas pela complexidade da amostra. No software R esta especificação pode ser realizada por meio do comando "svy".

<sup>35</sup> Em 2006, os 3.153 casos tratam-se das jovens que autodeclararam católicas durante a realização da pesquisa e que também foram criadas na religião católica. Na verdade, em 2006, 3.232 jovens declararam ser católicas, no entanto 79 dessas mulheres (equivalente a 2,4% da amostra) foram criadas em outras religiões. Ao excluir as mulheres que foram criadas em outras religiões pretende-se minimizar um pouco o trânsito religioso e tentar captar um pouco melhor a influência do catolicismo. Na PNDS de 1996 não foi perguntado às mulheres sobre a religião em que foram criadas. Apesar dessa diferença entre as duas pesquisas, acredita-se não se tratar de uma limitação para a análise dos dados deste estudo, pois normalmente as pessoas que autodeclararam católicas no momento da pesquisa em 1996 é mais provável que tenha sido criada na religião católica. Dado que o trânsito religioso no Brasil passou a ser mais intenso nos anos 2000, do que na década de 90 (LIMA e DIAS, 2009).

incompletas e inconsistentes que representam uma redução de 3,31%, em 1996 (118 casos) e 4,98% (157 casos), em 2006<sup>36</sup>.

De uma forma geral, as vantagens em usar este tipo de base de dados devem-se a disponibilidade de informações sobre a idade ao experimentar pela primeira vez cada um dos eventos em análise e a frequência às atividades religiosas, além da denominação religiosa.

Por outro lado, uma limitação dos dados deve-se a natureza transversal. As variáveis de controle são todas informações correntes. Por exemplo, em relação à principal variável independente, o envolvimento religioso, o dado corrente pode ser diferente de quando a mulher experimentou cada um dos eventos. Por isso, não é possível estabelecer precisamente os efeitos causais, entre o envolvimento religioso e o comportamento sexual, reprodutivo e conjugal. O que na verdade será observado é a potencial associação entre eles. No entanto, diante dos objetivos propostos neste trabalho, não existe atualmente outra base de dados que consiga realizar a modelagem proposta. Logo, neste estudo é assumida esta limitação e as implicações que podem ser ocasionadas nos resultados<sup>37</sup>.

Essas limitações dos dados também é um dos motivos de se pesquisar apenas mulheres católicas de 15 a 24 anos. Pois a diferença entre a idade dos eventos pesquisados e as informações coletadas sobre religião e envolvimento religioso no momento da pesquisa é menor entre as mulheres mais jovens. Isso significa que entre mulheres deste grupo etário a possibilidade da religião e do envolvimento religioso atual ser o mesmo do momento em as jovens sofreram os eventos investigados é maior do que entre mulheres mais velhas em que há um maior intervalo de tempo entre os dados correntes e os dados retrospectivos. Além dessa questão metodológica, outro motivo que justifica o estudo entre mulheres mais jovens são as evidências empíricas mostradas no Capítulo 2 que apontam uma relação entre comportamento sexual, conjugal e reprodutivo e o envolvimento religioso.

---

<sup>36</sup> No Anexo B encontra-se a tabela resumo das categorias excluídas das PNDS's de 1996 e 2006.

<sup>37</sup> O Anexo C apresenta a diferença em anos entre a idade da jovem no momento da realização da entrevista e a idade que a jovem experimentou cada evento.

### 5.1.2 Descrições das variáveis utilizadas

As variáveis utilizadas foram escolhidas a partir do referencial teórico deste estudo e em função dos objetivos. Para possibilitar a comparação entre as bases de 1996 e 2006 foi preciso a criação de categorias homogêneas e algumas variáveis também foram recodificadas. O banco de dados final é formado pelas seguintes variáveis:

Idade ao experimentar pela primeira vez cada um dos eventos (relação sexual, nascimento do primeiro filho e constituição de união).

A variável independente principal é o envolvimento religioso, avaliado por meio da frequência as atividades religiosas como missas, cultos e novenas. As categorias em relação à frequência religiosa são classificadas de forma diferente nas duas PNDS's. A PNDS 1996 agrupa a participação em cinco categorias: ao menos uma vez por semana, duas vezes por mês, uma vez por mês, menos de uma vez por mês e não frequenta. Por outro lado, a PNDS 2006 classifica a frequência em cinco grupos distintos, sendo os seguintes: mais de uma vez por semana, uma vez por semana, uma a três vezes por mês, menos de uma vez por mês, nunca. A fim de possibilitar a comparabilidade entre as duas pesquisas foi preciso recategorizar em quatro categorias a variável envolvimento religioso, ficando da seguinte maneira: uma ou mais vezes por semana, menos de uma vez por semana, menos de uma vez por mês, nunca.

As demais variáveis de controle do estudo são as seguintes<sup>38</sup>:

- Escolaridade da mulher é classificada em três categorias de anos de estudo: 0 a 4 anos, 5 a 8 anos e maior ou igual a 9 anos. A variável original era formada por cada ano de estudo, sendo que os pontos de corte realizados foram baseados no antigo sistema escolar brasileiro, que estava em vigor durante a realização das pesquisas. As categorias 0-4 e 5-8 anos de educação correspondem à conclusão da primeira e segunda etapa do ensino fundamental. A última categoria, escolaridade igual ou maior a 9 anos, refere-se a pelo menos o início do ensino médio, que se iniciava com nove anos de estudo. Além disso, não foi criada uma categoria separada para os anos de estudo relativos ao ensino superior, porque o percentual de jovens no ensino superior é pequeno nos dois anos, (3,7% em 1996 e 7,9% em 2006). Esta

---

<sup>38</sup> No modelo de regressão logística, para dados discretos o resultado encontrado é a probabilidade de ocorrência do evento em cada idade. Por isso, o modelo não será controlado pela variável idade.



baixa porcentagem pode ser explicada pelo baixo acesso ao ensino superior em 1996 e 2006 e também por se tratar de uma amostra com jovens de 15 a 24 anos.

- A variável raça/cor das PNDS's de 1996 e 2006 segue o padrão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cujas alternativas de resposta são: branca, preta, parda, amarela e indígena. Neste estudo as categorias foram reagrupadas da seguinte forma: negra (preta e parda), branca e outra (amarela e indígena).
- O Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB) do domicílio onde a jovem reside. O CCEB é um critério utilizado pela Associação Brasileira de Empresa de Pesquisas (ABEP) que estima o poder de compra das pessoas e famílias. Ele é composto de informações sobre o nível educacional do chefe do domicílio e dados referente ao consumo interno do domicílio, que incluem: quantidade de televisões, DVDs, rádios, banheiros, carros, máquinas de lavar, geladeiras, freezers e empregadas domésticas. O CCEB é dividido em oito classes econômicas, do nível mais elevado de consumo para o mais baixo: A1, A2, B1, B2, C1, C2, D e E (ABEP, 2008). Neste estudo, foi necessário recategorizar o CCEB, porque algumas classes econômicas possuem poucos casos, resultando nas seguintes categorias: AB (A1, A2, B1 e B2), C (C1 e C2), D e E.
- Área de residência atual da mulher: rural ou urbana.
- Grandes regiões brasileiras: Nordeste, Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Os dados sobre as regiões foram padronizados, uma vez que as regiões com representatividade amostral são diferentes nas duas pesquisas. A PNDS 1996 separou a região Sudeste em Rio de Janeiro, São Paulo e Centro-Leste (Minas Gerais e Espírito Santo). Portanto, foi necessário somar estas categorias que se referem aos estados que compõem a região Sudeste. Além disso, ao comparar a região Norte, o estado do Tocantins foi incluído nesta região em 1996, dado que originalmente o estado do Tocantins foi classificado como parte do Centro-Oeste.

Quadro 4, localizado abaixo, apresenta a descrição das variáveis que compõem a base de dados. O item seguinte trata da metodologia utilizada neste estudo.

**Quadro 4: Descrição das variáveis da base de dados**

Variável	Descrição
ID	Identificação da mulher
Status ( $S_i$ )	0 = Evento não ocorreu 1 = Evento ocorreu até o final do estudo
Tempo Inicial (TI)	Menor idade relatada que as entrevistadas experimentaram o evento
Tempo Final (TF)	Se $S_i=0$ , o tempo final é a idade da mulher no momento da entrevista Se $S_i=1$ , o tempo final é a idade referente a experiência do evento
Tempo (T)	Tempo até a ocorrência do evento, medido em anos ( $T = TF-TI$ )
Idade ao ter a primeira relação sexual	Variável discreta, entre 10 e 24 anos
Idade ao ter o primeiro filho	Variável discreta, entre 12 e 24 anos
Idade ao ter a primeira união	Variável discreta, entre 11 e 24 anos
Envolvimento Religioso	1 = Nunca (Categoria de Referência) 2 = Menos de 1 vez por mês 3 = Menos de 1 vez por semana 4 = 1 ou mais vezes por semana
Escolaridade	1 = 0-4 anos (Categoria de Referência) 2 = 5-8 anos 3 = 9 anos e mais
Raça/Cor	1 = Negra (Categoria de Referência) 2 = Branca 3 = Outra
Classe do Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB)	1 = E (Categoria de Referência) 2 = D 3 = C 4 = AB
Regiões Brasileiras	1 = Nordeste (Categoria de Referência) 2 = Norte 3 = Centro-Oeste 4 = Sudeste 5 = Sul
Situação do Domicílio	1 = Rural (Categoria de Referência) 2 = Urbano

Fonte: Elaboração própria

## 5.2 Modelo de sobrevivência para tempo discreto

A fim de estimar a associação entre a ocorrência da primeira relação sexual, da primeira união e do nascimento do primeiro filho e o envolvimento religioso das jovens católicas é empregado o modelo de sobrevivência para tempo discreto. O modelo de

sobrevivência é utilizado em análises que tem por objetivo modelar o tempo até a ocorrência de um evento. Neste modelo são considerados os dados de todos os indivíduos até o momento em que experimentam o evento ou são censurados<sup>39</sup>. No caso deste estudo, a primeira relação sexual, primeira união e o nascimento do primeiro filho podem não acontecer durante o tempo de observação da pesquisa. Estas mulheres que não experimentaram estes eventos foram censuradas, pois as informações acerca do tempo até a ocorrência do evento são desconhecidas. As demais mulheres que experimentaram estes eventos não foram censuradas (CARVALHO et al, 2011).

Quando a unidade do tempo não é mensurada de forma contínua, emprega-se o modelo de sobrevida para tempo discreto. No caso deste trabalho, o tempo até a ocorrência dos eventos de interesse: primeira relação sexual, primeira união e o nascimento do primeiro filho foram medidos em idade completa. Por causa disso, existem muitos casos de empate, ou seja, quando duas ou mais mulheres experimentam o evento na mesma idade. Por exemplo, como as mulheres brasileiras estão tendo a primeira relação sexual em idades mais jovens, haverá muitos casos em que a primeira relação sexual acontecerá na mesma idade, o que resulta no empate.

Para a realização do modelo de sobrevida para tempo discreto é preciso expandir a base de dados para o formato pessoa-período, já que originalmente os bancos de dados estão organizados contendo um registro por pessoa. As informações no formato pessoa-período contêm um registro por pessoa e período. Para cada pessoa, inclui os registros para todos os períodos até a ocorrência do evento ou a censura. Para cada um desses registros a variável evento pode receber dois valores: o valor igual a 1 indica que o evento ocorreu para aquele indivíduo naquele período de tempo; se o evento não ocorre o valor da codificação será igual a 0, significando que a observação foi censurada no final daquele período.

A base de dados é construída levando em consideração que existe um tempo inicial  $t=1$ <sup>40</sup> e as observações para cada indivíduo  $i$  seguem até o tempo  $t_i$ , idade em que ocorre o evento ou a idade da mulher ao final do período de observação. Por exemplo, se uma mulher experimentou um evento no tempo  $t=4$ , são criadas 4 observações, sendo que a

---

<sup>39</sup> A censura acontece quando se desconhece o tempo exato de sobrevivência. Isso significa que o indivíduo não experimentou o evento até o fim da observação no estudo. A censura pode ocorrer por vários motivos: abandono do estudo, perda no seguimento do indivíduo ou término da pesquisa.

<sup>40</sup> No caso dos eventos incluídos neste estudo, o tempo inicial corresponde à menor idade relatada que a mulher experimentou o evento. No caso da primeira relação sexual a menor idade registrada foi de 10 anos; para a primeira união foi igual a 11 anos; e para o nascimento do primeiro filho foi de 12 anos.

quarta observação recebe o valor igual a 1. Já as demais observações são codificadas como 0. Em uma situação em que a mulher foi observada durante quatro anos, são criadas 4 observações, cujo valor da variável sempre é igual a 0, o que significa que ao final da observação a mulher foi censurada.

O Quadro 5 apresenta a conversão de dados do formato indivíduo para o formato pessoa-período, através de dois exemplos. No primeiro caso, uma jovem tinha 24 anos no período da pesquisa e teve relação sexual aos 14 anos. Já o outro caso, uma jovem de 14 anos não teve relações sexuais entre os 11 e 14 anos.

**Quadro 5: Conversão de dados do formato indivíduo para o formato pessoa-período**

Banco de dados no formato indivíduo			
ID	Tempo do evento	Indicador de Evento	Envolvimento Religioso
1	14	1	Menos de 1 vez por semana
2	14	0	Menos de 1 vez por semana

Banco de dados no formato pessoa-período								
ID	Período	D11	D12	D13	D14	D15	Evento	Envolvimento Religioso
1	11	1	0	0	0	0	0	Menos de 1 vez por semana
1	12	0	1	0	0	0	0	Menos de 1 vez por semana
1	13	0	0	1	0	0	0	Menos de 1 vez por semana
1	14	0	0	0	1	0	1	Menos de 1 vez por semana
2	11	1	0	0	0	0	0	Menos de 1 vez por semana
2	12	0	1	0	0	0	0	Menos de 1 vez por semana
2	13	0	0	1	0	0	0	Menos de 1 vez por semana
2	14	0	0	0	1	0	0	Menos de 1 vez por semana

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da PNDS 2006.

No Quadro 5, o conjunto de dados do formato pessoa-período inclui as seguintes informações:

- ID: Indicador da mulher;
- Período: indica o período de tempo  $i$  que o registro descreve;
- $D_i$  a  $D_k$ : conjunto de indicador de tempo, que também identifica o período de tempo específico que a observação descreve. Cada indicador de tempo é definido como 1 no período de tempo que ele representa e 0 em outro lugar.
- Evento: indica se o evento ocorreu no período de tempo  $i$ . Para cada mulher, o indicador de evento deve ser 0 em cada observação, exceto na última. Os indivíduos não censurados experimentam o evento em seu último período, assim o indicador do evento assume o valor 1. Já os indivíduos censurados nunca

experimentam o evento, logo o indicador do evento permanece 0 em todas as observações;

- Variável constante no tempo (envolvimento religioso): variável cujo valor permanece constante em várias observações do indivíduo.

As bases de dados foram expandidas separadamente de acordo com cada evento e o ano da pesquisa. Resultando, portanto, em seis bases: os conjuntos de dados sobre a primeira relação sexual são compostos por 24.054 observações, em 1996 e em 2006 possui 19.324. As bases referentes à primeira união contêm respectivamente 23.506 e 20.654 observações, em 1996 e 2006. Nos bancos de dados relativos ao nascimento do primeiro filho foram incluídos apenas informações de mulheres que experimentaram a primeira relação sexual na juventude, dado que o começo da exposição ao risco de ter um filho acontece a partir da iniciação sexual, resultando, portanto, em 11.418 observações em 1996 e 13.911, em 2006.

A análise dos dados no modelo de sobrevida para tempo discreto é composta por uma seção descritiva que tem por objetivo descrever as curvas de sobrevivência em cada um dos eventos analisados. Em seguida, com a finalidade de introduzir as covariáveis no modelo é adotada a análise de dados discretos de sobrevivência, estimada a partir do modelo de regressão logística. Por fim, é realizado o teste de hipótese T para comparar as estimativas dos parâmetros da variável envolvimento religioso, entre os anos da PNDS.

### 5.2.1 Análise descritiva

Na análise descritiva são interpretadas as funções que descrevem o tempo até a ocorrência dos eventos investigados: função de sobrevivência e função de risco<sup>41</sup>.

A função de sobrevivência,  $S(t)$ , é a probabilidade de um indivíduo sobreviver por mais do que um determinado tempo  $t$ , ou por no mínimo um tempo igual a  $t$ .

$$S(t) = \Pr(T > t)$$

---

<sup>41</sup> As definições das funções de sobrevivência foram baseadas em Carvalho et al (2011), quando se trata da análise de sobrevivência para dado contínuo, já para o modelo de sobrevida para tempo discreto as definições são as utilizadas por Singer et al (2003).

No caso do modelo de sobrevivência para tempo discreto, a função de sobrevivência,  $S(t_{ij})$ , é a probabilidade do indivíduo  $i$  sobreviver passado o período  $j$ . Para que isso aconteça, o indivíduo  $i$  não deve experimentar o evento de destino no período de tempo  $j^{\text{th}}$  ou em qualquer período anterior. Esta função acumula período a período os riscos de ocorrência do evento. Sendo expressa da seguinte forma:

$$S(t_{ij}) = \Pr[T_i > j]$$

Para estimar a função de sobrevivência,  $S(t_{ij})$ , utiliza-se a informação sobre a probabilidade condicional de ocorrência do evento no intervalo  $t_j$  que, no caso discreto, é equivalente ao risco de ocorrência do evento no tempo  $j$  condicionada a sobrevivência até aquele momento. Este estimador é equivalente ao estimador de Kaplan Meier para o caso discreto, sendo expresso pela seguinte equação:

$$\hat{S}(t_{ij}) = \hat{S}(t_{ij} - 1) [1 - \hat{h}(t_{ij})] = \prod_{j=1}^k (1 - \frac{d_j}{n_j})$$

Em que:

$t$  é a idade de ocorrência dos eventos;

$n_j$  são os indivíduos sob o risco de experimentar o evento no tempo  $t$ ;

$d_j$  é o número de eventos que aconteceram no tempo  $t$ .

A estimação da função de sobrevivência em subpopulações permite comparar as experiências de grupos definidos a partir de características distintas (envolvimento religioso, raça/cor, escolaridade), a fim de avaliar separadamente cada categoria. No entanto, para que seja possível comparar estatisticamente as diferenças entre as curvas de sobrevivência com estratificação é preciso realizar testes de hipóteses.

O teste log-rank permite comparar as curvas de sobrevivência de distintos grupos, a fim de testar a hipótese nula da inexistência de diferença entre as curvas (CARVALHO et al, 2011). Por meio dele é possível verificar, por exemplo, se existem diferenças nas curvas de idade à primeira relação sexual, primeira união e nascimento do primeiro filho quando se comparam mulheres de envolvimento religioso distintos.

O teste log-rank é definido da seguinte maneira:

$$\sum_{j=1}^r (d_{lj} - e_{lj})$$

Em que:

$r$  é o número de vezes de ocorrência dos eventos;

$d_{lj}$  é o número de eventos que aconteceram no grupo  $l$ , no tempo  $j$ ;

$e_{lj}$  é o número esperado de eventos no grupo  $l$ , no tempo  $j$ <sup>42</sup>.

A função taxa de risco,  $h(t)$ , é o potencial instantâneo de falha no tempo  $t$  por unidade de tempo, condicionado ao fato que o indivíduo está vivo até aquele momento. Sendo expressa da seguinte forma:

$$h(t) = \lim_{\Delta t \rightarrow 0} \frac{P(t \leq T < t + \Delta t \mid T > t)}{\Delta t}$$

No modelo de sobrevivência para tempo discreto a função risco deixa de ser uma taxa e se torna uma probabilidade. Assim, a função risco,  $h(t_{ij})$ , é a probabilidade condicional de que o indivíduo  $i$  vai experimentar o evento no período de tempo  $j$ , uma vez que ele não experimentou em qualquer período de tempo anterior. Ao contrário da função de sobrevivência que representa um efeito acumulado, a função de risco mostra o risco associado a cada período de tempo. Matematicamente o risco é definido pela fórmula abaixo:

$$h(t_{ij}) = \Pr [T_i = j \mid T_i \geq j]$$

Após a análise das curvas de sobrevivência e de risco deve ser definido um modelo adequado para o risco.

---

<sup>42</sup>O número de eventos esperados é dado por  $n_{lj} d_j / n_j$ , onde  $n_j$  é o número total de casos sob o risco de um evento antes do tempo  $j$ ,  $n_{lj}$  é o número sob risco do tempo  $j$  no grupo  $l$ ; e  $d_j$  é o total de eventos no tempo  $j$  nos grupos analisados.

### 5.2.2 Análise de dados discretos de sobrevivência, estimada a partir do modelo de regressão logística<sup>43</sup>

Uma das principais tarefas do modelo de risco para tempo discreto é selecionar uma representação apropriada para a forma comum das funções de risco. Para a definição do modelo é preciso que alguns requisitos sejam atendidos. Em primeiro lugar, o modelo deve descrever a forma da função risco em toda a extensão do tempo. Além disso, como se trata de uma modelagem para tempo discreto modela-se a probabilidade do risco, por isso o valor do risco deve estar entre 0 e 1. Para garantir que os requisitos deste modelo sejam atendidos é recomendável uma transformação da função risco, que seja capaz de expressar o risco em uma escala diferente. Para isso são sugeridas algumas transformações, sendo que uma delas é a logit.

A transformação logit torna a distância entre as funções mais comparáveis ao longo do tempo, facilitando, portanto, a comparação e a modelagem. O efeito da transformação logit depende da magnitude do risco estimado. Se os valores dos riscos são pequenos a transformação logit aumenta a distância entre os riscos, já se os riscos são grandes a transformação logit diminui a distância entre os riscos (Singer, 2003).

A representação formal do modelo de tempo discreto populacional é dada pela seguinte equação:

$$\text{logit}(h(t_{ij})) = [\alpha_1 D_{1ij} + \alpha_2 D_{2ij} + \dots + \alpha_j D_{jij}] + [\beta_1 X_{1ij} + \beta_2 X_{2ij} + \dots + \beta_p X_{pij}]$$

Em que na notação:  $X_{1ij}, X_{2ij}, \dots, X_{pij}$

$X$  é a variável explicativa;

$p$  é o número de variáveis explicativas;

$D_{ij}$  é o indicador do período; em que  $i$  indica o indivíduo e  $j$  indica o período.

O parâmetro  $\alpha$  representa o valor do logit do risco em cada período específico de tempo e o parâmetro  $\beta$  avalia o efeito da diferença unitária em cada variável explicativa no logit da probabilidade de ocorrência do evento, quando se controla pelo efeito das demais variáveis.

---

<sup>43</sup> Esta parte sobre a modelagem de riscos proporcionais, estimado a partir do modelo de regressão logística foi baseada em Singer et al (2003).



O risco é modelado pela seguinte equação:

$$h(t_{ij}) = \Pr[T_i = j | T_i \geq j, X_{1ij} = x_{1ij}, X_{2ij} = x_{2ij}, \dots, X_{pij} = x_{pij}]$$

Neste caso, a probabilidade do risco de tempo discreto para uma pessoa  $i$  no período de tempo  $j$  refere-se à probabilidade do indivíduo experimentar o evento no período  $i$  condicional no não acontecimento anterior do evento e em valores assumidos para as  $P$  variáveis independentes neste período.

Depois da especificação do modelo é preciso utilizar um método de estimação para se fazer inferências sobre o modelo. O método de máxima verossimilhança é bastante conhecido e utilizado para este propósito. Dado que os estimadores de máxima verossimilhança buscam parâmetros populacionais que maximizam a probabilidade de observar os dados da amostra.

Neste modelo a função de verossimilhança expressa a probabilidade de se observar o padrão específico de eventos efetivamente observados. Na verdade o padrão exato se trata de 0's e 1's para a variável "evento" observado no banco de dados pessoa-período. Como cada indivíduo tem  $J_i$  observações, uma por período de risco, cada indivíduo contribui com  $J_i$  termos na função de verossimilhança. Sendo que o valor particular da contribuição do indivíduo  $i$  vai depender do valor verdadeiro do seu risco naquele período de tempo particular,  $h(t_{ij})$  e se ele experimentou o evento neste período de tempo: Evento<sub>ij</sub>.

Logo, a equação de verossimilhança é dada pela seguinte fórmula:

$$\text{Verossimilhança} = \prod_{i=1}^n \prod_{j=1}^{J_i} h(t_{ij})^{\text{Evento}_{ij}} (1-h(t_{ij}))^{(1-\text{Evento}_{ij})}$$

Além disso, ao longo da elaboração do modelo é preciso que os seus pressupostos sejam atendidos:

- Para cada valor da variável explicativa, existe uma função de risco logit;
- As funções de risco logit possuem a mesma forma, embora exista uma grande flexibilidade na especificação da forma;
- A distância entre as funções se mantém constante em cada período de tempo;
- Um modelo de risco para tempo discreto baseado em uma transformação logit não assume que os riscos são proporcionais, mas as *odds* (chances) são proporcionais.

### 5.2.3 Teste de Hipótese T

Após a elaboração dos modelos de sobrevivência para tempo discreto é realizado o teste de hipótese T para investigar se associações entre o comportamento sexual, conjugal e reprodutivo e o envolvimento religioso modificaram entre 1996 e 2006.

Para a realização desse teste de significância é necessário em primeiro lugar enunciar as hipóteses a serem testadas, que neste presente estudo são as seguintes:

$H_0$ : A chance de experimentar cada um dos eventos é igual em 1996 e 2006.

$H_1$ : A chance de experimentar cada um dos eventos é diferente em 1996 e 2006.

Logo após, deve-se fixar o nível de significância, que neste caso é 95%. A partir disso, é possível determinar a região crítica, ou seja, a faixa de valores que leva a rejeição da  $H_0$  e a região de aceitação.

Baseado nos coeficientes e nos desvio-padrões dos modelos estimados, calcula-se o valor da estatística do teste, a partir da expressão abaixo:

$$t = (\beta_1 - \beta_2) / \sqrt{(\sigma_{\beta_1}^2 + \sigma_{\beta_2}^2)}$$

Finalmente, deve-se verificar se a estatística do teste pertence ou não a região crítica e chega-se ao resultado final do teste de hipótese.

## 6 RESULTADOS DESCRITIVOS

Nesta parte dos resultados são apresentadas em primeiro lugar as descrições gerais dos dados, com a finalidade de conhecer a frequência de todas as variáveis utilizadas no trabalho. Logo depois é realizada uma apresentação dos dados de forma mais detalhada levando em consideração cada evento em análise. Nesta segunda parte dos resultados descritivos são apresentadas as idades medianas das jovens católicas brasileiras por cada evento e também as idades medianas por envolvimento religioso. Também são apresentadas as curvas de sobrevivência para cada ano da pesquisa e por envolvimento religioso. Por fim, são realizadas discussões dos principais resultados descritivos.

### 6.1 Descrições gerais dos dados

A Tabela 8 apresenta a distribuição percentual por características demográficas e socioeconômicas para as jovens católicas de 15 a 24 anos, em 1996 e 2006<sup>44</sup>. No que tange ao envolvimento religioso, diminuiu a proporção de jovens que nunca participam de atividades religiosas e por outro lado houve um aumento notável de jovens que frequentam menos de uma vez por mês à igreja. Já entre as jovens mais envolvidas ficou praticamente constante a proporção das jovens que vão à igreja uma ou mais vezes por semana e diminuiu o percentual das jovens que participam das atividades religiosas menos de uma vez por semana. Houve, portanto, uma diminuição do envolvimento religioso ao longo da década, dado que o percentual de católicas que são menos frequentes (nunca e menos de uma vez por mês) passou de 40,1% para 48%. Quanto aos anos de estudos, a Tabela 8 também mostra que houve uma diminuição notável das jovens católicas com baixa escolaridade (0 a 4 anos de estudos) e o que mais se destaca é o crescimento percentual das jovens católicas que possuem pelo menos nove anos de estudo, passando de 29,8% para 56,5%, de 1996 para 2006. Em relação à raça/cor, a proporção de jovens católicas que autodeclararam branca praticamente não mudou, ao mesmo tempo houve uma pequena diminuição daquelas que reportaram ser negras. A maioria das jovens católicas reside em áreas urbanas e nas regiões Nordeste e Sudeste do país. Por fim, o CCEB revela uma queda

---

<sup>44</sup> Todas as análises estatísticas foram feitas considerando os pesos e o planejamento amostral complexo. No entanto, os números de casos foram apresentados na forma não ponderada/expandida para informar o número real no qual cada análise foi baseada.

percentual das classes D e E, simultaneamente houve um crescimento das classes AB e C, durante a década analisada.

**Tabela 8: Distribuição das variáveis explicativas entre as jovens católicas de 15 a 24 anos no Brasil. PNDS's de 1996 e 2006.**

Variáveis Explicativas	1996 (n=3.444)		2006 (n=2.996)	
	Nº	%	Nº	%
<b>Envolvimento religioso</b>				
Nunca	933	28,5	457	18,2
Menos de 1 vez por mês	409	11,6	874	29,8
Menos de 1 vez por semana	955	26,7	625	20,4
1 ou mais vezes por semana	1147	33,2	1040	31,6
<b>Anos de estudo</b>				
0-4 anos	1019	26,8	280	7,9
5-8 anos	1474	43,4	1078	35,6
9 anos e mais	951	29,8	1638	56,5
<b>Raça/Cor</b>				
Negra	2188	58,4	1730	53,4
Branca	1241	41,1	1079	40,2
Outra	15	0,5	187	6,5
<b>Situação do domicílio</b>				
Rural	688	20	970	20,7
Urbano	2756	80	2026	79,3
<b>Regiões brasileiras</b>				
Nordeste	1489	32,7	726	33
Norte	428	6	570	9,2
Centro-Oeste	321	6,4	583	7,1
Sudeste	839	39,5	537	36,2
Sul	367	15,3	580	14,4
<b>CCEB</b>				
AB	378	10,2	582	20,9
C	858	29,2	1230	38,8
D	1259	35,1	790	26,8
E	949	23,6	394	13,6

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das PNDS's 1996 e 2006.

Em relação aos eventos investigados neste estudo, a Tabela 9 mostra a distribuição percentual de cada um deles para as jovens católicas brasileiras. Em 1996, foi observado que do total das jovens católicas de 15 a 24 anos de idade, 50,3% haviam iniciado a vida

sexual, em 2006 o percentual aumentou para 71,4% dos casos investigados. A proporção de jovens católicas que passaram pela experiência de ter a primeira união também cresceu neste período, passando de 32,7% para 43,8%. Por outro lado, o percentual destas jovens que foram mães pela primeira vez diminuiu de 1996 para 2006, sendo respectivamente igual a 58,8% e 45,3%.

**Tabela 9: Distribuição percentual da primeira relação sexual, primeira união e nascimento do primeiro filho entre as jovens católicas de 15 a 24 anos no Brasil. PNDS's de 1996 e 2006.**

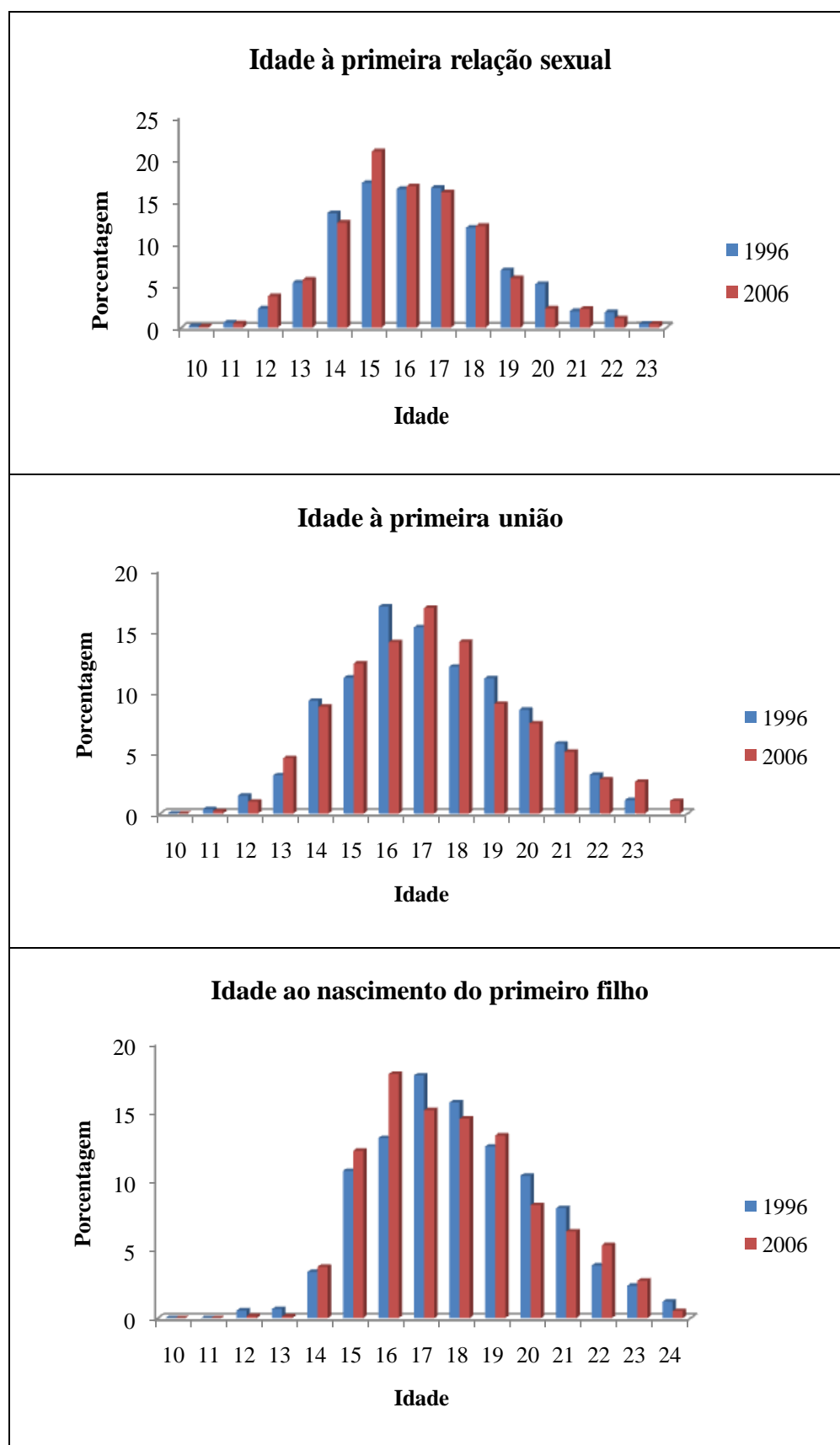
Eventos de interesse	1996 (n=3.444)		2006 (n=2.996)	
	Nº	%	Nº	%
<b>Primeira Relação Sexual</b>	1741	50,3	2059	71,4
<b>Primeira União</b>	1152	32,7	1243	43,8
<b>Nascimento do Primeiro Filho*</b>	1056	58,8	989	45,3

\*O tamanho da amostra relativa ao nascimento do primeiro filho é condicionado ao número de jovens que já tiveram a primeira experiência sexual. Em 1996, trata-se de 1741 casos e em 2006 são 2.059.

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das PNDS's 1996 e 2006.

Também é possível analisar a idade em que estas experiências ocorreram pela primeira vez (Gráfico 2). No que tange a iniciação sexual percebe-se que a maior parte das jovens tem a sua primeira vez entre os 14 e 18 anos, sendo, sobretudo aos 15 anos. O comportamento sexual das jovens católicas é bastante semelhante no período analisado, a diferença mais notável ocorre aos 15 anos em que a porcentagem é mais elevada em 2006. Sobre a idade à primeira união verifica-se que este evento começa a acontecer com maior frequência a partir dos 14 anos estendendo-se até os 20 anos, principalmente. Sendo que entre os 16 e 17 anos é a faixa etária em que as jovens mais se unem. O comportamento conjugal também não é muito diferente entre os anos pesquisados. As distinções mais perceptíveis acontecem dos 16 aos 19 anos. Já em relação à idade ao nascimento do primeiro filho, as jovens passam por esta experiência especialmente entre os 16 e 19 anos. É interessante notar a diferença percentual entre a década estudada nas idades de 16 e 17 anos. Em 2006, quase 18% das jovens são mães pela primeira vez aos 16 anos, sendo que o percentual é bem menor em 1996 (aproximadamente 12%). Por outro lado, aos 17 anos inverte a relação, a porcentagem das jovens que tem o primeiro filho também chega próximo de 18% em 1996, sendo mais baixa em 2006.

**Gráfico 2: Idade à primeira relação sexual, à primeira união, ao nascimento do primeiro filho entre as jovens católicas de 15 a 24 anos no Brasil.**



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das PNDS's 1996 e 2006.

Os dados das PNDS's de 1996 e 2006 permitem que se estabeleça um paralelo entre as idades à primeira relação sexual, primeira união e nascimento do primeiro filho. A Tabela 10 mostra que para a maioria das jovens católicas o sexo ocorreu antes do casamento (68,8% em 1996; 73,8% em 2006) e, em mais de 60% dos casos analisados nos dois períodos há mais de um ano de diferença entre a ocorrência da primeira relação sexual e da primeira união. Também é relativamente alto o percentual em que a primeira união e a primeira relação sexual aconteceram na mesma idade, contudo nesta situação não é possível afirmar qual dos dois eventos ocorreu primeiro. Por outro lado, poucas jovens católicas casaram antes de ter a primeira relação sexual. Em 2006, por exemplo, a proporção de sexo depois do casamento é praticamente inexistente (0,1%).

Na maior parte dos casos, mais de 65% em 1996 e 2006, as jovens se unem pela primeira vez antes de ter o primeiro filho. Sendo que na década analisada cresceu o percentual de casos em que a primeira união aconteceu com mais de um ano de diferença do nascimento do primeiro filho. Ou seja, em 2006 as jovens casadas demoram mais tempo para serem mães pela primeira vez. A sequência inversa é bem menor, sendo que houve uma pequena redução de 16,4% para 15%, de 1996 para 2006 das jovens que tem o primeiro filho antes de ter a primeira união. Para o período analisado, em aproximadamente 15% dos casos não é possível identificar qual destes dois eventos ocorreu primeiro.

Por fim, em mais de 95% dos casos da década estudada o nascimento do primeiro filho não acontece na mesma idade que ocorreu a primeira relação sexual. Neste resultado é importante considerar a influência do período da gestação. Por exemplo, para cerca de 12% dos casos observados, para ambos os anos, há diferença de um ano entre a primeira relação sexual e o nascimento do primeiro filho, diferença em grande parte explicada pelos nove meses de gestação.

**Tabela 10: Distribuição percentual da diferença entre as idades de ocorrência dos eventos (primeira relação sexual, primeira união e primeiro filho) entre as jovens católicas de 15 a 24 anos no Brasil. PNDS's de 1996 e 2006.**

Diferença intervalar	1ª União e 1ª Relação Sexual		1º Filho e 1ª União		1º Filho e 1ª Relação Sexual	
	1996	2006	1996	2006	1996	2006
<b>Intervalo Negativo</b>	3,1	0,1	16,4	15	-	-
<b>Intervalo Igual a 0</b>	28,1	26,1	17,2	14,2	4,4	3,3
<b>Intervalo Positivo</b>	68,8	73,8	66,3	70,7	95,6	96,7
<b>Diferença = 1</b>	8,2	9,6	20,7	13,5	11,4	13,3
<b>Diferença &gt; 1</b>	60,6	64,2	45,6	57,2	84,2	83,4

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da PNDS 1996 e 2006.

A próxima análise descritiva se detém nas possíveis diferenças quanto ao comportamento religioso das jovens católicas e os eventos investigados. A Tabela 8 sobre a distribuição das variáveis explicativas mostrou que a frequência às atividades religiosas é bem heterogênea no grupo estudado. Sendo que a maior porcentagem de participação (33,2%, em 1996 e 31,6%, em 2006) refere-se às católicas que frequentam as atividades religiosas uma ou mais vezes por semana.

A Tabela 11 indica a porcentagem de católicas que já experimentou cada evento, segundo o envolvimento religioso. De forma geral, o que se observa no que se refere à primeira relação sexual é que quanto menor o envolvimento religioso, maior é a porcentagem das jovens que já tiveram experiência sexual. No entanto, esta diferença é muito mais expressiva em 1996, uma vez que em 2006 mais de 60% das jovens católicas já vivenciaram este evento independente da frequência as atividades religiosas.

Quanto à primeira união, a maior proporção de jovens solteiras está entre aquelas que mais frequentam as atividades religiosas. Por outro lado, a porcentagem mais elevada de jovens católicas unidas se encontra entre aquelas com menor envolvimento religioso. Ao comparar a década estudada, percebe-se que em 2006 o percentual de jovens católicas unidas é maior que em 1996. Já em relação ao nascimento do primeiro filho a tendência observada nos eventos anteriores repete-se somente na década de 90, em 2006 a maior proporção de jovens que foram mães pela primeira vez ocorre entre aquelas que frequentam menos de uma vez por semana e menos de uma vez por mês à igreja. Outra diferença é que em 1996 a proporção de jovens católicas que tiveram o primeiro filho é sempre maior que em 2006, em qualquer que seja a frequência à igreja.

Ao comparar os resultados dessa tabela por evento investigado observa-se que os menores percentuais encontram-se entre as jovens que estão unidas, principalmente entre aquelas mais participativas. A formação da união geralmente leva a diminuição da frequência religiosa devido a mudanças na alocação do tempo do casal recém-casado.



**Tabela 11: Distribuição percentual da primeira relação sexual, primeira união e primeiro filho, segundo envolvimento religioso das jovens católicas de 15 a 24 anos no Brasil. PNDS's de 1996 e 2006.**

Envolvimento Religioso	1ª Relação Sexual		1ª União		1º Filho*	
	1996	2006	1996	2006	1996	2006
Nunca	62,1	81,5	39,6	48,4	62,5	44,3
Menos de 1 vez por mês	58,5	75,8	38,9	53,1	62,1	49,9
Menos de 1 vez por semana	47,7	66,8	31,8	45,7	59,8	53,6
1 ou mais vezes por semana	39,3	64,4	24,6	31,1	51,1	35,3

\*O tamanho da amostra relativa ao nascimento do primeiro filho é condicionado ao número de jovens que já tiveram a primeira experiência sexual. Em 1996, trata-se de 1741 casos e em 2006 são 2.059.

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das PNDS's 1996 e 2006.

Na Tabela 10 foi analisada a diferença entre as idades de ocorrência dos eventos pesquisados, agora é feita a mesma análise só que considerando o envolvimento religioso das jovens católicas. De forma geral, os resultados descritivos apresentados na Tabela 12 não apresentam grandes diferenças percentuais por frequência religiosa, nos dois anos pesquisados. Ao investigar a associação entre a diferença intervalar entre os eventos e o envolvimento religioso por meio do teste de  $\chi^2$  (ver Tabela 13), verifica-se em 1996 uma relação entre a sequência dos eventos e o envolvimento religioso, já em 2006 o envolvimento religioso não interfere na sequência dos eventos investigados.

**Tabela 12: Distribuição percentual da diferença entre as idades de ocorrência dos eventos (primeira relação sexual, primeira união e primeiro filho), por envolvimento religioso entre as jovens católicas de 15 a 24 anos no Brasil. PNDS's de 1996 e 2006.**

Evento	Diferença intervalar	Envolvimento Religioso							
		Nunca		- 1 vez por mês		- 1 vez por semana		1 ou + vezes por semana	
		1996	2006	1996	2006	1996	2006	1996	2006
1ª União e 1ª Relação Sexual	Intervalo Negativo	3,4	0	5,8	0,1	2,6	0	1,7	0
	Intervalo Igual a 0	25	23,9	26,7	28,6	35,1	30,7	26,3	21,9
	Intervalo Positivo	71,7	76,1	67,5	71,3	62,2	69,3	72	78,1
1º Filho e 1ª União	Intervalo Negativo	18,8	16,1	18,5	76	12,4	18,1	15,9	17,3
	Intervalo Igual a 0	19,7	13,5	17,6	68	16,2	11,2	14,6	18,1
	Intervalo Positivo	61,4	70,4	63,9	74,9	71,4	70,8	69,5	64,7
1º Filho e 1ª Relação Sexual	Intervalo Negativo	-	-	-	-	-	-	-	-
	Intervalo Igual a 0	6,2	3,8	4,8	2	4,3	4,2	2	3,7
	Intervalo Positivo	93,8	96,2	95,2	98	95,7	95,8	98	96,3

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das PNDS's 1996 e 2006.

**Tabela 13: Resultados do Teste de  $\chi^2$** 

PNDS	1ª União e 1ª Relação Sexual			1º Filho e 1ª União			1º Filho e 1ª Relação Sexual		
	$x_o$	$x_c$	Resultado	$x_o$	$x_c$	Resultado	$x_o$	$x_c$	Resultado
<b>1996</b>	17,52	12,59	Rejeito a $H_0$	12,63	12,59	Rejeito a $H_0$	9,66	7,81	Rejeito a $H_0$
<b>2006</b>	1,32		Não rejeito a $H_0$	5,97		Não rejeito a $H_0$	2,68		Não rejeito a $H_0$

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das PNDS's 1996 e 2006.

Na segunda parte da descrição dos dados são apresentadas as idades medianas relativas a cada evento e as idades medianas por envolvimento religioso. Depois são mostrados os gráficos da função de sobrevivência obtidos para cada acontecimento, pois se trata de uma ferramenta exploratória importante na análise de sobrevivência.

## 6.2 Descrições dos dados, por evento de estudo

### 6.2.1 Primeira Relação Sexual

Os dados das PNDS's de 1996 e 2006 para as jovens católicas de 15 a 24 anos mostram que a idade mediana à primeira relação sexual foi de 17,9 anos em 1996 e 16,5 anos, em 2006. Ao analisar a mediana por envolvimento religioso, como revela a Tabela 14, nota-se que em todas as categorias o valor da mediana foi maior em 1996 do que em 2006, o que confirma a tendência de diminuição da idade ao ter a primeira relação sexual, ao longo do tempo. Em ambos os anos a menor mediana foi observada entre as católicas que nunca vão à igreja, sendo respectivamente igual a 17 e 15,7 anos. Já o maior valor da mediana em 1996, foi entre as católicas que participam das atividades religiosas uma ou mais vezes por semana (19,3 anos) e em 2006 foi entre aquelas que frequentam menos de uma vez por semana (17 anos). Portanto, a relação entre a frequência religiosa e a idade mediana à primeira relação sexual parece ser mais forte em 1996, mas não em 2006. Somente entre os grupos mais e menos envolvidos é que a diferença parece mais marcante, em 2006.

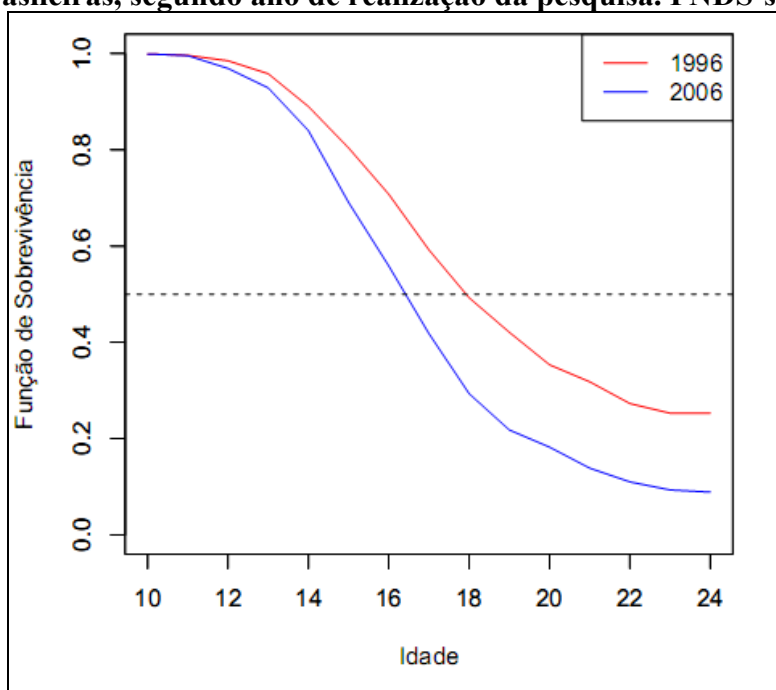
**Tabela 14: Idade mediana à primeira relação sexual das jovens católicas brasileiras, segundo envolvimento religioso. PNDS's 1996 e 2006.**

Envolvimento Religioso	Idade mediana à 1ª Rel. Sexual	
	1996	2006
Nunca	17,0	15,7
Menos de 1 vez por mês	17,4	16,0
Menos de 1 vez por semana	18,4	17,0
<b>1 ou mais vezes por semana</b>	<b>19,3</b>	<b>16,8</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das PNDS's 1996 e 2006.

O comportamento sexual dessas jovens, no que concerne a idade de início da vida sexual é analisado no Gráfico 3 que compara as curvas de sobrevivência de acordo com o ano da PNDS. Observa-se que o nível relativo da curva é sempre superior em 1996 se comparado a 2006. Isso significa que para qualquer que seja a idade considerada a proporção de jovens que experimentou o evento é sempre maior em 2006 do que em 1996. A diferença de comportamento das curvas é estatisticamente significativa, segundo o teste de significância (valor- $p < 0,0001$ ).

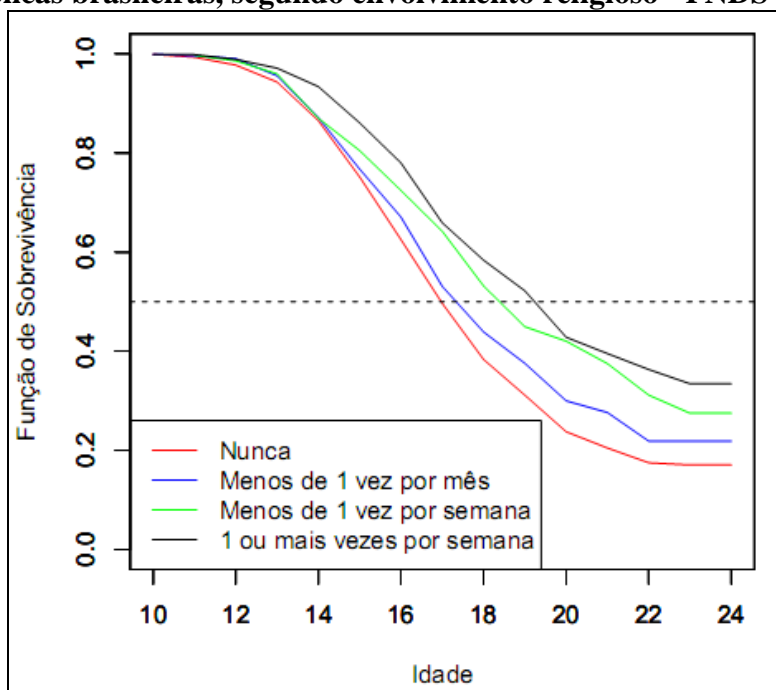
**Gráfico 3: Sobrevivência estimada da idade à primeira relação sexual das jovens católicas brasileiras, segundo ano de realização da pesquisa. PNDS's 1996 e 2006.**



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das PNDS's 1996 e 2006.

O comportamento sexual das jovens católicas também é analisado segundo o envolvimento religioso. O Gráficos 4 apresenta a sobrevivência estimada para o ano de 1996, nota-se que a curva de sobrevivência das jovens que frequentam à igreja uma ou mais vezes por semana está sempre acima das demais curvas. Além disso, em torno dos 14 e 16 anos as curvas de sobrevivência declinam com maior intensidade, sugerindo que neste intervalo o risco de ter a primeira relação sexual é relativamente maior entre as jovens católicas, exceto para as católicas mais participativas. Neste grupo a inclinação da curva é mais acentuada entre os 16 e 18 anos, indicando um risco mais elevado. O teste log-rank também foi significativo neste caso (valor- $p < 0,0001$ ).

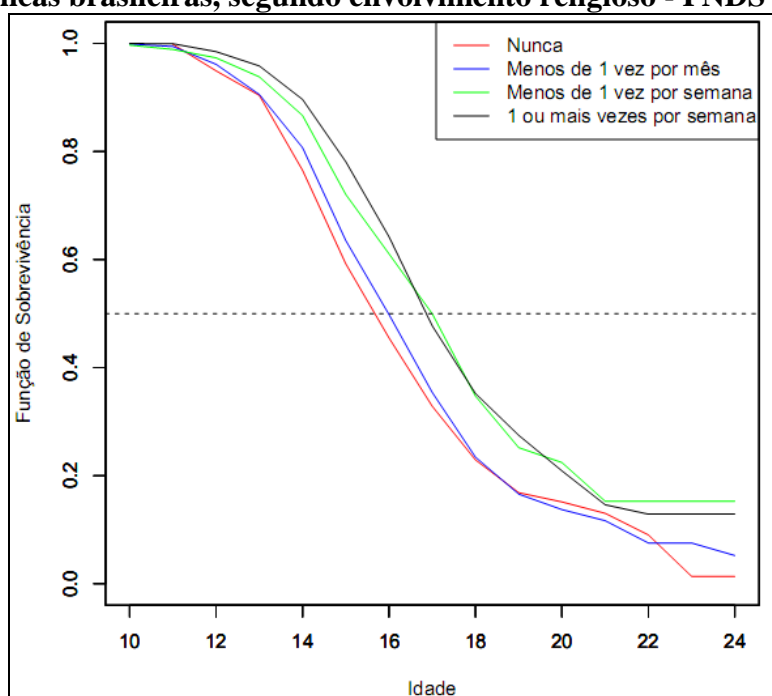
**Gráfico 4: Sobrevivência estimada da idade à primeira relação sexual das jovens católicas brasileiras, segundo envolvimento religioso - PNDS 1996.**



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da PNDS 1996.

O Gráfico 5, a seguir, mostra as curvas de sobrevivência por envolvimento religioso, considerando os dados da PNDS 2006. Como pode ser observado, o comportamento das curvas pode ser dividido em dois grupos: o primeiro é formado pelas jovens católicas mais frequentes, que são aquelas que vão à igreja menos de uma vez por semana e uma ou mais vezes por semana e o outro é composto pelas jovens católicas pouco frequentes, grupo das jovens que nunca vão à igreja ou frequentam menos de uma vez por mês. Dentro de cada grupo o comportamento das curvas é bem semelhante e a idade mediana também é muito próxima. Quando se compara os dois grupos percebe-se que a probabilidade de sobreviver ao evento é sempre maior entre as católicas mais participativas. O teste de significância revela que a diferença observada entre as curvas é estatisticamente significativa (valor-p= 0,0004).

**Gráfico 5: Sobrevivência estimada da idade à primeira relação sexual das jovens católicas brasileiras, segundo envolvimento religioso - PNDS 2006.**



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das PNDS's 1996 e 2006.

### 6.2.2 Primeira União

Quanto a idade à primeira união das jovens católicas, os dados das PNDS's apontam que em 1996 a idade mediana foi de 21,5 anos e 20 anos, em 2006. A mediana também é estimada de acordo com o envolvimento religioso do grupo estudado, de forma geral, observa-se que metade das jovens católicas que nunca participam das atividades religiosas se casa aos 20 anos, nos dois períodos estudados. Por outro lado, as jovens que se casam mais tarde são aquelas que têm maior envolvimento religioso. Em 1996, a mediana é igual a 22,3 anos para as católicas que frequentam à igreja menos de uma vez por semana e, na década seguinte a mediana é um pouco maior, 23 anos, entre aquelas que participam das atividades uma ou mais vezes por semana (Tabela 15).

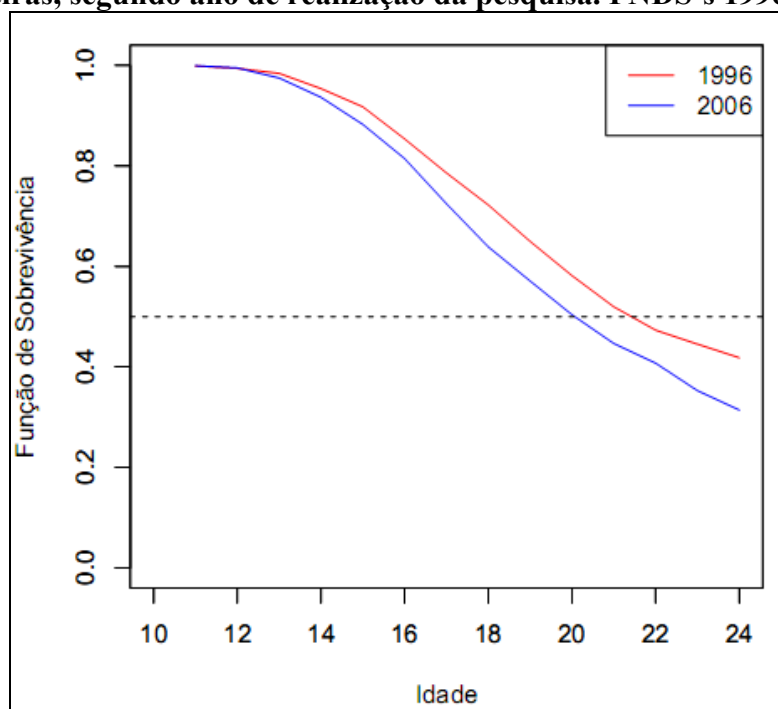
**Tabela 15: Idade mediana à primeira união das jovens católicas brasileiras, segundo envolvimento religioso. PNDS's 1996 e 2006.**

Envolvimento Religioso	Idade mediana à 1ª União	
	1996	2006
Nunca	20,0	20,0
Menos de 1 vez por mês	20,8	18,5
Menos de 1 vez por semana	22,3	19,8
1 ou mais vezes por semana	22,0	23,0

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das PNDS's 1996 e 2006.

Com a finalidade de visualizar o comportamento conjugal dessas jovens para a década de 90 e anos 2000, no que se refere a idade à primeira união encontra-se abaixo o Gráfico 6. Nele é possível perceber que as curvas de sobrevivência têm formato semelhante, sendo que o nível da curva de 2006 é inferior a 1996, tendência também observada na sobrevivência estimada referente a idade à primeira relação sexual. Além disso, se verifica que o efeito acumulado é grande, por exemplo, aos 18 anos cerca de 72% das jovens católicas brasileiras eram solteiras em 1996, dez anos mais tarde o percentual era de aproximadamente 64%. Por meio do teste que compara as curvas de sobrevivência, pode-se afirmar que as distinções observadas são significativas, em algum momento do tempo (valor- $p < 0,0001$ ).

**Gráfico 6: Sobrevivência estimada da idade à primeira união das jovens católicas brasileiras, segundo ano de realização da pesquisa. PNDS's 1996 e 2006.**

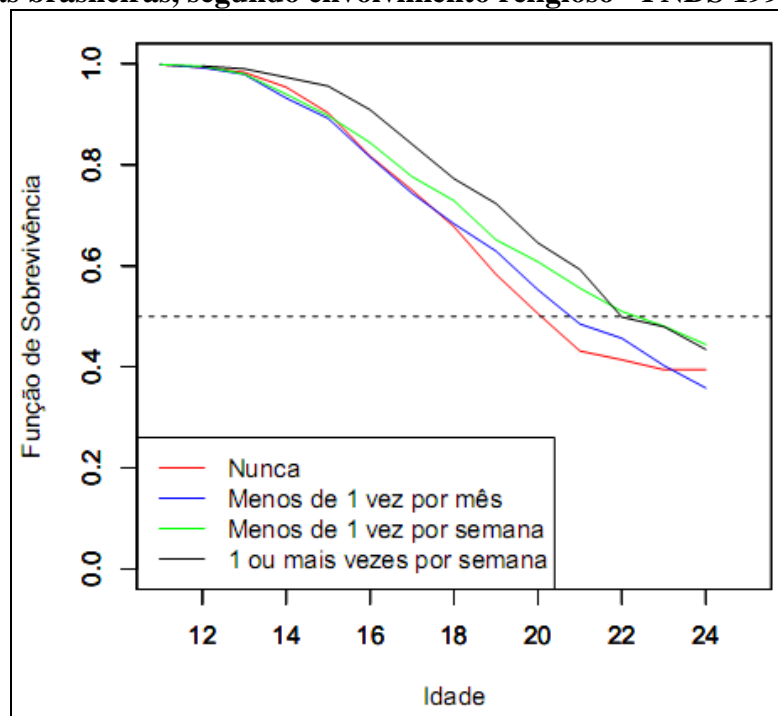


Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das PNDS's 1996 e 2006.

Também são estimadas as funções de sobrevivência para cada categoria do envolvimento religioso das jovens católicas, separado por ano de realização da PNDS. O Gráfico 7 indica a sobrevivência estimada para o período de 1996, o que se observa é que a curva das católicas que tem maior envolvimento religioso possui a maior probabilidade de sobreviver ao evento, se comparado as outras curvas de participação religiosa. Além disso, independente do envolvimento religioso nota-se que o declínio das curvas de sobrevivência ocorre de forma relativamente suave, o que sugere um maior efeito acumulado ao longo do

tempo. Isso revela que a probabilidade de não sofrer o evento é grande. Neste caso, o teste de log-rank também foi significativo (valor- $p < 0,0001$ ).

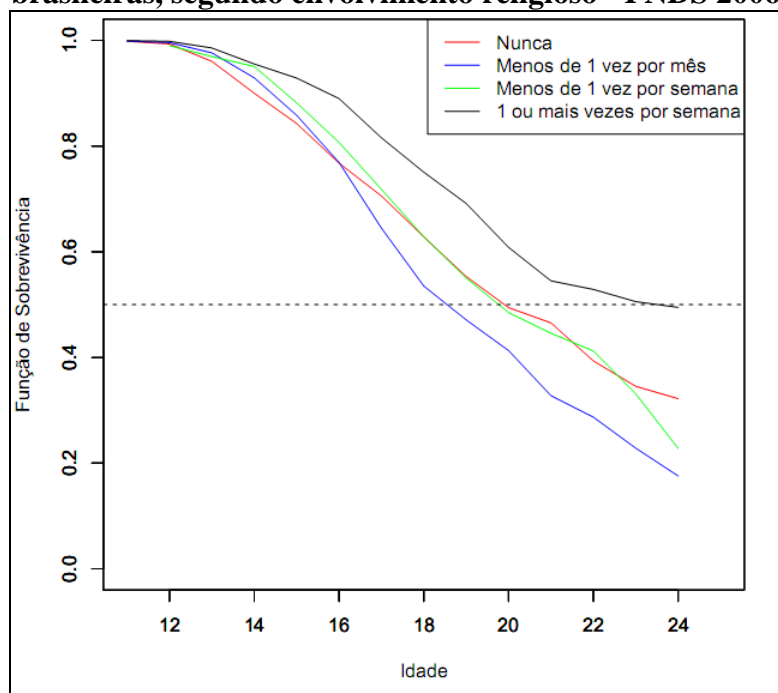
**Gráfico 7: Sobrevivência estimada da idade à primeira união das jovens católicas brasileiras, segundo envolvimento religioso - PNDS 1996.**



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da PNDS 1996.

Comparando as mesmas informações só que para a PNDS 2006 nota-se por meio do Gráfico 8 que para qualquer idade considerada, as jovens que participam das atividades religiosas uma ou mais vezes por semana são aquelas que possuem o menor risco de ter a primeira união. Ou seja, são as jovens que sobrevivem por mais tempo ao evento em questão. Por outro lado, as católicas que frequentam menos de uma vez por mês à igreja são as que têm o maior de risco de se unir. Principalmente, a partir dos 16 anos o comportamento da curva de sobrevivência deste envolvimento religioso se diferencia das curvas referentes às jovens que nunca vão à igreja e aquelas que participam menos de uma vez por mês, que eram as curvas que antes dos 16 anos apresentavam tendências mais parecidas. Essas duas curvas diferentemente da curva das jovens católicas que participam menos de uma vez por mês continuam apresentando um comportamento bem semelhante. Também neste caso o teste de log-rank aponta que pelo menos uma curva difere das outras (valor- $p < 0,0001$ ).

**Gráfico 8: Sobrevivência estimada da idade à primeira união das jovens católicas brasileiras, segundo envolvimento religioso - PNDS 2006.**



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das PNDS 2006.

### 6.2.3 Primeiro Filho

Os dados das PNDS's em relação à idade mediana ao nascimento do primeiro filho das jovens católicas revelam uma mediana de 19,2 anos, em 1996 e 21 anos na década seguinte. Ao analisar a idade mediana, só que por envolvimento religioso nota-se que em 1996 a mediana é inferior a 2006, em qualquer tipo de participação. Na década de 90, somente as jovens que vão à igreja uma ou mais vezes por semana apresentam uma mediana um pouco maior, sendo igual a 20,1 anos. Em todos os outros casos o valor da mediana ficou em torno de 19 anos. Já em 2006, é interessante observar que os maiores valores das medianas foram para as jovens com maior envolvimento religioso (22,8 anos) e para aquelas que nunca participam das atividades religiosas (21,7 anos) (Tabela 16).



**Tabela 16: Idade mediana ao nascimento do primeiro filho das jovens católicas brasileiras, segundo envolvimento religioso. PNDS's 1996 e 2006.**

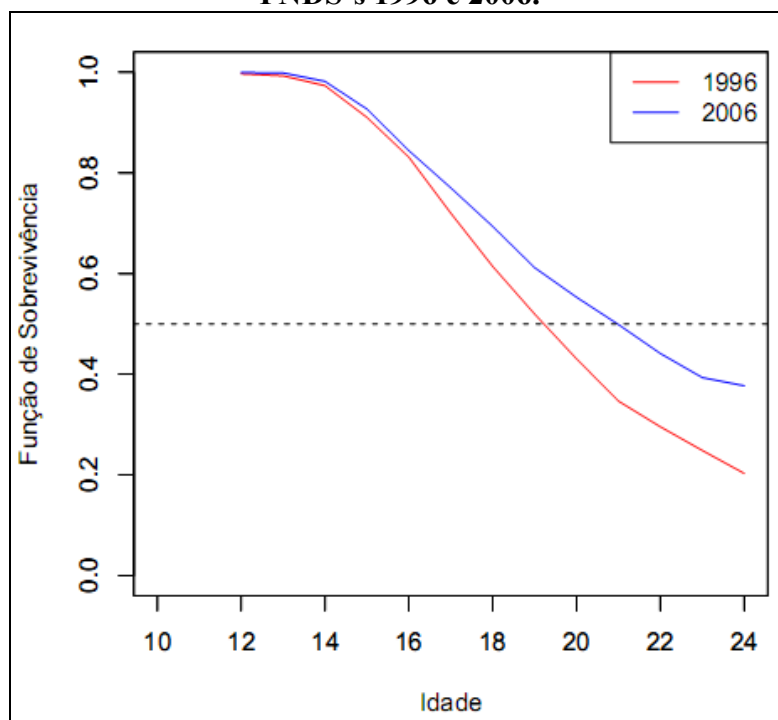
Envolvimento Religioso	Idade mediana ao nascimento do 1º Filho	
	1996	2006
Nunca	19,0	21,7
Menos de 1 vez por mês	19,2	19,5
Menos de 1 vez por semana	19,0	20,2
1 ou mais vezes por semana	20,1	22,8

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das PNDS's 1996 e 2006.

O comportamento reprodutivo das católicas de 15 a 24 anos pode ser observado no Gráfico 9 que mostra as curvas de sobrevivência da idade ao ter o primeiro filho nascido vivo, para os dois anos da pesquisa. Neste gráfico o nível da curva de sobrevivência relativa ao ano de 2006 é superior a 1996, isso sugere que o risco de ter filho é menor para as jovens católicas de 2006. Essa diferença observada entre as curvas é estatisticamente significativa, de acordo com o teste de log-rank (valor- $p < 0,0001$ ).

Este gráfico se diferencia dos gráficos (2 e 5) que também comparam os dois períodos das PNDS's, só que em relação ao comportamento sexual e reprodutivo, pelo fato das católicas da década de 90 ter uma maior probabilidade de ser mãe e nos outros gráficos a probabilidade de não sofrer o evento (primeira relação sexual e primeira união) é maior.

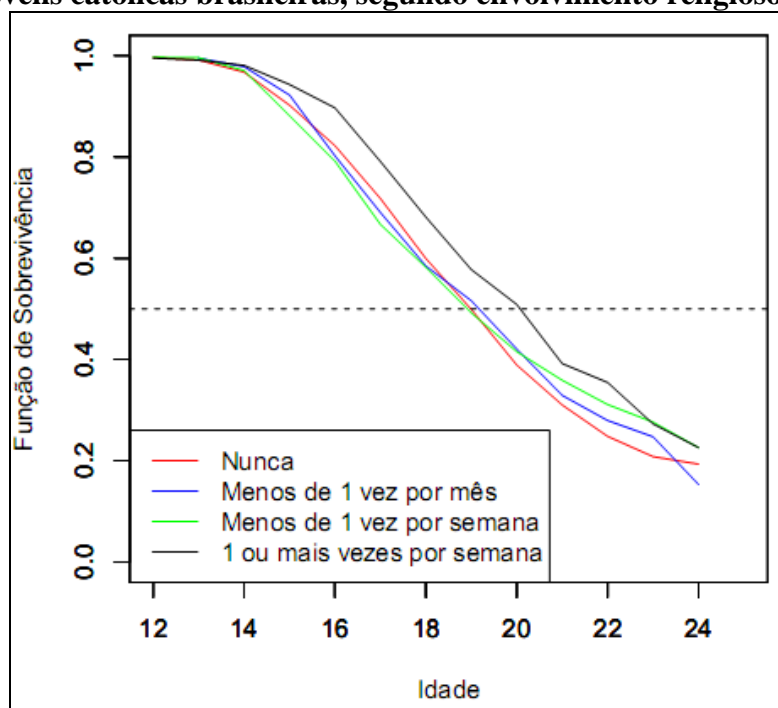
**Gráfico 9: Sobrevivência estimada da idade ao nascimento do primeiro filho das jovens católicas brasileiras, segundo ano de realização da pesquisa. PNDS's 1996 e 2006.**



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das PNDS's 1996 e 2006.

A próxima análise das curvas de sobrevivência sobre o comportamento reprodutivo é estratificada pelo envolvimento religioso das jovens católicas. No Gráfico 10, leva-se em consideração os dados da pesquisa de demografia e saúde de 96, nele percebe-se que a curva de sobrevivência das jovens católicas mais praticantes está em um nível superior das demais e essa curva é a que possui um comportamento que mais se distancia das outras. O teste de significância aponta que as diferenças observadas são significativas (valor- $p=0,0264$ ).

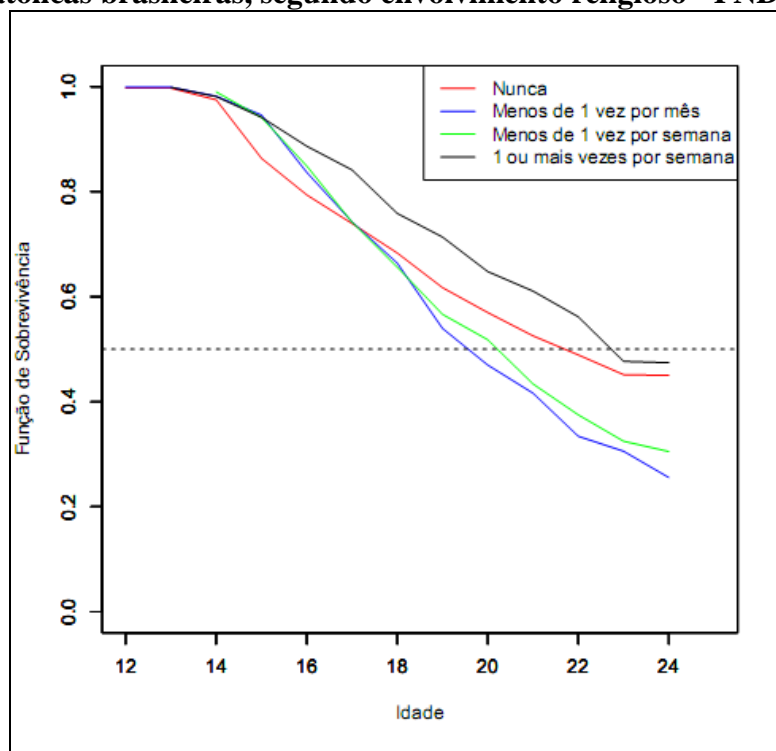
**Gráfico 10: Sobrevivência estimada da idade ao nascimento do primeiro filho das jovens católicas brasileiras, segundo envolvimento religioso - PNDS 1996.**



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das PNDS 1996.

No Gráfico 11 também são apresentadas as curvas de sobrevivência relativas ao nascimento do primeiro filho, mas para a PNDS 2006. Neste gráfico novamente a curva de sobrevivência das católicas com maior envolvimento religioso está acima das demais curvas de sobrevivência. No entanto, o que mais chama atenção neste gráfico é a curva de sobrevivência das jovens que nunca vão à igreja. A partir dos 17 anos, esta curva é a que está mais próxima da curva das católicas mais engajadas e à medida que aumenta a idade a distância entre estas curvas diminuem. Isso sugere que o risco de ter filho é menor entre as católicas mais frequentes e, logo, em seguida entre as católicas que não participam das atividades religiosas. O comportamento distinto dessas curvas é significativo, de acordo com o teste de log-rank (valor- $p = 0,0035$ ).

**Gráfico 11: Sobrevivência estimada da idade ao nascimento do primeiro filho das jovens católicas brasileiras, segundo envolvimento religioso - PNDS 2006.**



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das PNDS 2006.

A partir dos resultados descritivos apresentados neste capítulo, o item a seguir discute os achados encontrados, a fim de facilitar a elaboração dos modelos de sobrevivência para tempo discreto<sup>45</sup>.

### 6.3 Discussões dos resultados descritivos

Ao comparar os dados sobre o comportamento sexual, conjugal e reprodutivo das jovens católicas brasileiras no período estudado, nota-se que cresceu o percentual de jovens iniciadas sexualmente e que são unidas. Por outro lado, diminuiu a proporção das jovens que se tornaram mães pela primeira vez (ver Tabela 9). Em 2006, portanto, o percentual de católicas que tem o primeiro filho é menor, mesmo tendo uma maior porcentagem delas que já tiveram a primeira relação sexual.

Ao analisar essas mesmas informações só que a partir do envolvimento religioso do grupo estudado, verifica-se, por exemplo, na década de 90 que as jovens católicas que nunca vão à igreja são o grupo com maior proporção de não virgens e que são mães pela

<sup>45</sup> Os Anexos D e E apresentam respectivamente a síntese das idades medianas e dos testes de log-rank obtidos para os eventos estudados, segundo as categorias de análise.

primeira vez. Em 2006, por outro lado, essa tendência deixa de ser observada. Esse grupo continua sendo o que apresenta a maior proporção de católicas que passaram pela experiência sexual, porém são as jovens com o segundo menor percentual de casos de ter o primeiro filho nascido vivo (ver Tabela 11).

Uma possível explicação para esse comportamento é o crescimento do uso de método contraceptivo entre as mulheres brasileiras (BEMFAM, 1996 e PNDS, 2006). Em 1996, 73,1% das mulheres em período reprodutivo já fez algum uso de contraceptivo, dez anos depois o percentual chega a 87,2%. Entre as mulheres jovens o crescimento é bem expressivo, há um crescimento percentual de 106,3% e 30,8% para os grupos etários de 15 e 19 anos e 20-24 anos, respectivamente. A proporção de mulheres brasileiras que faz uso de algum método é inferior a proporção de mulheres que já fez algum uso. Para o mesmo período, entre as mulheres mais jovens o percentual atual de utilização passa de 14,7% para 36,7%, na faixa etária de 20 a 24 anos o emprego de algum método era de 43,8%, em 1996 e atinge a 66,1% na década seguinte (Tabela 17).

**Tabela 17: Distribuição percentual de todas as mulheres que usaram alguma vez ou estão usando método anticoncepcional. PNDS's 1996 e 2006.**

Faixa etária	Uso alguma vez			Uso atual		
	1996	2006	Crescimento %	1996	2006	Crescimento %
<b>15-19</b>	27	55,7	106,3	14,7	36,7	149,7
<b>20-24</b>	66,6	87,1	30,8	43,8	66,1	50,9
<b>15-49</b>	73,1	87,2	19,3	55,4	67,8	22,4

Fonte: Relatório de Pesquisa das PNDS's 1996 e 2006.

Por meio das idades medianas é possível conhecer a sequência dos eventos experimentados pelas jovens católicas, para cada envolvimento religioso. Em 1996, independente do envolvimento religioso a ordem dos acontecimentos é a mesma: primeiro ocorre a relação sexual, depois nasce o primeiro filho e por fim a jovem se une. Em 2006, acontece uma inversão da sequência entre ter o primeiro filho e a união. Ou seja, entre as jovens católicas o primeiro evento continua sendo a relação sexual, depois é a constituição da união e por último as jovens se tornam mães. Em 2006, essa ordem dos eventos só não foi observada pelo grupo das católicas que tem maior envolvimento religioso, neste caso a sequência vivida por elas é semelhante às jovens de 96. Isso revela que, normalmente, as católicas de 2006 além de ter menos filhos que em 1996, tem postergado a idade em ter o primeiro filho (Tabela 18). Esses achados ajudam a contribuir a hipótese anterior que o

comportamento reprodutivo distinto entre os dois anos é em grande medida pelo crescimento substantivo de métodos contraceptivos entre as mulheres brasileiras.

**Tabela 18: Sequência dos eventos 1ª Rel. Sexual, 1ª União e 1º Filho, por envolvimento religioso, elaborada a partir das idades medianas – PNDS's 1996 e 2006<sup>46</sup>.**

PNDS	Envolvimento Religioso	Ordem dos eventos e medianas		
		1º	2º	3º
1996	Nunca	Rel. Sexual (17,0)	Filho (19,0)	União (20,0)
	Menos de 1 vez por mês	Rel. Sexual (17,4)	Filho (19,2)	União (20,8)
	Menos de 1 vez por semana	Rel. Sexual (18,4)	Filho (19,0)	União (22,3)
	1 ou mais vezes por semana	Rel. Sexual (19,3)	Filho (20,1)	União (22)
	Total	Rel. Sexual (17,9)	Filho (19,2)	União (21,5)
		Nunca	Rel. Sexual (15,7)	União (20,0)
2006	Menos de 1 vez por mês	Rel. Sexual (16,0)	União (18,5)	Filho (19,5)
	Menos de 1 vez por semana	Rel. Sexual (17,0)	União (19,8)	Filho (20,2)
	1 ou mais vezes por semana	Rel. Sexual (16,8)	Filho (22,8)	União (23)
	Total	Rel. Sexual (16,5)	União (20,0)	Filho (21,0)

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das PNDS's 1996 e 2006.

De forma geral, os dados sobre as idades medianas revelam que as jovens católicas com maior envolvimento religioso experimentam cada um dos eventos um pouco mais tarde que as outras católicas, sendo que isso acontece nos dois períodos estudados. Em relação, as curvas de sobrevivência também são as católicas com maior participação religiosa que sobrevive por mais tempo a cada acontecimento. No entanto, apenas com os resultados descritivos não é possível concluir que o diferencial de comportamento apresentado pelas católicas mais praticantes é estatisticamente significativo. Além disso, os resultados descritivos não controlam por outras variáveis que também afetam na chance de experimentar a primeira relação sexual, união e nascimento. Nos resultados do próximo

<sup>46</sup> A sequência dos eventos obtidas nesta tabela trata-se da sequência que prevaleceu em metade do grupo. Ou seja, se trata de uma medida agregada e não da sequência experimentada por cada mulher.

capítulo será analisado tanto se existe diferença comprovada estatisticamente no comportamento das jovens católicas por envolvimento religioso, quanto será investigada as outras variáveis de controle do estudo.

## 7. RESULTADOS DOS MODELOS DE SOBREVIDA PARA TEMPO DISCRETO

Nessa seção são apresentados os modelos de sobrevivida para tempo discreto, estimados a partir da regressão logística. Por meio destes modelos procura-se cumprir os seguintes objetivos do trabalho:

- (1) Estimar a probabilidade de ocorrência de cada evento para cada idade;
- (2) Estimar os diferenciais da chance de experimentar cada evento por envolvimento religioso e investigar se estas associações modificaram entre 1996 e 2006.

Na busca do melhor modelo ajustado foram realizados testes para avaliação da qualidade dos ajustes. Posteriormente são mostrados os coeficientes relativos ao melhor modelo. Uma observação importante quanto aos resultados é que a escolha do melhor modelo desconsiderou o desenho amostral, uma vez que os testes estatísticos para avaliação da qualidade do modelo são baseados no método da máxima verossimilhança, enquanto modelos que incorporam o desenho amostral utilizam o método da pseudo-verossimilhança (SILVA et al, 2002).

Já a parte referente aos coeficientes do modelo final é controlada pelo plano amostral das PNDS's.

### 7.1 Primeira Relação Sexual

A realização dos ajustes é o primeiro passo para a escolha do modelo final de sobrevivida para tempo discreto da primeira relação sexual das jovens católicas brasileiras. Em 1996 são elaborados três modelos para analisar qual deles se ajusta melhor aos dados. O Modelo A é formado somente pelo período; o Modelo B é composto pelas variáveis que apresentaram significância estatística no teste log-rank (envolvimento religioso, escolaridade, regiões brasileiras, CCEB), o Modelo C é o modelo completo, ou seja, constituído pelas variáveis do modelo anterior, além da situação do domicílio e raça/cor.

Por meio do teste da razão de máxima verossimilhanças, o melhor modelo é o C. Isso mostra que a inclusão das variáveis raça/cor e situação do domicílio melhora o ajuste do modelo e apesar da variável raça/cor não ser estatisticamente significativa contribui para o poder explicativo geral do modelo (Tabela 19).

Em 2006, os ajustes dos modelos seguem um padrão semelhante ao anterior. Ou seja, tem um modelo apenas com os períodos (Modelo D) e os demais incluem as variáveis controle. O Modelo E é formado somente pelas variáveis que o teste log-rank mostrou

significância (ver Anexo E), sendo, portanto, excluídas os dados sobre raça/cor e situação do domicílio do grupo estudado e o Modelo F é o modelo completo. Por meio do teste da razão de verossimilhança verifica-se que o melhor modelo é o que possui todas as variáveis explicativas do estudo, isto é, o Modelo F.

**Tabela 19: Testes dos ajustes dos modelos da primeira relação sexual entre as jovens católicas brasileiras –PNDS's 1996 e 2006**

Teste	1996			2006		
	Modelo A	Modelo B	Modelo C	Modelo D	Modelo E	Modelo F
<b>n</b>	24.054	24.054	24.054	19.324	19.324	19.324
<b>Razão de Verossimilhança</b>	-5598,26	-5418,34	-5402,8	-5620,58	-5406,54	-5401,6
<b>Razão de Verossimilhança com o modelo anterior(p-valor)</b>	-	0	0	-	0	0

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das PNDS's 1996 e 2006.

A Tabela 20 apresenta o logit do risco à primeira relação sexual. Os modelos com os períodos (Modelo A e D) permitem analisar se o risco da jovem católica ter a primeira relação sexual aumenta, diminui ou se mantém constante no tempo. Como os coeficientes relativos a cada período de tempo são de difícil interpretação, pois representam o valor do logit do risco em cada período de tempo, transforma-se esta estimativa na probabilidade de ocorrência do evento. No caso dos Modelos C e F que incluem as variáveis explicativas deve-se interpretar a chance associada a cada evento. A seguir são feitas tais interpretações.



**Tabela 20: Logit do risco à primeira relação sexual  
entre as jovens católicas brasileiras - PNDS's 1996 e 2006.**

Variável	Coeficiente e Desvio Padrão			
	1996		2006	
	Modelo A	Modelo C	Modelo D	Modelo F
<b>Período</b>				
D11	-5,82*** (0,33)	-5,50*** (0,35)	-5,65*** (0,52)	-4,83*** (0,56)
D12	-4,46*** (0,17)	-4,14*** (0,2)	-3,60*** (0,27)	-2,77*** (0,39)
D13	-3,58*** (0,12)	-3,24*** (0,15)	-3,13*** (0,15)	-2,27*** (0,27)
D14	-2,57*** (0,08)	-2,22*** (0,11)	-2,25*** (0,11)	-1,34*** (0,25)
D15	-2,23*** (0,07)	-1,85*** (0,11)	-1,53*** (0,09)	-0,55* (0,24)
D16	-1,99*** (0,07)	-1,57*** (0,11)	-1,44*** (0,12)	-0,39 (0,25)
D17	-1,63*** (0,07)	-1,15*** (0,11)	-1,09*** (0,12)	0,04 (0,26)
D18	-1,59*** (0,09)	-1,09*** (0,12)	-0,86*** (0,14)	0,36 (0,27)
D19	-1,77*** (0,11)	-1,23*** (0,14)	-1,06*** (0,18)	0,19 (0,3)
D20	-1,66*** (0,13)	-1,07*** (0,16)	-1,63*** (0,24)	-0,38 (0,33)
D21	-2,19*** (0,19)	-1,61*** (0,21)	-1,16*** (0,35)	0,12 (0,43)
D22	-1,79*** (0,21)	-1,19*** (0,23)	-1,35** (0,45)	-0,1 (0,48)
D23	-2,53*** (0,37)	-1,90*** (0,38)	-1,72' (1,01)	-0,33 (1,05)
D24	-14,55*** (0,16)	-13,94*** (0,22)	-2,97** (1,07)	-1,71 (1,12)
<b>Envolvimento religioso</b>				
<b>Nunca</b>				
- 1 vz/mês		-0,27** (0,09)		-0,15 (0,14)
- 1 vz/semana		-0,50*** (0,08)		-0,47** (0,15)
1 ou + vzs/semana		-0,70*** (0,08)		-0,54*** (0,14)
<b>Escolaridade</b>				
<b>0-4 anos</b>				
5-8 anos		-0,17* (0,07)		-0,49** (0,17)
≥ 9 anos		-0,89*** (0,09)		-1,09*** (0,18)
<b>CCEB</b>				
<b>E</b>				
D		-0,35*** (0,08)		-0,28' (0,16)
C		-0,36*** (0,09)		-0,47** (0,17)
AB		-0,40** (0,12)		-0,74*** (0,2)
<b>Região</b>				
<b>Nordeste</b>				
Norte		0,48*** (0,09)		0,59*** (0,11)
Centro-Oeste		0,47*** (0,1)		0,48*** (0,12)
Sudeste		0,31*** (0,07)		0,43** (0,14)
Sul		0,54*** (0,09)		0,63*** (0,13)
<b>Situação do domicílio</b>				
<b>Rural</b>				
Urbano		0,40*** (0,08)		0,35** (0,11)
<b>Raça/Cor</b>				
<b>Negra</b>				
Branca		-0,02 (0,07)		-0,18' (0,1)
Outra		-0,54 (0,46)		-0,29 (0,22)

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das PNDS's 1996 e 2006.

\*\*\* p <0,001; \*\* p <0,01; \* p <0,05; ' p <0,1.

Resultados da Tabela 21, de forma geral, mostram que o risco das jovens católicas brasileiras experimentarem a primeira relação sexual em 1996 era bem pequeno dos 11 aos 13 anos, a partir dos 14 anos o risco começa a crescer e dos 17 aos 20 anos é a faixa etária de maior risco. A partir dos 20 anos, o risco tende a diminuir novamente. Em 2006, a tendência é bem parecida, a probabilidade de ter a primeira relação sexual é menor nas idades mais precoces, entre os 17 e 22 anos observa-se os riscos mais elevados. É interessante notar que as idades com os maiores riscos de sofrer o evento quase não modificaram nos dois períodos, no entanto a probabilidade de ocorrência aumentou bastante durante a década. Por exemplo, em ambos os anos a maior probabilidade de ocorrência da primeira relação sexual foi aos 18 anos, em 1996 o risco foi igual a 0,17 e em 2006 chegou a 0,29.

**Tabela21: Função Chance e Função Probabilidade de Risco à primeira relação sexual entre as jovens católicas brasileiras, segundo cada período – PNDS's 1996 e 2006.**

Período	Modelo A (1996)		Modelo D (2006)	
	Coefficiente	Probabilidade ou Risco	Coefficiente	Probabilidade ou Risco
<b>D11</b>	-5,82	0	-5,65	0
<b>D12</b>	-4,46	0,01	-3,6	0,03
<b>D13</b>	-3,58	0,03	-3,13	0,04
<b>D14</b>	-2,57	0,07	-2,25	0,09
<b>D15</b>	-2,23	0,1	-1,53	0,18
<b>D16</b>	-1,99	0,12	-1,44	0,19
<b>D17</b>	-1,63	0,16	-1,09	0,25
<b>D18</b>	-1,59	0,17	-0,86	0,29
<b>D19</b>	-1,77	0,16	-1,06	0,26
<b>D20</b>	-1,66	0,16	-1,63	0,16
<b>D21</b>	-2,19	0,1	-1,16	0,24
<b>D22</b>	-1,79	0,14	-1,35	0,21
<b>D23</b>	-2,53	0,07	-1,72	0,15
<b>D24</b>	-14,55	0	-2,97	0,05

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das PNDS's 1996 e 2006.

A análise do Modelo C (PNDS 1996), apresentado na Tabela 22, indica que as jovens católicas que frequentam a igreja menos de uma vez por mês, menos de uma vez por semana ou uma ou mais vezes por semana apresentam uma chance menor de ter a primeira relação sexual do que aquelas que nunca frequentam. Por exemplo, verifica-se que para qualquer idade e controlando pelas demais variáveis consideradas no modelo, as católicas que vão à missa uma ou mais vezes por semana apresentam uma diminuição de

50% na chance de experimentar a primeira relação sexual, comparado aquelas que nunca vão à igreja (Tabela 22).

Quanto às demais variáveis controle verificam-se os seguintes resultados: as jovens católicas com maior escolaridade apresentaram uma redução na chance de experimentar a primeira relação sexual, quando comparado às aquelas de 0-4 anos de estudo. É interessante perceber que entre as jovens mais escolarizadas, a chance de iniciar-se sexualmente é 0,41 a chance de se observar o evento entre aquelas com menor escolaridade. Ou seja, a chance é bem inferior.

No que tange as classes econômicas das jovens católicas, há uma diminuição da chance de experimentar a primeira relação sexual quando se compara às mulheres das classes AB, C ou D com a classe E.

Ao analisar a região do país que a jovem reside nota-se que as católicas do Nordeste brasileiro apresentam a menor chance de experimentar este evento, em relação às demais regiões de moradia. Por fim, as católicas que residem em domicílio urbano apresentam um aumento de 48% na chance de ter a primeira relação sexual, comparado aquelas que residem em área rural (Tabela 22).

Já em relação aos resultados das variáveis explicativas do Modelo F (PNDS 2006) apresentado na Tabela 22, observa-se que as jovens católicas que frequentam a igreja menos de uma vez por semana ou uma ou mais de uma vez por semana possuem uma chance menor de experimentar a primeira relação sexual, ao comparar com as católicas que nunca participam das atividades religiosas. Por outro lado, o coeficiente relativo aos dados das jovens católicas que vão menos de uma vez por mês a igreja não foi significativo.

De forma geral, o comportamento das demais variáveis do modelo é semelhante ao observado para a década anterior. Apenas em relação a variável raça/cor que o resultado entre os dois períodos se distingue. Em 2006, esta variável passa a apresentar um resultado significativo, indicando que, para qualquer que seja o período considerado, as jovens católicas que se autodeclararam brancas experimentam uma redução de 16% na chance de ter a primeira relação sexual quando comparada às negras (Tabela 22).

**Tabela 22: Função Chance à primeira relação sexual entre as jovens católicas brasileiras, segundo as variáveis explicativas – PNDS's 1996 e 2006.**

Variável	Modelo C (1996)		Modelo F (2006)	
	Coefficiente	Odds	Coefficiente	Odds
<b>Envolvimento religioso</b>				
<b>Nunca</b>				
– 1 vz/mês	-0,27	0,76	-0,15	0,87
– 1 vz/semana	-0,5	0,6	-0,47	0,63
1 ou + vzs/semana	-0,7	0,5	-0,54	0,58
<b>Escolaridade</b>				
<b>0-4 anos</b>				
5-8 anos	-0,17	0,84	-0,49	0,61
≥ 9 anos	-0,89	0,41	-1,09	0,34
<b>CCEB</b>				
<b>E</b>				
D	-0,35	0,7	-0,28	0,75
C	-0,36	0,7	-0,47	0,62
AB	-0,4	0,67	-0,74	0,47
<b>Região</b>				
<b>Nordeste</b>				
Norte	0,48	1,62	0,59	1,8
Centro-Oeste	0,47	1,61	0,48	1,63
Sudeste	0,31	1,36	0,43	1,54
Sul	0,54	1,72	0,63	1,88
<b>Situação do domicílio</b>				
<b>Rural</b>				
Urbano	0,4	1,48	0,35	1,42
<b>Raça/Cor</b>				
<b>Negra</b>				
Branca	-0,02	0,98	-0,18	0,84
Outra	-0,54	0,58	-0,29	0,75

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das PNDS's 1996 e 2006.

## 7.2 Primeira União

A Tabela 23 apresenta os testes dos ajustes dos modelos para a primeira união. Ela possui a mesma estrutura da Tabela 19 que contém os testes estatísticos da primeira relação sexual. Para 1996, foram ajustados três modelos: o Modelo A.2 é formado pelos períodos e os outros modelos incluem as variáveis explicativas. Faz parte do Modelo B.2 apenas as variáveis que no teste log-rank se mostraram significantes, sendo, portanto, excluída a variável que representava as regiões brasileiras (ver Anexo E). O Modelo C.2 é o modelo completo. Ao comparar os modelos B.2 e C.2 por meio do teste da razão de

verossimilhanças conclui-se que o modelo que melhor se ajusta aos dados é o modelo completo.

Em 2006, os ajustes dos modelos iniciam-se com o modelo formado somente pelos períodos (Modelo D.2), logo depois é elaborado o modelo composto por todas as variáveis (Modelo E.2), pois no teste log-rank todas as variáveis controle apresentaram resultados significativos.

**Tabela 23: Testes dos ajustes dos modelos da primeira união entre as jovens católicas brasileiras – PNDS's 1996 e 2006.**

Teste	1996			2006	
	Modelo A.2	Modelo B.2	Modelo C.2	Modelo D.2	Modelo E.2
<b>n</b>	23.506	23.506	23.506	20.654	20.654
<b>Razão de Verossimilhança</b>	-4248,09	-4053,34	-4044,27	-4338,4	-4074,64
<b>Razão de Verossimilhança com o modelo anterior (p-valor)</b>	-	0	0	-	0

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das PNDS's 1996 e 2006.

Após a escolha do modelo final são apresentados o logit do risco à primeira união entre as jovens católicas brasileiras para cada ano (Tabela 24). Como os coeficientes são de difícil interpretação, por meio desta tabela é possível analisar quais as variáveis são estatisticamente significativas e qual o sentido da associação entre elas.

**Tabela 24: Logit do risco à primeira união entre as jovens católicas brasileiras - PNDS's 1996 e 2006.**

Variável	Coeficiente e Desvio Padrão			
	1996		2006	
	Modelo A.2	Modelo C.2	Modelo D.2	Modelo E.2
<b>Período</b>				
D12	-5,34*** (0,25)	-4,61*** (0,27)	-5,45*** (0,47)	-4,42*** (0,52)
D13	-4,57*** (0,19)	-3,84*** (0,21)	-3,89*** (0,23)	-2,85*** (0,32)
D14	-3,46*** (0,11)	-2,71*** (0,14)	-3,19*** (0,16)	-2,12*** (0,28)
D15	-3,23*** (0,1)	-2,47*** (0,14)	-2,79*** (0,14)	-1,68*** (0,25)
D16	-2,59*** (0,08)	-1,79*** (0,12)	-2,48*** (0,13)	-1,29*** (0,25)
D17	-2,45*** (0,09)	-1,59*** (0,13)	-2,09*** (0,12)	-0,80*** (0,24)
D18	-2,43*** (0,01)	-1,55*** (0,14)	-2,00*** (0,14)	-0,60** (0,23)
D19	-2,20*** (0,1)	-1,28*** (0,14)	-2,31*** (0,15)	-0,69** (0,25)
D20	-2,14*** (0,12)	-1,19*** (0,16)	-2,02*** (0,18)	-0,49' (0,28)
D21	-2,13*** (0,15)	-1,14*** (0,18)	-2,06*** (0,22)	-0,46 (0,3)
D22	-2,32*** (0,2)	-1,32*** (0,23)	-2,34*** (0,32)	-0,73' (0,4)
D23	-2,77*** (0,33)	-1,79*** (0,35)	-1,87*** (0,35)	-0,32 (0,41)
D24	-2,74*** (0,51)	-1,76*** (0,52)	-2,09*** (0,49)	-0,44 (0,56)
<b>Envolvimento religioso</b>				
<b>Nunca</b>				
- 1 vz/mês		-0,21' (0,11)		0,07 (0,15)
- 1 vz/semana		-0,38*** (0,09)		-0,14 (0,17)
1 ou + vzs/semana		-0,55*** (0,09)		-0,55*** (0,15)
<b>Escolaridade</b>				
<b>0-4 anos</b>				
5-8 anos		-0,22** (0,08)		-0,26' (0,16)
≥ 9 anos		-1,19*** (0,11)		-1,15*** (0,16)
<b>CCEB</b>				
<b>E</b>				
D		-0,45*** (0,09)		0,01 (0,15)
C		-0,49*** (0,11)		-0,28' (0,17)
AB		-0,96*** (0,18)		-0,84*** (0,22)
<b>Região</b>				
<b>Nordeste</b>				
Norte		0,07 (0,11)		0,31* (0,12)
Centro-Oeste		0,37** (0,12)		0,42** (0,13)
Sudeste		0,11 (0,09)		-0,15 (0,16)
Sul		0,36** (0,12)		0,45** (0,15)
<b>Situação do domicílio</b>				
<b>Rural</b>				
Urbano		0,18* (0,09)		-0,09 (0,12)
<b>Raça/Cor</b>				
<b>Negra</b>				
Branca		-0,051 (0,08)		-0,28* (0,12)
Outra		-1,53' (0,78)		-0,32 (0,24)

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da PNDS 1996 e 2006.

\*\*\* p < 0,001; \*\* p < 0,01; \* p < 0,05; ' p < 0,1.

Por meio das informações contidas no Modelo A.2 (Tabela 24) e dos resultados da função risco apresentada na Tabela 25, é possível concluir que a probabilidade de ocorrência da primeira união entre as jovens católicas brasileiras na década de 90 é menor entre os 12 e 15 anos, o risco começa a aumentar dos 16 aos 18 anos e nas idades de 19 e 21 anos encontram-se as probabilidades mais elevadas das jovens se unirem pela primeira vez. Nos anos 2000, os riscos mais altos de sofrer o evento estão entre os 17 e 24 anos. Ao comparar a probabilidade de ocorrência da primeira união no grupo pesquisado observa-se que ela varia muito pouco ao longo da década.

**Tabela 25: Função Chance e Função Probabilidade de Risco à primeira união entre as jovens católicas brasileira, segundo cada período – PNDS's 1996 e 2006.**

Período	Modelo A.2 (1996)		Modelo D.2 (2006)	
	Coefficiente	Probabilidade ou Risco	Coefficiente	Probabilidade ou Risco
<b>D12</b>	-5,34	0	-5,45	0
<b>D13</b>	-4,57	0,01	-3,89	0,02
<b>D14</b>	-3,46	0,03	-3,19	0,04
<b>D15</b>	-3,23	0,04	-2,79	0,06
<b>D16</b>	-2,59	0,07	-2,48	0,08
<b>D17</b>	-2,45	0,08	-2,09	0,11
<b>D18</b>	-2,43	0,08	-2	0,12
<b>D19</b>	-2,2	0,1	-2,31	0,11
<b>D20</b>	-2,14	0,11	-2,02	0,12
<b>D21</b>	-2,13	0,11	-2,06	0,11
<b>D22</b>	-2,32	0,09	-2,34	0,09
<b>D23</b>	-2,77	0,06	-1,87	0,13
<b>D24</b>	-2,74	0,06	-2,09	0,11

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das PNDS's 1996 e 2006.

Por meio dos resultados apresentados na Tabela 26 verifica-se que em 1996 as jovens católicas que vão à igreja menos de uma vez por mês, menos de uma vez por semana ou uma ou mais vezes por semana apresentam uma chance menor de se unir pela primeira vez do que aquelas que nunca frequentam (Modelo C.2). Na década seguinte, somente as católicas com maior envolvimento religioso é que apresentam um resultado significativo. Neste caso, observa-se a mesma relação da década passada (Modelo F.2).

No que se referem as demais variáveis explicativas observam-se as seguintes relações: para os dois anos pesquisados há uma redução na chance de se constituir à primeira união à medida que o nível de escolaridade da jovem católica aumenta.

As católicas da classe E apresentam uma chance mais elevada de constituir a primeira união ao comparar com as católicas das outras classes (AB, C ou D). Esse resultado é observado para ambos os anos, no entanto em 2006 o resultado relativo a classe D não foi significativo.

As funções chance para as regiões de residência mostram que em 1996 as jovens católicas que vivem no Sul ou Centro-Oeste brasileiro apresentam um aumento na chance de constituir a primeira união comparada àquelas que vivem no Nordeste. Em 2006, além das jovens do Sul e Centro-Oeste, as católicas residentes no Norte do país também têm uma chance maior de experimentarem o evento do que as nordestinas.

Em 1996, a residência urbana é associada a uma chance mais elevada de constituição da primeira união, se comparado à residência rural. Para 2006, a relação inversa não apresentou resultado significativo.

No que diz respeito à raça/cor, as jovens católicas brancas experimentam uma redução na chance de se unir pela primeira vez comparado as negras em 2006, mas não em 1996.



**Tabela 26: Função Chance à primeira união entre as jovens católicas brasileiras, segundo variável explicativa – PNDS's 1996 e 2006.**

Variável	Modelo C.2 (1996)		Modelo E.2 (2006)	
	Coefficiente	Odds	Coefficiente	Odds
<b>Envolvimento religioso</b>				
<b>Nunca</b>				
- 1 vz/mês	-0,21	0,86	0,07	1,07
- 1 vz/semana	-0,38	0,63	-0,14	0,87
1 ou + vzs/semana	-0,55	0,58	-0,55	0,58
<b>Escolaridade</b>				
<b>0-4 anos</b>				
5-8 anos	-0,22	0,61	-0,26	0,77
≥ 9 anos	-1,19	0,34	-1,15	0,32
<b>CCEB</b>				
<b>E</b>				
D	-0,45	0,75	0,01	1,01
C	-0,49	0,62	-0,28	0,76
AB	-0,96	0,47	-0,84	0,43
<b>Região</b>				
<b>Nordeste</b>				
Norte	0,07	1,8	0,31	1,36
Centro-Oeste	0,37	1,63	0,42	1,52
Sudeste	0,11	1,54	-0,15	0,86
Sul	0,36	1,88	0,45	1,56
<b>Situação do domicílio</b>				
<b>Rural</b>				
Urbano	0,18	1,42	-0,09	0,92
<b>Raça/Cor</b>				
<b>Negra</b>				
Branca	-0,05	0,84	-0,28	0,76
Outra	-1,53	0,74	-0,32	0,73

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das PNDS's 1996 e 2006.

### 7.3 Nascimento do Primeiro Filho

Os resultados dos ajustes dos modelos do nascimento do primeiro filho estão contidos na Tabela 27. Para os dois períodos pesquisados o ajuste começou com os modelos que contém os períodos (Modelo A.3 e C.3). Logo depois, são elaborados os modelos completos (Modelo B.3 e D.3), uma vez que no teste log-rank todas as variáveis controle foram significativas (ver Anexo E).

**Tabela 27: Testes dos ajustes dos modelos do nascimento do primeiro filho entre as jovens católicas brasileiras – PNDS's 1996 e 2006**

Teste	1996		2006	
	Modelo A.3	Modelo B.3	Modelo C.3	Modelo D.3
<b>n</b>	11.418	11.418	13.911	13.911
<b>Razão de Verossimilhança</b>	-3178,73	-3020,47	-3286,89	-3060,79
<b>Razão de Verossimilhança com o modelo anterior (p-valor)</b>	-	0	-	0

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das PNDS's 1996 e 2006.

Depois da realização dos ajustes dos modelos são apresentados o logit do risco ao nascimento do primeiro filho entre as jovens católicas brasileiras para os anos pesquisados, como pode ser visto na Tabela 28. A interpretação da modelagem é realizada na sequência.

**Tabela 28: Logit do risco ao nascimento do primeiro filho entre as jovens católicas brasileiras – PNDS's 1996 e 2006.**

Variável	Coeficiente e Desvio Padrão			
	1996		2006	
	Modelo A.3	Modelo B.3	Modelo C.3	Modelo D.3
<b>Período</b>				
D13	-5,54*** (0,31)	-4,79*** (0,32)	-7,45*** (0,69)	-6,14*** (0,74)
D14	-3,90*** (0,2)	-3,14*** (0,23)	-4,06*** (0,25)	-2,73*** (0,37)
D15	-2,68*** (0,11)	-1,89*** (0,14)	-2,82*** (0,2)	-1,45*** (0,38)
D16	-2,35*** (0,1)	-1,54*** (0,14)	-2,33*** (0,14)	-0,86** (0,29)
D17	-1,87*** (0,09)	-1,01*** (0,13)	-2,34*** (0,13)	0,77** (0,29)
D18	-1,76*** (0,09)	-0,85*** (0,14)	-2,20*** (0,15)	-0,53' (0,3)
D19	-1,70*** (0,11)	-0,74*** (0,14)	-2,01*** (0,17)	-0,24 (0,3)
D20	-1,58*** (0,12)	-0,55*** (0,16)	-2,24*** (0,18)	-0,44 (0,33)
D21	-1,42*** (0,14)	-0,34' (0,18)	-2,22*** (0,21)	-0,33 (0,35)
D22	-1,76*** (0,2)	-0,66** (0,23)	-2,04*** (0,27)	-0,03 (0,38)
D23	-1,67*** (0,26)	-0,50' (0,29)	-2,11*** (0,44)	-0,05 (0,51)
D24	-1,49*** (0,34)	-0,35 (0,39)	-3,14*** (0,69)	-0,97 (0,74)
<b>Envolvimento religioso</b>				
<b>Nunca</b>				
- 1 vz/mês		-0,12 (0,12)		0,00 (0,17)
- 1 vz/semana		-0,19' (0,1)		0,03 (0,2)
1 ou + vzs/semana		-0,39*** (0,1)		-0,29 (0,19)
<b>Escolaridade</b>				
<b>0-4 anos</b>				
5-8 anos		-0,16' (0,09)		-0,66*** (0,18)
≥ 9 anos		-1,01*** (0,14)		-1,36*** (0,19)
<b>CCEB</b>				
<b>E</b>				
D		-0,42*** (0,1)		-0,18 (0,18)
C		-0,37** (0,13)		-0,54* (0,21)
AB		-1,05*** (0,2)		-1,40*** (0,27)
<b>Região</b>				
<b>Nordeste</b>				
Norte		0,11 (0,11)		0,1 (0,14)
Centro-Oeste		0,23' (0,13)		0,25 (0,16)
Sudeste		0,03 (0,1)		-0,23 (0,21)
Sul		0,08 (0,13)		0,19 (0,19)
<b>Situação do domicílio</b>				
<b>Rural</b>				
Urbano		-0,08 (0,1)		0,12 (0,13)
<b>Raça/Cor</b>				
<b>Negra</b>				
Branca		-0,13 (0,09)		-0,48*** (0,14)
Outra		0,3 (0,59)		-0,12 (0,3)

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das PNDS's 1996 e 2006.

\*\*\* p < 0,001; \*\* p < 0,01; \* p < 0,05; ' p < 0,1.

A Tabela 29 mostra que o risco das jovens católicas serem mães pela primeira vez varia ao longo das idades e dos anos pesquisados. Na década de 90, a medida que as jovens ficam mais velhas aumenta a probabilidade de ocorrência do nascimento do primeiro filho. Sendo que os maiores riscos das jovens experimentarem o evento ocorrem a partir dos 20 anos. Em 2006, a probabilidade das jovens católicas serem mães é bem menor em todas as idades, quando comparado à década passada. Neste período os maiores riscos encontram-se entre os 18 e 23 anos (Tabela 29).

**Tabela 29: Função Chance e Função Probabilidade de Risco ao nascimento do primeiro filho entre as jovens católicas brasileiras, segundo cada período – PNDS's 1996 e 2006.**

Período	Modelo A.3 (1996)		Modelo C.3 (2006)	
	Coefficiente	Probabilidade ou Risco	Coefficiente	Probabilidade ou Risco
D13	-5,54	0	-7,45	0
D14	-3,9	0,02	-4,06	0,02
D15	-2,68	0,06	-2,82	0,06
D16	-2,35	0,09	-2,33	0,09
D17	-1,87	0,13	-2,34	0,09
D18	-1,76	0,15	-2,2	0,1
D19	-1,7	0,15	-2,01	0,12
D20	-1,58	0,17	-2,24	0,1
D21	-1,42	0,19	-2,22	0,1
D22	-1,76	0,16	-2,04	0,12
D23	-1,67	0,16	-2,11	0,11
D24	-1,49	0,18	-3,14	0,04

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das PNDS's 1996 e 2006.

Os resultados relativos à chance das jovens católicas serem mães pela primeira vez estão contidos na Tabela 30. Em 1996, nota-se que as católicas que são engajadas menos de uma vez por semana ou mais de uma vez por semana apresentam uma redução na chance de ter o nascimento do primeiro filho se comparado àquelas que nunca vão à igreja. Em 2006, nenhum dos resultados são estatisticamente significativos.

Para os dois períodos, a escolaridade da jovem afeta a chance dela experimentar o evento. As católicas com cinco ou mais anos de estudos apresentam uma redução na chance de serem mães pela primeira vez, comparado aquelas com zero a quatro anos de estudo.

A classe econômica é outra variável que influencia o comportamento reprodutivo. As católicas mais pobres (Classe E) apresentam uma maior chance de ter o primeiro filho nascido vivo, do que as católicas das classes AB, C e D. Em 1996, tais associações são significativas para todas as classes, já em 2006 somente a categoria referente a classe D não é estatisticamente significativa.

A região de residência e a situação do domicílio não estão associadas à chance de a jovem católica ser mãe pela primeira vez, para qualquer que seja a idade considerada.

Já os resultados sobre a raça/cor são significativos em 2006. As jovens católicas que se autodeclararam brancas possuem uma chance menor de serem mães pela primeira vez comparada as negras.

**Tabela 30: Função Chance ao nascimento do primeiro filho entre as jovens católicas brasileiras, segundo variável explicativa –PNDS's 1996 e 2006.**

Variável	Modelo B.3 (1996)		Modelo D.3 (2006)	
	Coefficiente	Odds	Coefficiente	Odds
<b>Envolvimento religioso</b>				
<b>Nunca</b>				
– 1 vz/mês	-12	0,88	0	1,02
– 1 vz/semana	-0,19	0,82	0,03	1,03
1 ou + vzs/semana	-0,39	0,68	-0,29	0,75
<b>Escolaridade</b>				
<b>0-4 anos</b>				
5-8 anos	-16	0,85	-0,66	0,52
≥ 9 anos	-1,01	0,36	-1,36	0,26
<b>CCEB</b>				
<b>E</b>				
D	-0,42	0,65	-0,18	0,83
C	-0,37	0,69	-0,54	0,58
AB	-1,05	0,35	-1,4	0,25
<b>Região</b>				
<b>Nordeste</b>				
Norte	0,11	1,11	0,1	1,11
Centro-Oeste	0,23	1,26	0,25	1,29
Sudeste	0,03	1,03	-0,23	0,8
Sul	0,08	1,08	0,19	1,21
<b>Situação do domicílio</b>				
<b>Rural</b>				
Urbano	-0,08	0,92	0,12	1,13
<b>Raça/Cor</b>				
<b>Negra</b>				
Branca	-0,13	0,87	-0,48	0,62
Outra	0,3	1,36	-0,12	0,89

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados dasPNDS's 1996 e 2006.

#### 7.4 Discussões dos resultados dos modelos

A análise de sobrevivência para tempo discreto, estimado a partir da regressão logística realizada neste capítulo mostra que as chances das jovens católicas experimentarem a primeira relação sexual, a constituição da primeira união e o nascimento do primeiro filho diferem significativamente por envolvimento religioso no Brasil, em 1996. Na década seguinte, a diferenciação do comportamento sexual e conjugal, por envolvimento religioso também é observada. No entanto, a distinção do comportamento reprodutivo entre as jovens católicas não é verificada quando se controla por essa variável.

Ao comparar os diferenciais da chance de experimentar cada evento por envolvimento religioso entre 1996 e 2006 verifica-se a inexistência de diferenças estatisticamente significativas entre os anos. Em outras palavras significa dizer que a chance de experimentar a primeira relação sexual, a primeira união e o nascimento do primeiro filho entre as jovens católicas com o mesmo envolvimento religioso em 1996 e 2006 são iguais nos dois períodos (Tabela 31).

**Tabela 31: Resultados do Teste t**

Envolvimento Religioso	Primeira Rel. Sexual			Primeira União			Primeiro Filho		
	t <sub>0</sub>	t <sub>c</sub>	Resultado	t <sub>0</sub>	t <sub>c</sub>	Resultado	t <sub>0</sub>	t <sub>c</sub>	Resultado
- 1 vz/mês	0,72	+/-1,96	Não rejeita a H0	1,51	+/-1,96	Não rejeita a H0	0,58	+/-1,96	Não rejeita a
- 1 vz/semana	0,18	+/-1,96	Não rejeita a H0	1,25	+/-1,96	Não rejeita a H0	0,98	+/-1,96	Não rejeita a
1 ou + vzs/semana	0,99	+/-1,96	Não rejeita a H0	0	+/-1,96	Não rejeita a H0	0,47	+/-1,96	Não rejeita a

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da PNDS's 1996 e 2006.

De forma geral, os resultados dos modelos indicam que o maior envolvimento das jovens católicas em serviços religiosos tem sido associado a uma chance menor de iniciação sexual, formação da primeira união e nascimento do primeiro filho. Outros estudos já tinham encontrado relações semelhantes ao do presente estudo. Verona (2010) ao analisar as PNDS's de 1986 a 2006 verificou que a maior participação aos serviços religiosos está diretamente associada a um risco menor de iniciação sexual pré-marital, entre as jovens de diferentes denominações religiosas. O estudo de Verona e Regnerus (2014) também verificou um adiamento da prática sexual, segundo o envolvimento religioso. Coutinho (2011) observou que as católicas só de nome tinham um comportamento mais permissivo quanto ao sexo pré-marital. Em relação ao comportamento reprodutivo, Verona e Dias Júnior (2012) verificaram uma forte relação entre a idade ao ter o primeiro filho e a participação religiosa.

A diferença do comportamento sexual, conjugal e reprodutivo intra-religioso encontrada neste estudo e por outros autores pode ser explicada pelos efeitos diretos da religião sobre o comportamento dos fiéis, como afirma Smith (2003). As jovens católicas que participam com maior frequência da igreja provavelmente têm um maior contato com os ensinamentos, crenças e valores religiosos. Com isso as normas da igreja são internalizadas pelas jovens no processo de socialização e acabam sendo usadas para

orientar as suas ações. Sendo assim, o maior engajamento religioso deve levar a uma prática mais próxima da doutrina católica.

Em relação aos resultados apresentados neste estudo é importante destacar que as informações sobre idade a cada evento são retrospectivas, enquanto as de religião são correntes. Por isso, não é possível identificar qual a frequência religiosa da jovem no momento de cada evento. É que, após experimentar cada evento, sua frequência pode mudar. Por exemplo, as jovens podem se afastar da igreja após o casamento. Ou seja, elas eram frequentes quando solteiras e atualmente não são mais. A frequência, também, geralmente muda com o nascimento de um filho.

Outra limitação metodológica dos dados empregados neste estudo é a impossibilidade de identificação do movimento no interior da Igreja Católica que as jovens estão engajadas, como por exemplo, a Renovação Carismática Católica, as Novas Comunidades e os Novos Movimentos Eclesiais. O que é possível perceber pelos resultados deste estudo é que existem diferentes grupos de católicas.

A classificação dos fiéis católicos a partir da frequência à igreja favorece a discussão dos achados deste presente estudo. Longo et al (2009) divide os católicos em três grupos: o primeiro grupo é formado pelos católicos só de nome, que são aqueles que nunca ou quase nunca vão à igreja. O outro grupo de católicos intitulado por católicos ocasionais é composto por aqueles que participam esporadicamente da igreja. Por fim, tem o grupo dos católicos comprometidos que são aqueles que vão à igreja com maior frequência e muitas vezes são vistos como conservadores, por ter um comportamento e opinião mais próximos da Igreja Católica. Como pode ser visto esta classificação é baseada somente no engajamento religioso, a incorporação do pertencimento a algum movimento religioso no interior do catolicismo enriqueceria bastante o entendimento do comportamento sexual, conjugal e reprodutivo das jovens católicas, no entanto isso não é possível de ser feito devido à indisponibilidade deste tipo de informação.

A fim de explicar os eventos de interesse os modelos de sobrevivência para tempo discreto também analisaram outras variáveis. Grande parte dos resultados encontrados neste estudo está em conformidade com os achados dos trabalhos apresentados na revisão de literatura.

A importância da escolaridade sobre o comportamento sexual, conjugal e reprodutivo é bastante destacada na literatura. Vários estudos apontam que o aumento do nível educacional está diretamente associado ao adiamento dos eventos analisados (HEATON, FORSTE e OTTERSTROM, 2002; WESTOFF, 2003; LEITE et al, 2004;



FRANÇA, 2008; MCKINNON, POTTER e GARRARD-BURNETT, 2008; VERONA, 2010; VERONA e REGNERUS, 2014). Os resultados encontrados neste trabalho vão na mesma direção desses estudos, uma vez que para os anos pesquisados e em todos os eventos a escolaridade é um fator de diferenciação comportamental das jovens católicas brasileiras.

A influência da condição econômica sobre a iniciação sexual, a constituição da união e o nascimento do primeiro filho também é enfatizada nos estudos. O padrão, geralmente, observado na literatura e, também, neste trabalho é do maior nível econômico contribuir para a redução dos riscos das jovens experimentarem pela primeira vez cada um destes eventos (MCKINNON, POTTER e GARRARD-BURNETT, 2008; BERQUÓ et al 2012; VERONA e DIAS JUNIOR, 2012; VERONA e REGNERUS; 2014).

Por outro lado, existem divergências quanto a relação entre os eventos aqui estudados e a situação do domicílio, as grandes regiões e a raça/cor.

No que se refere a situação do domicílio, os estudos de Leite et al (2004), Verona (2010) e Verona e Regnerus (2014) e esse presente trabalho indicam que residir em regiões urbanas aumenta o risco de ter a primeira relação sexual. Quanto a ocorrência da primeira união os achados são diversos (HEATON, FORSTE e OTTERSTROM, 2002; WESTOFF, 2003). No caso deste trabalho, em 1996 a situação do domicílio afeta a chance das mulheres se unirem, já em 2006 isso não ocorre. Em relação ao nascimento do primeiro filho, tanto os achados aqui apresentados quanto os mostrados por Leite et al (2004) e Verona e Dias Junior (2012) indicam um efeito não significativo com o evento.

Os resultados dos estudos que utilizam a variável região de moradia como controle para analisar o comportamento sexual e reprodutivo também são diversos. Os achados deste estudo são semelhantes aos de Verona (2010), Verona e Dias Junior (2012) e Verona e Regnerus (2014) que mostraram que a região de residência está relacionada ao risco de ter a primeira relação sexual e ter o nascimento do primeiro filho. Por outro lado, Leite et al (2004) não observaram nenhuma associação entre a região de residência e os dois eventos.

Por fim, a relação entre a raça/cor e cada um dos eventos estudados não é consensual. Normalmente os estudos indicam um efeito não significativo ou uma influência marginal entre raça/cor e comportamento sexual, conjugal e reprodutivo (LEITE et al, 2004; SIMÃO 2005; FRANÇA, 2008). No entanto, existem trabalhos que verificaram uma associação significativa entre raça/cor e a chance de ser mãe e de se unir pela primeira vez (SIMÃO 2005; MCKINNON et al, 2008). Neste estudo, ao comparar as católicas brancas com as

negras, somente em 2006 foi observada uma relação significativa com todos os eventos abordados. Nos três casos, a chance da jovem branca experimentar o evento é menor que a jovem negra.

O próximo capítulo apresenta as principais conclusões deste estudo. Elas são baseadas nas análises descritivas e nos modelos elaborados para cada um dos eventos de interesse, segundo o ano de realização da PNDS.

## 8 CONCLUSÃO

O objetivo geral deste trabalho foi investigar a associação entre a idade à primeira relação sexual, a idade à primeira união e a idade ao ter o primeiro filho nascido vivo e o envolvimento religioso das jovens católicas brasileiras entre 15 e 24 anos de idade, em 1996 e 2006.

No período estudado houve um aumento da proporção de jovens católicas que passaram pela primeira experiência sexual e que constituíram a primeira união, em contrapartida reduziu o percentual das jovens que tiveram o primeiro filho nascido vivo. Ao comparar as estimativas das idades medianas para os eventos de interesse foi observado que durante esta década as jovens católicas estão iniciando a prática sexual cada vez mais cedo, independente da frequência às atividades religiosas. Por outro lado, houve um adiamento da idade ao nascimento do primeiro filho nos anos pesquisados, em todas as categorias de envolvimento religioso. No que diz respeito a idade mediana à primeira união foi verificado em ambos os períodos que as jovens católicas menos frequentes apresentaram idades medianas inferiores aquelas que são observadas entre as mais engajadas.

A fim de melhor cumprir o objetivo central foram elaborados três objetivos específicos. O primeiro deles foi estimar a probabilidade de ocorrência de cada evento de interesse segundo cada idade. De forma geral, os resultados indicaram que o risco das jovens católicas brasileiras experimentarem a primeira relação sexual foi maior aos 18 anos, em ambos os anos pesquisados. Contudo, a probabilidade de ocorrência deste evento nesta idade cresceu de forma expressiva entre 1996 e 2006. Na década de 90, entre os 19 e 21 anos foram encontrados os riscos mais elevados dessas jovens se unirem pela primeira vez. Dez anos depois, as maiores probabilidades de ocorrência deste evento ocorreram dos 17 aos 24 anos. Neste período pesquisado, as probabilidades de ocorrência deste evento foram bem parecidas nas idades com os maiores riscos das jovens católicas se unirem pela primeira vez. Quando se trata do nascimento do primeiro filho, as idades com os riscos mais elevados de ocorrência deste evento foram a partir dos 20 anos, em 1996. No período posterior os maiores riscos foram observados entre os 18 e 23 anos. Ao longo da década estudada, o risco das jovens católicas sofrerem este evento diminuiu bastante.

Após estimar o risco de experimentar cada um dos eventos em análise, o segundo objetivo do estudo foi analisar a associação entre a sequência e o *timing* entre a idade à primeira relação sexual, primeira união e primeiro filho e o envolvimento religioso entre as

católicas. Por meio deste objetivo, foi verificado se a sequência dos eventos ligados ao sistema marital católico é praticada no grupo estudado.

De forma geral, o padrão vivenciado pela maior parte das católicas inicia-se com a primeira relação sexual, depois a constituição da primeira união e por fim o nascimento do primeiro filho. Ou seja, a maioria das jovens católicas brasileiras se distancia do modelo proposto pela doutrina católica em que primeiro deve acontecer a cerimônia do casamento, a relação sexual acontece depois do sacramento do matrimônio e por último nasce o primeiro filho.

O último objetivo específico foi estimar os diferenciais da chance de experimentar cada evento por envolvimento religioso e investigar se estas associações modificaram entre 1996 e 2006. A chance de iniciação sexual das católicas de 15 a 24 anos foi menor entre as que participam com maior frequência das atividades religiosas, em comparação com aquelas que nunca participam, para ambos os anos pesquisados. No entanto, a comparação entre as PNDS's de 1996 e 2006 não apresentaram diferenças estatisticamente significativas. No que se refere à chance das jovens católicas constituírem a primeira união os resultados foram semelhantes ao anterior. Ou seja, no período estudado as jovens que vão à igreja uma ou mais vezes por semana apresentaram uma chance inferior de sofrer este evento em relação às católicas que não frequentam a igreja, em qualquer que seja a idade. Novamente, as chances das jovens se unirem pela primeira vez não modificaram de 1996 para 2006. Quanto à chance das mulheres pesquisadas serem mães pela primeira vez, foram observadas as mesmas associações dos eventos anteriores, para os dados da década de 90. Em 2006, não foram observados diferenciais da chance das jovens católicas ter o nascimento do primeiro filho, segundo o envolvimento religioso. Apesar disso, a chance de ocorrer o nascimento do primeiro filho entre as jovens católicas com o mesmo envolvimento religioso em 1996 e 2006 não mudou entre os anos pesquisados.

De forma geral o comportamento sexual, conjugal e reprodutivo das jovens católicas foi diferenciado pelo envolvimento religioso. Além disso, as demais variáveis explicativas usadas nos modelos (escolaridade, classe econômica, região de residência, situação do domicílio e raça/cor) foram estatisticamente associadas com a idade ao ter a primeira relação sexual, ter a primeira união ou ter o nascimento do primeiro filho. Nos casos que algumas variáveis controle não apresentaram resultados significativos, essas variáveis ajudaram a melhorar o ajuste dos modelos.

A partir dos resultados encontrados neste estudo é importante destacar que se buscou analisar as associações entre os eventos de interesse e o envolvimento religioso,

uma vez que os dados de natureza transversal não permitem que seja estabelecida uma direção de causalidade entre as variáveis. Isso é importante de ser novamente destacado na parte final deste trabalho, porque através destes achados não é possível afirmar se as decisões sobre o comportamento sexual, reprodutivo e conjugal estão causando as decisões sobre o envolvimento religioso, ou se a direção de causalidade é inversa. Por exemplo, como os dados sobre o envolvimento religioso são informações correntes não é possível identificar se as jovens católicas que são mães modificaram a participação nas atividades religiosas depois do nascimento do primeiro filho. Dado que o nascimento de uma criança pode afetar o envolvimento religioso da jovem católica.

Como dito acima este estudo procurou verificar a associação entre comportamento sexual, conjugal e reprodutivo das jovens católicas e religiosidade, entendida aqui por envolvimento religioso. Os resultados apontaram uma relação inversa entre frequência à igreja e a chance de experimentar cada um dos eventos. No entanto, não é possível afirmar se as jovens com envolvimento religioso distintos participam de algum movimento no interior da Igreja Católica. Essa é uma grande limitação das bases de dados e isso impossibilita discussões mais aprofundadas acerca do papel do movimento carismático e de outros movimentos católicos de tendência conservadora sobre o comportamento sexual, reprodutivo e conjugal entre as jovens católicas. Dado que tais movimentos são conhecidos por preservarem a doutrina católica, contudo não é possível saber se de fato os membros destes movimentos procuram viver estes ensinamentos de forma coerente.

Apesar dessas limitações o presente estudo procurou investigar a pluralidade existente no interior do catolicismo brasileiro ao levar em consideração a frequência às atividades religiosas das jovens católicas. A heterogeneidade do grupo analisado no que diz respeito ao envolvimento religioso possibilitou aprofundar a discussão sobre o comportamento sexual, conjugal e reprodutivo entre jovens católicas no período de 1996 e 2006. Portanto, os resultados deste trabalho confirmam que além de investigar as denominações religiosas, os estudos de demografia da religião no Brasil devem também considerar variáveis de envolvimento religioso, como a frequência a cultos ou missas.

Este trabalho contribui para o desenvolvimento da área da demografia da religião brasileira. No entanto, é importante lembrar que ainda existe um amplo campo a ser explorado e que grandes dificuldades ainda persistem. Em primeiro lugar, a carência de dados longitudinais e de informações mais detalhadas sobre o comportamento religioso da população brasileira dificulta a realização de trabalhos mais aprofundados nesta área.

Um segundo ponto que merece maior atenção em estudos futuros diz respeito aos efeitos diretos e indiretos da religião católica na vida das jovens que pertencem a essa religião. O presente estudo mostrou uma diferença comportamental entre as jovens católicas com envolvimento religioso distinto, no entanto não foi possível aprofundar nesta discussão devido ao tipo de dado empregado neste trabalho. A utilização de métodos qualitativos constitui uma importante ferramenta analítica para o desenvolvimento de estudos que visam compreender como a religião católica é capaz de influenciar as ações e valores dos seus fiéis jovens.

Por fim, é necessário investigar os distintos movimentos católicos e sua influência na vida dos jovens. Principalmente, os movimentos de tendência modernizadora-conservadora, como a Renovação Carismática Católica e as Novas Comunidades, pois eles têm alcançado um maior número de fiéis católicos jovens no país. Além disso, tais movimentos buscam uma maior unidade com os ensinamentos da Igreja Católica e com isso acabam se diferenciando de movimentos de caráter mais tradicional. A comparação dos diversos tipos de movimentos católicos no Brasil possibilitará um maior aprofundamento nas questões investigadas ao longo deste trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABEP. Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. **Critério de Classificação Econômica Brasil**. 2008. Disponível em: <http://www.abep.org/Servicos/Download.aspx?id=07>. Acesso em: 15 dez 2014.
- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Miriam Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventude e sexualidade**. UNESCO Brasil, Brasília, 2004. 426p.
- ALVES, J. E. D.; BARROS, L.F.W; CAVENAGHI, S. M. A dinâmica das filiações religiosas no Brasil entre 2000 e 2010: diversificação e processo de mudança de hegemonia. **Rever** (PUCSP), v. 12, p. 145-174, 2012.
- AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). **Revista Brasileira de História** (Online), v. 32, p. 143-170, 2012.
- BARBOSA, Andréa Machado. **Análise sociodemográfica da fecundidade de adolescentes e jovens no Brasil: 1970/2006**. 2008 (Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008).
- BEMFAM (Bem-estar familiar do Brasil). **Pesquisa nacional sobre demografia e saúde 1996**: relatório da pesquisa. Rio de Janeiro, 1997.
- BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. M. Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14. **Anais eletrônicos**. Caxambu: ABEP, 2004. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/site\\_eventos\\_abep/PDF/ABEP2004\\_471.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_471.pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2015.
- BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. M. **Tendências dos diferenciais educacionais e econômicos da fecundidade no Brasil entre 2000 e 2010**. 2014 (Trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em São Pedro/SP - Brasil, de 24 a 28 de novembro de 2014).
- BERQUÓ, Elza; GARCIA, Sandra; LIMA, Liliam. Reprodução na juventude: perfis sociodemográficos, comportamentais e reprodutivos na PNDS 2006. **Revista Saúde Pública**. v. 46, n. 4, p. 685-93, 2012
- BÍBLIA DE JERUSÁLEM**. São Paulo: Paulus, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **Las formas de capital**. Lima: Piedra Azul, 1999. 32 p.
- BRASIL. **Código civil**. 53ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2009. 300p. (Série G. Estatística e Informação em Saúde).

CAMARANO, A.A.; MELLO, J.L.; KANSO, S. Do nascimento à morte: principais transições. In: CAMARANO, A.A. (Org). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006. p. 31-60.

CANÇÃO NOVA. Disponível em: <http://www.cancaonova.com>. Acesso em: 29 out. 2014.

CAMINHA, Pero Vaz de. **A carta de Pero Vaz de Caminha**: a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil. Texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2005. 128p.

CARRANZA, Brenda. Perspectivas da neopentecostalização Católica. In: CARRANZA, Brenda; MARIZ, Cecília; CAMURÇA, Marcelo (Org.). **Novas Comunidades Católicas**: em busca do espaço pós-moderno. Aparecida: Ideias & Letras, 2009.

CARVALHO, J.A.M.; SAWYER, D.; RODRIGUES, R.N. (1988). **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. Belo Horizonte: Série Textos Didáticos N.1 ABEP, 1988 [1994]. 63 p.

CARVALHO, M.S.; ANDREOZZI, V.L.; CODEÇO, C.T.; CAMPOS, D. P.; BARBOSA, M.T.S.; SHIMAKURA, S.E. **Análise de Sobrevida** - Teoria e Aplicações em Saúde, 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. 434 p.

CASTANHA, T. D.; VERONA, A. P. A. **Religião e tipos de união entre jovens em Minas Gerais. 2012.** (Trabalho apresentando no XV Seminário sobre a Economia Mineira, 2012. Diamantina, MG).

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 3ª.ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, Loyola, Ave-Maria, 1993.

COMUNIDADE CATÓLICA SHALOM. Disponível em: <http://www.comshalom.org/>. Acesso em: 29 out. 2014.

CNBB. Conferência nacional dos bispos do Brasil. Orientações pastorais sobre a renovação carismática católica. **Documentos da CNBB**. n. 55. São Paulo: Paulinas, 1994.

CNBB. Conferência nacional dos bispos do Brasil. **Documento Teologia dos Movimentos**. São Paulo: Paulinas, 1997.

CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA LUMEN GENTIUM. **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 1997.

COSTA, Carolina de Souza. **Unões informais no Brasil em 2000**: uma análise sob a ótica da mulher. 2004. 67f. Dissertação (Mestrado em demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas gerais. Belo Horizonte, 2004.

COUTINHO, Raquel Zanatta. **A carne é fraca**: religião, religiosidade e iniciação sexual entre estudantes do Ensino Médio na Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2008. Dissertação (Mestrado em Demografia), - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.



- DEGRANDIS, Roberto. **O Repouso no Espírito**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- DE KADT, Emanuel Jehuda. **Católicos radicais no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003. 408 p.
- DURKHEIM, Emile. **Suicide**. New York: The Free Press, 1951.
- ELLISON, C. G., and J. S. LEVIN. The religion-health connection: Evidence, theory, and future directions. **Health Education and Behavior** (25). p. 700-720. 1998
- ESTATUTOS DA COMUNIDADE CATÓLICA SHALOM. Fortaleza: Edições Shalom, 2012.
- ESTEVE, Albert; LÓPEZ-RUIZ, Luis Ángel; SPIJKER, Jeroen. **Disentangling how educational expansion did not increase women's age at union formation in Latin America from 1970 to 2000**. v. 28, p. 63-76, Jan/ 2013.
- FERREIRA, WAGNER. **As novas comunidades no contexto sociocultural contemporâneo**. São Paulo: Editora Canção Nova, 2011.
- FESTINGER, L. **A theory of cognitive dissonance**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1962.
- FRANÇA, Marla Barroso. **Fatores associados à iniciação sexual e reprodutiva na adolescência: um estudo para Belo Horizonte e Recife, 2002**. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- FRATERNIDADE NOSSA SENHORA DA EVANGELIZAÇÃO. Disponível em: <http://www.fundacaofraternidade.org.br>. Acesso em: 29 out. 2014
- FUSSELL, E. e PALLONI, A. Persistent marriage regimes in changing times. **Journal of Marriage and Family**. v. 66, n.5, p. 1201-1213, 2004
- GARCÍA, B; ROJAS, O. Cambio en la Formación y Disoluciones de las Uniones en América Latina. **Papeles de Población**. v. 32, p. 12-31, 2002
- GIDDENS, Anthony. Sociologia. 6ª edição. Porto Alegre: Editora Penso, 2012.
- GONZALEZ, Keila Patricia. **A renovação carismática católica: continuidades e rupturas no catolicismo brasileiro (1969-2005)**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, 2006.
- GRANOVETTER, Mark S. The strength of weak ties. **The American Journal of Sociology**. Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, may. 1973.
- GUPTA, N. Sexual initiation and contraceptive use among adolescent women in northeast Brazil. **Studies in Family Planning**. v. 31, n. 3, p. 228-238, 2000.

- HARDY, S. A., RAFFELLI, M. Adolescent religiosity and sexuality: an investigation of reciprocal influences. **Journal of Adolescence**, 26, p. 731-739, 2003.
- HEATON, T. B., R. FORSTE, and S. OTTERSTROM. Family transitions in Latin America: First intercourse, first union, and first birth. **International Journal of Population Geography**. v. 8, p. 1-15, 2002.
- HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro 1550-1800**. Petrópolis: Vozes, 1974.
- HOORNAERT, Eduardo. **História da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979. 160 p.
- JACOB, Cesar Romero; HEES, Dora Rodrigues; WANIEZ, Philippe; BRUSTLEIN, Violette. **Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. PUCRio; São Paulo: Loyola, 2003
- LEITE I. C.; RODRIGUES R. N.; FONSECA M. C. Fatores associados com o comportamento sexual e reprodutivo entre adolescentes das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. **Cad Saúde Pública**. v. 20, n. 2, p. 474-81, 2004.
- LIMA, F. R. F. ; DIAS, Agemir de Carvalho. Geografia da religião no Brasil: censos demográficos e transformações recentes. **Mercator** (Online), v. 8, p. 111-124. Fortaleza, 2009.
- LONGO, L. A. F. B.; MIRANDA-RIBEIRO, P.; POTTER, J. E.; Ellison, C. G. . **Is Brazil Really a Catholic Country?** What Opinions about Abortion, Sex between Individuals Who Are Not Married to Each Other, and Homosexuality Say About The Meaning of Catholicism in Three Brazilian Cities. 2009. 23p. (Texto para discussão Cedeplar número 370).
- MARTINS, Laura. **Namoro cristão: rumo à maturidade no amor**. Aquiraz: Shalom, 2014.
- MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. 3 ed. Vol. 1 e 2. São Paulo: Paulinas, 2011.
- MCKINNON S, POTTER JE, GARRARD-BURNETT V. Adolescent fertility and religion in Rio de Janeiro, Brazil in the year 2000: the role of Protestantism. **Popul Stud** (Camb). v. 62, n. 3, p. 289-303, 2008.
- MCQUILLAN, Kevin. When Does Religion Influence Fertility? **Population and Development Review**. Vol. 30, No. 1, p. 25-56. 2004.
- MIRANDA-RIBEIRO, P.; LONGO, Luciene A. Ferreira de Barros ; RIOS-NETO, Eduardo Luiz Gonçalves; POTTER, Joseph Earl. Fecundidade na adolescência e religião em Belo Horizonte: um primeiro exercício. **Revista Brasileira de Estudos de População** (Impresso), v. 26, p. 305-308, 2009.
- NEGRÃO, L. N. Pluralismo e multiplicidades religiosas no Brasil. **Sociedade e Estado**. v. 23, p. 261-279, 2008.

NOGUEIRA, Maria Emmir; ANDRADE, Meyr; AQUINO, Antônio. **Enchei-vos:** Seminário de Vida no Espírito Santo. Aquiraz: Shalom, 2010. 264p.

OGLAND,C.; VERONA, A. P. A. Religion and Attitudes towards Abortion and Abortion Policy in Brazil. **Journal for the Scientific Study of Religion.** v. 50, p. 812-821, 2011.

OGLAND,C. ; VERONA, A. P. A. . Religion and the Rainbow Struggle: Examining the Role of Religion in Attitudes toward Homosexuality and Same-Sex Civil Unions in Brazil. **Journal of Homosexuality.** v. 61, p. 1334-1349, 2014.

OLINTO, M. T. A. ; OLINTO, B. A. Raça e desigualdade entre mulheres: um exemplo no sul do Brasil. **Cad. Saúde Pública.** v. 16, n. 4, p. 1137-1142, out-dez. Rio de Janeiro, 2000.

OLIVEIRA, Elzira Lúcia de. **Transições:** três aplicações a partir de dados das pesquisas domiciliares no Brasil. Tese (Doutorado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005

OLIVON, Beatriz (2013). Onde estão os católicos do mundo? **Revista Exame**, 2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/onde-estao-os-catolicos-do-mundo>. Acesso: 12 mai. 2015.

PIERUCCI, Antonio Flavio de Oliveira; PRANDI, Jose Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil:** religião, sociedade e política. São Paulo: HUCITEC, 1996. 293p.

PIERUCCI, Antônio Flávio.; PRANDI, Reginaldo. Religiões e voto no Brasil: A eleição presidencial de 1994. **Opinião Pública:** São Paulo, v. 3, n.1, p. 20-44, 1995.

PNSMIPF. Pesquisa Nacional sobre Saúde Materno-Infantil e Planejamento Familiar. Brasil,1986.

PRANDI, R.; SOUZA, André Ricardo de. A carismática despolitização da Igreja Católica. In: PIERUCCI, Antônio Flávio Pierucci; PRANDI, Reginaldo (Org.) **A realidade social das religiões no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1996. p. 59-91.

PRANDI, Reginaldo. **Um Sopro do Espírito:** a renovação conservadora do catolicismo carismático. São Paulo: EDUSP, 1997.

REGNERUS, M. D., SMITH,C. Selection effects in studies of religion influence. **Review of Religious Research:** v. 4, n.1, p. 23-50. 2005.

RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA. Disponível em: <http://www.rccbrasil.org.br/>. Acesso em 19 out. 2014.

ROSETO-BIXBY, Luis; CASTRO-MARTÍN Teresa; MARTÍN-GARCÍA, Teresa **Is Latin America starting to retreat from early and universal childbearing?** v. 20, artigo 9, p.169-194, 2009.

ROSTOSKY, Sharon Scales; WILCOX, Brian; WRIGHT, Margaret Laurie; RANDALL; Brandy A. The impact of religiosity on adolescent sexual behavior: A review of the evidence. **Journal of Adolescent Research**. 19(6), p. 677-697, 2004.

SALES, Igor Marlon. **Autocompreensão da Igreja e a Renovação Carismática Católica** (1966-2000). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca, 2006.

SILVA, Maria da Conceição. **Política e hegemonia na Igreja Católica: um estudo sobre a Renovação Carismática**. Goiania: Editora Kelps, 2001.

SILVA, Paulo Julião da. A Igreja Católica e as Relações Políticas com o Estado na Era Vargas. In: XIII Simpósio Nacional da ABHR, 2012, São Luís. **Anais do XIII Simpósio Nacional da ABHR**, v. 13. p. 1-11. 2012.

SILVA, Pedro Luis do Nascimento; PESSOA, Djalma Galvão Carneiro; LILA, Maurício Franca. Análise estatística de dados da PNAD: incorporando a estrutura do plano amostral. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 659-670, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232002000400005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232002000400005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 30 de jul. 2015.

SIMÃO, A. B. **A Primeira Relação Sexual, o Primeiro Casamento e o Nascimento do Primeiro Filho: um estudo quantitativo e qualitativo de duas coortes de mulheres em Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Demografia),- Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

SINGER, JD; WILLETT, JB. **Applied Longitudinal Data Analysis: Modeling Change and Event Occurrences**. New York: Oxford University Press, 2003. 672 p.

SMITH, C. Theorizing religious effects among American adolescents. **Journal for the Scientific Study of Religion**, v. 42, n. 1, p. 17-30, 2003.

SOFIATI, Flávio Munhoz. **Religião e juventude: os novos carismáticos**. Aparecida, SP: Idéias & Letras; São Paulo: Fapesp, 2011.

VERONA, A. P. A. **Sexual Initiation and Religion in Brazil**. 2010. 188 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – University of Texas at Austin, Texas. Austin, 2010.

VERONA, A. P. A. Explanations for religious influence on adolescent sexual behavior in Brazil: direct and indirect effects. **Revista Brasileira de Estudos de População** (Impresso), v. 28, p. 187-201, 2011.

VERONA, A. P. A.; DIAS JÚNIOR, C. S. Religião e fecundidade entre adolescentes no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública / Pan American Journal of Public Health**, v. 31, p. 25-31, 2012.

VERONA, A. P. A.; MIRANDA-RIBEIRO, P. ; FAZITO, D. Tipos de união e religião entre adolescentes e jovens no Brasil. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2012, Águas de Lindoia/SP. **Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2012.

VERONA, Ana Paula. REGNERUS, Mark. Pentecostalism and premarital sexual initiation in Brazil. R. bras. **Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 31, n.1, p. 99-115, jan./jun., 2014.

VIEIRA, Joice Melo; ALVES, Luciana Correia. **Comportamento da nupcialidade no Brasil e nas unidades federativas em 2000 e 2010**. 2014 (Trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado entre os dias 24 a 28 de novembro de 2014, São Pedro, SP).

WESTOFF, C.F. Trends in marriage and early childbearing in developing countries. **DHS Comparative Reports**, n. 5. Calverton, Maryland: MEASURE DHS, ICF International, 2003. 63 pp.

WONG L. L. R. . A projeção da fecundidade - um exercício aplicado ao Brasil para o período 1991-2020. **Anais do XII Encontro Nacional de Estudos de População Abep**. Belo Horizonte, 2000.

## ANEXO

## ANEXO A - Tabela de distribuição da filiação religiosa: Brasil, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2010.

Brasil, regiões e UF's	Católica		Protestante		Sem-religião		Outras religiões		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
<b>Brasil</b>	123.280.172	64,6	42.275.440	22,2	15.335.510	8	9.864.677	5,2	190.755.799	100
<b>Região Norte</b>	9.614.913	60,6	4.521.971	28,5	1.229.249	7,7	498.321	3,1	15.864.454	100
Rondônia	742.950	47,6	528.150	33,8	224.111	14,3	67.198	4,3	1.562.409	100
Acre	381.007	51,9	239.589	32,7	87.364	11,9	25.599	3,5	733.559	100
Amazonas	2.071.453	59,5	1.085.480	31,2	209.952	6	117.100	3,4	3.483.985	100
Roraima	221.379	49,1	136.480	30,3	58.480	13	34.140	7,6	450.479	100
Pará	4.828.198	63,7	2.026.332	26,7	528.247	7	198.274	2,6	7.581.051	100
Amapá	425.459	63,5	187.163	28	38.787	5,8	18.117	2,7	669.526	100
Tocantins	944.467	68,3	318.776	23	82.307	5,9	37.895	2,7	1.383.445	100
<b>Região Nordeste</b>	38.317.276	72,2	8.698.480	16,4	4.399.526	8,3	1.666.668	3,1	53.081.950	100
Maranhão	4.899.250	74,5	1.130.399	17,2	431.148	6,6	113.992	1,7	6.574.789	100
Piauí	2.653.135	85,1	302.982	9,7	106.722	3,4	55.521	1,8	3.118.360	100
Ceará	6.663.512	78,8	1.236.435	14,6	361.819	4,3	190.615	2,3	8.452.381	100
Rio Grande do Norte	2.406.313	76	487.948	15,4	203.055	6,4	70.711	2,2	3.168.027	100
Paraíba	2.898.656	77	571.015	15,2	213.214	5,7	83.643	2,2	3.766.528	100
Pernambuco	5.801.397	66	1.788.973	20,3	914.954	10,4	291.124	3,3	8.796.448	100
Alagoas	2.256.919	72,3	496.472	15,9	302.209	9,7	64.894	2,1	3.120.494	100
Sergipe	1.579.480	76,4	243.330	11,8	177.620	8,6	67.587	3,3	2.068.017	100
Bahia	9.158.613	65,3	2.440.925	17,4	1.688.785	12	728.583	5,2	14.016.906	100
<b>Região Sudeste</b>	47.781.673	59,5	19.756.522	24,6	7.202.661	9	5.623.554	7	80.364.410	100
Minas Gerais	13.802.790	70,4	3.957.520	20,2	986.626	5	850.394	4,3	19.597.330	100
Espírito Santo	1.873.280	53,3	1.164.242	33,1	364.469	10,4	112.961	3,2	3.514.952	100
Rio de Janeiro	7.324.315	45,8	4.696.906	29,4	2.493.704	15,6	1.475.004	9,2	15.989.929	100
São Paulo	24.781.288	60,1	9.937.853	24,1	3.357.862	8,1	3.185.196	7,7	41.262.199	100
<b>Região Sul</b>	19.194.403	70,1	5.527.796	20,2	1.320.635	4,8	1.344.057	4,9	27.386.891	100
Paraná	7.268.935	69,6	2.316.213	22,2	485.086	4,6	374.292	3,6	10.444.526	100
Santa Catarina	4.565.793	73,1	1.252.495	20	204.421	3,3	225.727	3,6	6.248.436	100
Rio Grande do Sul	7.359.675	68,8	1.959.088	18,3	631.128	5,9	744.038	7	10.693.929	100
<b>Região Centro-Oeste</b>	8.371.908	59,6	3.770.671	26,8	1.183.440	8,4	732.075	5,2	14.058.094	100
Mato Grosso do Sul	1.455.323	59,4	648.831	26,5	225.784	9,2	119.086	4,9	2.449.024	100
Mato Grosso	1.925.472	63,4	745.178	24,6	234.214	7,7	130.258	4,3	3.035.122	100
Goiás	3.535.980	58,9	1.685.680	28,1	486.914	8,1	295.214	4,9	6.003.788	100
Distrito Federal	1.455.134	56,6	690.982	26,9	236.528	9,2	187.516	7,3	2.570.160	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

**ANEXO B - Tabela resumo das categorias excluídas das PNDS's de 1996 e 2006**

Variáveis	Natureza dos dados excluídos	Casos excluídos (N)	
		1996	2006
Frequência as atividades religiosas	Não Sabe	7	10
Escolaridade do chefe do domicílio	Indeterminada (Escolaridade não tinha resposta válida ou a série era "Não Seriada")	-	16
	Não Sabe e Sem resposta	54	66
Idade ao ter a primeira relação sexual	Não Sabe	5	11
	Recusa	12	3
	Dado inconsistente (Idade ao ter a 1ª relação sexual é incompatível com a idade ao estar grávida ou a idade ao ter o 1º filho )	18	4
Raça/Cor	Sem resposta	2	4
	Não Sabe	-	28
Idade ao ter a primeira união	Sem resposta	-	3
Escolaridade da mulher	Indeterminada (Escolaridade não tinha resposta válida ou a série era "Não Seriada")	-	17
	Não Sabe	2	2
Televisão	Não Sabe	14	-
Rádio	Não Sabe	10	-
Banheiro	Não Sabe	6	-
Automóvel	Não Sabe	12	-
Empregada domestica	Não Sabe	9	-
Máquina de lavar	Não Sabe	10	-
Geladeira	Não Sabe	9	-
Vídeo Cassete	Não Sabe	9	-
Total		179*	164*

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da PNDS 1996 e 2006.

\* O número de casos excluídos foi menor que a soma total de casos excluídos apresentada nesta tabela, pois para alguns indivíduos existem mais de uma variável com problema.

**ANEXO C - Diferença em anos entre a idade atual e a idade que a jovem sofre cada evento (%).**

Diferença em anos	Primeira relação sexual		Primeira União		Primeiro Filho	
	1996	2006	1996	2006	1996	2006
<b>0</b>	4,4	4,35	6,42	9,33	11,45	11,81
<b>1</b>	12,01	11,74	16,51	17,39	21,11	18,7
<b>2</b>	15,82	13,25	16,47	13,84	16,56	11,14
<b>3</b>	15,14	12,68	13,34	12,57	14,97	16,6
<b>4</b>	14,16	11,96	15,92	11,88	11,91	9,06
<b>5</b>	11,8	12,69	9,55	12,32	10,01	11,2
<b>6</b>	9,98	10,94	7,98	7,4	6,93	10,63
<b>7</b>	6,65	10,13	6,52	6,35	3,1	5,27
<b>8</b>	4,35	5,79	3,15	5,01	2,36	2,66
<b>9</b>	2,75	3,25	2,01	1,58	1,29	1,8
<b>10</b>	1,72	2,41	1,47	1,87	0,16	1,12
<b>11</b>	0,79	0,51	0,55	0,4	0,14	0
<b>12</b>	0,28	0,28	0,12	0	0	0
<b>13</b>	0,13	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das PNDS's 1996 e 2006.



**ANEXO D - Síntese das idades medianas obtidas para os eventos estudados, segundo as categorias de análise.**

Variáveis explicativas	Idades medianas					
	1ª Rel. Sexual		1ª União		1º Filho	
	1996	2006	1996	2006	1996	2006
<b>Anos de estudo</b>						
0-4 anos	18	15	20	17	18	17
5-8 anos	18	16	21	18	19	19
9 anos e mais	20	18	NA	23	23	NA
<b>Raça/Cor</b>						
Negra	18	17	21	19	19	20
Branca	19	17	23	22	21	23
Outra	22	18	NA	NA	19	24
<b>Situação do domicílio</b>						
Rural	19	17	21	19	18	20
Urbano	18	17	22	21	20	22
<b>Regiões brasileiras</b>						
Nordeste	19	17	21	20	19	20
Norte	18	16	22	19	19	20
Centro-Oeste	18	17	22	19	20	20
Sudeste	18	17	22	23	20	24
Sul	18	17	23	23	20	22
<b>CCEB</b>						
AB	19	18	NA	NA	24	NA
C	19	17	22	21	20	22
D	19	16	22	19	20	19
E	18	16	19	18	18	18

NA= Não se aplica. Indica que menos de 50% das mulheres não experimentaram o evento pela primeira vez.

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das PNDS's 1996 e 2006.

**ANEXO E - Síntese dos testes de log-rank obtidos para os eventos estudados, segundo as categorias de análise.**

Variáveis explicativas	Teste log-rank (valor p)					
	1ª Rel. Sexual		1ª União		1º Filho	
	1996	2006	1996	2006	1996	2006
<b>Envolvimento religioso</b>	0,000	0,0004	0,0000	0,0000	0,0264	0,0035
<b>Ano da pesquisa</b>	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
<b>Escolaridade</b>	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
<b>Raça/Cor</b>	0,055	0,0188	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
<b>Situação do domicílio</b>	0,3334	0,4445	0,0001	0,0000	0,0000	0,0001
<b>Regiões brasileiras</b>	0,0001	0,0105	0,0742	0,0000	0,0001	0,0000
<b>CCEB</b>	0,0000	0,0002	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das PNDS's 1996 e 2006.